

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**PUC - SP**

**Felipe Mariante Guarnieri**

**A questão nacional e o trotskismo no Brasil (1927-1940)**

**Mestrado em Ciências Sociais**

**São Paulo**  
**2024**

**Felipe Mariante Guarnieri**

**A questão nacional e o trotskismo no Brasil (1927-1940)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof., Dr. Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.

**São Paulo**

**2024**

**Banca Examinadora**

---

---

---

A todas e todos que não aceitam a realidade imposta pelo capitalismo  
e confiam no potencial revolucionário da classe trabalhadora.

O presente trabalho foi realizado com apoio  
da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de  
Financiamento 001.

## **Agradecimentos**

Ao meu orientador, Prof. Dr. Lúcio Flávio de Almeida, que estabelece a defesa permanente da reflexão marxista na universidade e contribuiu profundamente com suas obras para elaboração deste trabalho.

À Profa. Dra. Eliane Gouvea por todos os ensinamentos metodológicos e incentivos para realizar esta pesquisa.

Aos professores, Plininho e João Machado, por todas as contribuições que ajudaram a nortear os objetivos da pesquisa.

À minha mãe, Maria Cristina, pela inspiração e ajuda nos momentos decisivos, como na formatação final para a consolidação deste trabalho.

À minha tia e madrinha, Cristina, por toda a dedicação na revisão final.

À minha família, meu pai Clóvis, minha irmã Carolina, minha sobrinha Gabriela e meus avós Angelo e Teresinha, pelo amor e carinho em todas as horas.

À minha companheira, Raquel, pelo afeto, amor e apoio incondicional em todos os momentos finais deste trabalho.

Ao Léo e à Lia, que fazem da alegria a fonte de energia cotidiana para lutar pelo futuro comunista da humanidade.

Aos amigos e camaradas Gilga, Fernanda, Marília e Larissa, por se desdobrarem em várias situações difíceis que me deram condições para realizar este trabalho.

Ao camarada Juan dal Masso pelos ensinamentos e contribuições para esta dissertação.

Ao amigo e camarada Pablito, que forneceu os instrumentos necessários da tradição marxista na luta do movimento negro presentes nesta dissertação.

À amiga Gabriela Laurentiis pela ajuda acadêmica em todo o processo.

As amigas e amigos metroviários, que sempre me mantiveram de pé em todas as circunstâncias.

“Fui obrigado a dizer que era ideologicamente, mas que em todos o caso tinha me conservado no partido etc. Uma tapeação besta. O Coutinho achava que eu não devia me abrir perante os chefes – pra não prejudicar o desenvolvimento futuro do grupo ou mesmo a sua formação – pois bastava que eles dissessem que éramos todos trotskistas pra todo mundo fugir às léguas de nós etc. Estou enroscado e ainda não resolvi nada. E por isso mesmo não apareci ainda por lá. Me mande a sua opinião não só sobre o meu caso enroscado e o grupo – pois naturalmente contamos com você.”

**Trecho da carta de Mário Pedrosa a Lívio Xavier em  
agosto de 1929.**

## **A questão nacional e o trotskismo no Brasil (1927-1940)**

Felipe Mariante Guarnieri

### **Resumo**

Esta pesquisa busca realizar uma interlocução teórica sobre a questão nacional em torno dos conceitos de hegemonia presentes em autores como Poulantzas, Gramsci e Trotsky. Assim como investigar as condições de origem do trotskismo no Brasil com a formação da Liga Comunista Internacionalista (LCI), a partir da luta política interna com a direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no período que abrange os anos de 1927 até 1940. Esse trabalho também pretende expor as teses dos trotskistas acerca da formação do capitalismo brasileiro, estabelecendo o debate com outras vertentes do marxismo, com o objetivo de demonstrar a importância da hegemonia operária como fator estratégico determinante para a condução da luta de libertação nacional no curso do processo revolucionário nos países de capitalismo atrasado.

**Palavras-chave:** Nacionalismo, LCI, Trotsky.



## **The national question and the trotskyism in Brazil (1927-1940)**

**Felipe Mariante Guarnieri**

### **Abstract**

This research seeks to carry out a theoretical dialogue on the national issue around the concepts of hegemony present in authors such as Poulantzas, Gramsci and Trotsky. As well as investigating the conditions of origin of Trotskyism in Brazil with the formation of the Internationalist Communist League (LCI), based on the internal political struggle with the leadership of the Brazilian Communist Party, in the period covering the years from 1927 to 1940. This work also intends to expose the theses of Trotskyists about the formation of Brazilian capitalism, establishing a debate with other aspects of Marxism. With the aim of show the workers' hegemony as a determining strategic factor for the conduct on the fight of national liberation in the course of the revolutionary process in countries with backward capitalism.

**Key-words:** Nationalism, LCI, Trotsky.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
Apresentação	13
Disposição dos Capítulos	15
<b>CAPÍTULO 1 -NACIONALISMO, BONAPARTISMO E A TEORIA DA REVOLUÇÃO PERMANENTE.....</b>	<b>19</b>
1.1. Nacionalismo.	24
1.2. Hegemonia e questão nacional.	33
1.3. Crise Orgânica e bonapartismo.	46
1.4. A hegemonia operária para conquistar a libertação nacional na perspectiva da Teoria da Revolução Permanente.	53
<b>CAPÍTULO 2 - A ORIGEM DO TROTSKISMO NO BRASIL E A LCI (1927-1940) ..</b>	<b>71</b>
2.1. A Oposição de Esquerda e a IV Internacional.	73
2.2. Os oposicionistas no Brasil	82
2.2.1. O Grupo Comunista Lenine	88
2.2.2. A fundação da LC no contexto político e econômico do início da década de 30.	97
2.2.3. A Frente Única Operária Antifascista (FUA) e a LCI.	107
<b>CAPÍTULO 3 - A QUESTÃO NACIONAL E A CRISE DA LCI. ....</b>	<b>112</b>
3.1. As teses pioneiras da LCI sobre a questão nacional.	114
3.2. Encontros e desencontros das posições de Caio Prado Júnior com os trotskistas brasileiros.	123
3.3. Marighella e o balanço tardio do PCB.	129
3.4. A herança escravista do regime político brasileiro e as pressões nacionais na LCI.	133
3.5. A ruptura de Pedrosa e o caráter do Estado Soviético.	144
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....</b>	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>153</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

AGITPROP- Comissão de Agitação e Propaganda

ANL- Aliança Nacional Libertadora

AIB- Ação Integralista Brasileira

BOC- Bloco Operário e Camponês

CC- Comitê Central

CCE- Comissão Central Executiva

CPJ- Caio Prado Júnior

EUA - Estados Unidos da América

FUA- Frente Única Antifascista

GCL- Grupo Comunista Lenine

IC -Internacional Comunista

JK- Juscelino Kubitschek

LAR- Liga Antiimperialista Revolucionária

LC -Liga Comunista

LCI -Liga Comunista Internacionalista

MG- Minas Gerais

MNR- Movimento Nacionalista Revolucionário

M.P.C. - Modo de produção capitalista

M.P.F. - Modo de produção feudal

NEP- Nova Política Econômica

OE – Oposição de Esquerda

OIE – Oposição Internacional de Esquerda

PC -Partido Comunista

PC's - Partidos Comunistas

PCB -Partido Comunista Brasileiro

PCC- Partido Comunista Chinês

PCF- Partido Comunista Francês

PCUS- Partido Comunista da União Soviética

POL- Partido Operário Leninista

POR -Partido Operário Revolucionário

POSDR - Partido Operário Social-Democrata Russo

PRP- Partido Republicano Paulista

PSR- Partido Socialista Revolucionário

RJ- Rio de Janeiro

SRs - Socialistas Revolucionários

SP- São Paulo

SWP- Socialist Workers Party

TRP - Teoria da Revolução Permanente

URSS -União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UTG- União dos Trabalhadores Gráficos

## INTRODUÇÃO

### Apresentação

Refletir a construção de uma política de independência da classe operária nos processos revolucionários sempre foi determinante para o pensamento de Marx e Engels. E se comprovaram historicamente com o triunfo da revolução russa de 1917, em meio à luta política entre bolcheviques e mencheviques. Se a reação burocrática do stalinismo representou, e representa até hoje, um aborto da revolução em escala internacional e um entrave para as revoltas inerentes ao capitalismo se transformarem em revoluções, voltar aos debates teóricos e às experiências históricas é uma tarefa complexa, porém entusiasmante a todas e todos que buscam a transformação radical da sociedade em que vivemos.

Contrariamente ao que afirmavam os ideólogos da “globalização”, as três primeiras décadas do século XXI são fortemente marcadas por uma variedade de questões nacionais e, com elas, de nacionalismos. Abordá-las é fundamental em um duplo sentido: enfrentar os nacionalismos que pavimentam o caminho do fascismo; e, caso que é o que nos interessa particularmente, explorar as potencialidades de variantes do nacionalismo que possam se articular a lutas antiimperialistas e, desta forma, abrir caminho para revoluções socialistas.

O Estado capitalista assume a característica estrutural de se constituir como um estado-nação. Diferentemente de outros estados, a noção de igualdade jurídico-política opera no sentido de anular/distorcer a percepção das relações de dominação e exploração de classe e, neste sentido, tendem a exercer um papel determinante para o processo de constituição de uma hegemonia burguesa. No capitalismo, a exploração econômica e a dominação política não se apoiam fundamentalmente em uma justificativa que remeta à vontade divina, como ocorria no modo de produção feudal ou escravista (pré-capitalistas). Ela se assenta sobre a ideia de igualdade perante a mediação de um Estado de direito que normatiza as relações de proprietários e não proprietários dos meios de produção, uns e outros constituídos como cidadãos.

As variadas maneiras de abordar a temática da questão nacional do ponto de vista teórico reafirmam sistematicamente a atualidade do debate no cotidiano acadêmico e político

do país. A história da geopolítica sempre foi marcada pela relação e conflitos dos estados nacionais, contudo é o marxismo que vai abordar essa análise desde uma perspectiva de classe e, nesse sentido, vinculado à formação dos regimes políticos, o modo de produção econômico, a dinâmica da luta entre essas classes e, consequentemente, em base a concepção de hegemonia. No sentido literal de como se realiza através da dominação política para preservar e garantir os interesses da classe dominante.

O fator nacional no Estado capitalista passa a conferir na dominação uma falsa noção de legitimidade pelo fato desta se edificar em meio a representação do interesse popular de classe. Os indivíduos são associados por meio de uma relação de igualdade de direitos e deveres com o Estado, contudo em torno do compromisso de admitir e respeitar as leis que regem a validação da propriedade privada como aspecto central do desenvolvimento do modo de produção capitalista. As estruturas e instituições serão parte de uma teoria de estado que vai se expressar nos regimes políticos e governos como forma de organizar a administração dos interesses da classe dominante. Diante dessa perspectiva, o Estado deixa de ser apenas um contrato<sup>1</sup> para assumir a função de instrumento de dominação da classe dominante. O aceite desses termos passa pela função hegemônica, legitimada na questão nacional e constituída por medidas de consenso e coerção que estabelecem a integração social.

A nossa pesquisa tem como objetivo contribuir na análise de como se manifesta a ideologia nacional nas estruturas do Estado capitalista, mas também como ela se apresenta em momentos de crise de hegemonia burguesa. Seja na formação de regimes políticos bonapartistas e/ou fascistas, como através da transformação da crise de dominação de classe em crise revolucionária. O que leva a outra problematização que buscaremos desenvolver nesta investigação, correspondente ao conteúdo democrático que o nacionalismo pode assumir pela via da contestação das classes dominadas do regime de dominação burguesa.

Como o problema das relações entre lutas revolucionárias socialistas é candente desde as primeiras décadas do século passado, examinar este repertório é importante para se atualizar a reflexão. Não se trata, portanto, de um “acerto de contas” acerca de antigas

---

<sup>1</sup> Em alusão a tradição contratualista da teoria de Estado, presente em autores como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau.

contendas, mas de examinarmos questões e debates que possam ser proveitosos para a análise da situação atual.

O terreno para essa reflexão vai ser em torno de uma metodologia de análise de autores clássicos e contemporâneos do marxismo, como na recuperação histórica de documentos e livros que constituem a formação e origem do trotskismo no Brasil<sup>2</sup>. As teses dos trotskistas sobre a formação nacional do capitalismo brasileiro influenciaram muitas correntes de pensamento acadêmico nas décadas posteriores. E a LCI apesar de ser uma pequena organização política, que nasceu sob as críticas à direção do PCB e das orientações da IC stalinizada, desempenhou um papel teórico relevante ao aplicar as leis da teoria da revolução permanente de Trotsky no Brasil.

A classe operária pode assumir uma função hegemônica sem antes exercer a dominação política? Essa foi a pergunta que orientou o nosso trabalho desde o início e buscaremos nessas linhas seguintes a comprovação da hipótese da hegemonia operária como fator estratégico na relação entre a questão nacional e a revolução socialista, em particular no caso dos países atrasados em relação ao desenvolvimento capitalista. O terreno que esse trabalho contextualizou os aspectos desse debate teórico se remeteu na origem do trotskismo no Brasil e no desenvolvimento da LCI, naquele período, como a organização politicamente mais forte da OIE na América Latina.

A partir desses aspectos desenvolvemos a pesquisa da seguinte forma.

## **Disposição dos Capítulos**

### **Capítulo I:**

Esse capítulo tem como objetivo desenvolver o arcabouço teórico necessário para realizar uma análise da situação política no Brasil, no período em questão. Para isso será dividido em quatro partes. Na primeira será utilizada as elaborações de Poulantzas, assim como autores que se referenciam em sua obra como Décio Saez e Lúcio Flávio de Almeida, no que

---

<sup>2</sup> No período entre 1927-1940 que constitui a formação e atuação da LCI.

diz respeito ao conceito de nacionalismo e ideologia nacional presente nas estruturas do Estado capitalista para ocultar a dominação política burguesa.

Na segunda parte será aprofundado o duplo conceito de hegemonia presente em Gramsci na análise de formação das frações de classe no bloco hegemônico, e suas respectivas crises, caracterizadas pelo autor através da definição de crise orgânica. Tal panorama será exposto em base a explicitar as principais diferenças a partir das críticas realizadas por Poulantzas a Gramsci em torno da separação de hegemonia e dominação política, mantendo como referência o paradigma da questão nacional na disputa ideológica e hegemônica.

A problematização da hipótese do proletariado assumir uma função hegemônica, antes de exercer a dominação política, como forma de responder as tarefas nacionais da revolução terá contornos mais precisos na terceira parte, quando for analisado justamente os momentos de crise de hegemonia burguesa identificados por Gramsci. Situações que levam a polarização de tendências revolucionárias ou bonapartistas nos regimes políticos e respectivos governos, em particular nos países de formação capitalista atrasado, e expressando uma dinâmica desigual e combinada no desenvolvimento como também analisada por León Trotsky.

Tanto na terceira, como na quarta parte do capítulo será estabelecida uma relação entre a fórmula de hegemonia em Gramsci e a TRP de Trotsky. Atualizada de forma a responder as tarefas democráticas e de soberania nacional nos processos revolucionários dos países atrasados (colônias e semicolônias) sob a condução política do proletariado. Essa teoria guiou a fundação da Quarta Internacional por meio de uma plataforma teórico-política para a construção de sessões partidárias em vários países, concentrada nessa pesquisa na formação da LCI entre 1927-1940. Em contraposição a teoria do *Socialismo em um só país* e a concepção *etapista* do stalinismo, presente na gênese estrutural do PCB, que preconizava a aliança do proletariado com a burguesia nacional, adentrando no interior de movimentos nacionalistas burgueses.

## Capítulo II:

A partir de recuperar alguns escritos de Trotsky na conformação da OIE, esse capítulo contextualizará na primeira parte a formação histórica da OE e sua influência na América Latina. Na segunda parte o objetivo se concentrará em analisar a origem da LCI, resultante



das rupturas e frações que surgiram no combate a direção do PCB desde 1927. Para isso será utilizada a referência do livro *A solidão Revolucionária- Mário Pedrosa e as Origens do trotskismo no Brasil*, de José Castilho Marques Neto.

Vamos estabelecer três momentos desse processo, o primeiro destinado a identificar quem eram os opositoristas brasileiros, nos quais se destacam a oposição sindical, liderada por Joaquim Barbosa e João da Costa Pimenta e, principalmente, a ruptura de intelectuais como Mario Pedrosa, Lívio Xavier e Aristides Lobo, que questionavam o nacionalismo presente no PCB e sua interação com a Coluna Prestes.

O tema será desenvolvido em torno de outros dois momentos, com a criação do GCL e a LC que antecederam a formação da LCI, tendo como referência os textos originais dessa última, e as elaborações de Fúlvio Abramo e Osvaldo Coggiola. Estabelecendo um paralelo com a situação política no Brasil, marcada pela crise de hegemonia da burguesia cafeeira, cujo desdobramento levou a ascensão do varguismo na "Revolução de 1930", será desenvolvida a posição dos trotskistas nesse período, que abarcaram outros fatos importantes como a construção da Frente Única Operária em São Paulo. Por meio da coligação de sindicatos aglutinou anarquistas, socialistas e comunistas que combateu o avanço das forças integralistas de Plínio Salgado. Episódio que ficou conhecido como "A revoada dos Galinhas Verdes", que encerrará a última parte deste capítulo.

### Capítulo III:

O último capítulo consistirá fundamentalmente em duas partes. A primeira, relacionada à análise sobre a questão nacional, referenciada nas posições presentes: no *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil* escrito por Mário Pedrosa e Lívio Xavier; na *Formação do Brasil Contemporâneo* e *A Revolução brasileira* de Caio Prado Júnior; e no texto de Carlos Marighella *Alguns Aspectos da Renda da Terra no Brasil*.

A outra parte será dedicada a compreensão dos principais fatores políticos de pressão nacionalista da dominação burguesa que interagem na LCI, principalmente pela via da política do PCB. E na análise do vínculo entre a escravidão e o capitalismo como aspectos ausentes em geral da esquerda naquele período, e como esses aspectos se relacionam com a questão nacional. Remetendo-se a tradição marxista presente em documentos da IC sobre o tema, em diálogos de Trotsky com CRL James e de textos do próprio Trotsky ao analisar a

situação política do regime de dominação inglesa na África do Sul. Finalmente, vamos tratar também da crise da LCI no final dos anos 1930, em particular com a ruptura de Mário Pedrosa e sua adesão as teses que passaram a considerar a URSS como um capitalismo de Estado.

A investigação de todos esses fatores permitiram obter conclusões importantes, que buscamos sintetizar nas considerações finais deste trabalho sobre um duplo aspecto: a função hegemônica da classe operária para a realização das lutas de libertação nacional e as contribuições da LCI no âmbito teórico e político diante das pressões do nacionalismo burguês.

## **CAPÍTULO 1 -NACIONALISMO, BONAPARTISMO E A TEORIA DA REVOLUÇÃO PERMANENTE.**

A questão nacional possui uma dimensão estratégica para a elaboração teórica da revolução operária nos países atrasados e semicoloniais. No caso desta pesquisa, o objetivo central é realizar uma investigação histórica sobre a origem do trotskismo brasileiro, com a formação da LCI, e, mais especialmente, como esta respondeu nos termos da teoria da revolução permanente, ao fenômeno político do nacionalismo burguês, desde 1927 até o assassinato político de León Trotsky em 1940<sup>3</sup>. Nas transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil na primeira metade do século XX, o problema da libertação nacional sempre se colocou como um aspecto determinante.

Para esse fim, neste primeiro capítulo procuraremos desenvolver, a partir de autores marxistas clássicos como Gramsci, Trotsky e, sob certos aspectos, Poulantzas, um referencial teórico com vistas a trabalhar os conceitos de nacionalismo e bonapartismo. O objetivo mais geral é demonstrar que a hegemonia operária é a única saída estratégica para realizar a tarefa de libertação nacional.

Afinal, a formação do capitalismo no Brasil esteve marcada historicamente pelo jugo imperialista. A burguesia brasileira, ao contrário do que afirmavam as teses do PCB<sup>4</sup>, não se constituiu como aliada do proletariado na revolução democrática. À luz desta concepção *etapista* da revolução, desassociavam-se as tarefas democráticas das tarefas socialistas. Ao caracterizar a revolução brasileira como *anti-imperialista e anti-feudal*, o PCB criou uma etapa que tem como consequência o aborto da revolução socialista, subordinando o proletariado a uma frente única com o movimento nacionalista.

Essa fração burguesa não representava uma força social capaz de se opor aos interesses imperialistas, senão o seu inverso. Foi, no geral, uma antagonista dos interesses democráticos mais amplos, em favor dos interesses da dominação imperialista. O que se comprova na sua origem, conforme a subordinação econômica às principais potências

---

<sup>3</sup> Trotsky foi assassinado em 20/08/1940 pelo espanhol Ramon Mercader, comprovado agente stalinista.

<sup>4</sup> Ver a Resolução Política do V Congresso PCB Setembro 1960.

européias e no processo de industrialização baseado na relação com o capital imperialista, com crescente preponderância dos EUA. No II Congresso da IC, em 1920, Lênin escreveu um esboço aos delegados onde estabeleceu a tese de que tanto a questão nacional como a colonial só poderiam se resolver com a derrubada do capitalismo, a partir da aproximação dos trabalhadores de todas as nações contra os latifundiários e a burguesia, já que a existência do capitalismo estabelece *a priori* as condições de opressão e a desigualdade nacional na relação entre metrópole e colônia<sup>5</sup>.

Conforme afirmava Trotsky, a burguesia nacional pode assumir posições contrárias à burguesia imperialista pela relação de submissão e opressão dos países dependentes e semicoloniais. Contudo, sua essência capitalista a leva, para que possa exercer sua dominação de classe, a ceder à política imperialista. Compartilhando dessa abordagem, a LCI concluiu que a determinação fundamental da consciência de classe da burguesia brasileira é o pavor da revolução social, e não a libertação nacional.

Nesse aspecto, também é possível recorrer à noção de *burguesia nativa*. O que corresponde, sobretudo, ao caráter econômico, e não diretamente político no sentido pleno, que levaria a almejar a independência nacional em relação ao imperialismo numa formação social capitalista embrionária. Mesmo assim essa fração de classe não teria o vínculo mais direto ao imperialismo, como seria o caso da burguesia mercantil-bancária. Já a diferenciação do conceito de burguesia nacional deve-se, portanto, à fase correspondente ao imperialismo, conforme constata a análise de Almeida. Enquanto, o processo de constituição da *burguesia interna* corresponde a terceira fase do imperialismo, marcada pelo processo de reprodução ampliada do capital imperialista no interior de diversas formações sociais dependentes, a *burguesia nacional* remete a uma fase anterior, centrada em uma série de características particulares que "criam as condições para uma ampla interpelação ideológica de tipo nacionalista" (ALMEIDA, 2019, p. 207)<sup>6</sup>.

Independentemente de qualquer polêmica conceitual que possa ser desenvolvida, cabe neste momento aprofundar a análise de um arcabouço teórico capaz de refletir sobre a questão nacional em países como o Brasil, que não passaram pelo chamado “modelo clássico” da

---

<sup>5</sup> Ver informe de Lênin de junho de 1920: *O esboço inicial das teses sobre as questões nacional e colonial (para o II Congresso da IC)*.

<sup>6</sup> Fica em aberto, nesse sentido, o debate sobre frações burguesas internas e/ou nacionais na nova fase do imperialismo, cujos contornos não estão inteiramente definidos, em potências que se opõem ao campo imperialista hegemônico pelos EUA, caso da China e da Rússia.

revolução burguesa.<sup>7</sup> O nacionalismo burguês, por mais que possuísse atritos e rugas com a dominação imperialista, nunca foi além de se articular, no geral timidamente, a governos nacional-populistas que, mesmo implementando políticas importantes para a transição ao capitalismo industrial dependente, nos embates fundamentais, abdicaram de confrontos com as classes dominantes. A burguesia nativa, ao final da referida transição, se converteu em *burguesia interna* e participou entusiasticamente do golpe de 1964 e da implantação de uma longa ditadura militar cujas sequelas ainda permanecem.

A primeira parte deste capítulo será voltada para compreender o funcionamento das estruturas do Estado capitalista e sua relação com a ideologia nacional, assim como para explicitar que o nacionalismo atua como um fator estratégico para a construção da dominação capitalista e, conseqüentemente, a hegemonia burguesa. Para isso, faremos uma interlocução com a elaboração teórica de Poulantzas, na obra *Poder Político e Classes Sociais*, e de autores contemporâneos que se referenciam no seu pensamento.

O objetivo se concentra em compreender os conceitos de nação, nacionalismo e ideologia nacional como mecanismos que ocultam a dominação de classe no sentido da reprodução da hegemonia burguesa, por meio de alianças estratégicas entre suas diversas frações no bloco que exerce sua dominação política contra a classe operária. Como referência, recorreremos à análise feita por Marx dos processos revolucionários na França, em suas obras clássicas como *A Luta de Classes na França* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*<sup>8</sup>. Nesses textos, Marx efetuou uma análise mais concreta da fragmentação da classe dominante, procedimento que, mais tarde, Poulantzas desenvolveu ao formular conceitos como os de frações de classe, bloco no poder e hegemonia no interior deste.

Lênin também partia desses conceitos desde 1913 na Rússia, o que pode ser visto no texto *A classe operária e a Questão Nacional*. Essa relação entre nacionalismo e hegemonia delimitará a problematização teórica central de análise desta pesquisa: em quais termos, e em quais condições, pode a classe operária constituir-se como uma classe hegemônica, mesmo sem exercer a dominação política?

---

<sup>7</sup> Apesar de Poulantzas problematizar esse conceito referencial, como veremos adiante.

<sup>8</sup> Balanço realizado por Marx das revoluções de 1848 na França.

Gramsci<sup>9</sup> nos seus *Cadernos do Cárcere*<sup>10</sup> não compreende a hegemonia como um conceito estagnado, mas sim em movimento, no que diz respeito, principalmente, aos fatores que levam à crise de hegemonia burguesa. Ao formular o conceito de *crise orgânica* (crise de estrutura/regime) no Estado capitalista, Gramsci, distingue a crise completa do Estado das crises econômicas que o assolam. Trata-se da ausência de autoridade burguesa e de suas instituições na formação do consenso, restringindo-se a ações coercitivas durante um tempo prolongado que aprofundam a crise de dominação. O filósofo político italiano encara de maneira dialética a relação entre hegemonia e dominação política e, por esta via, o papel do *partido* na direção política do proletariado nos processos revolucionários.

O conceito gramsciano de *crise orgânica* será analisado na terceira parte deste capítulo, já que, não necessariamente, ela se desenvolve em aberturas de situações revolucionárias. Pode também promover tendências bonapartistas no regime democrático-burguês, que levam ou não a mudanças profundas na forma de dominação de classe. As circunstâncias serão definidas a depender se a classe operária, a partir da atuação consciente do partido revolucionário, consegue consolidar ou não sua hegemonia, ou seja, pela constituição de um duplo poder, como ocorreu com a atuação dos bolcheviques no processo da revolução russa de 1917.

Nesta parte, vamos estabelecer a relação entre o conceito gramsciano de *crise orgânica* e o de *bonapartismo sui generis*, como elaborado por Trotsky nos seus *Escritos Latino-Americanos*<sup>11</sup>. Esse conceito se refere a uma característica existente em países de desenvolvimento capitalista atrasado, cujo processo possui uma dinâmica *desigual e combinada* distinta dos modelos "clássicos" de formação capitalista nos países avançados. Ou seja, representa a debilidade da burguesia nativa de exercer hegemonia nos países da América Latina devido ao peso social já relevante do proletariado nacional, diante do papel do capital

---

<sup>9</sup> Mesmo que não haja uma relação intelectual entre Gramsci e Trotsky, no sentido de uma interlocução teórica direta. Ao não ser pelo posicionamento contrário do dirigente comunista italiano à perseguição política a oposição no PCUS. Os esforços despendidos serão em torno de estabelecer conceitos complementares entre a teoria do estado integral e a teoria da revolução permanente.

<sup>10</sup> Em particular, os cadernos 13 e 18, que integram o Vol. 3 da edição organizada por Carlos Nelson Coutinho pela Editora Civilização Brasileira. Nesse volume, o pensador marxista italiano Antonio Gramsci analisa a correlação de forças e os conceitos de hegemonia e contra hegemonia no Estado capitalista.

<sup>11</sup> A coletânea contém uma série de artigos publicados por Trotsky sobre a América Latina, pela Editorial Pluma nos anos 1970, nas *Oeuvres*, publicados em francês pelo *Institut Leon Trotsky*, (dirigido pelo historiador Pierre Broué), na Revista *Clave* (órgão publicado no México pela Quarta Internacional), entre outros adicionados à publicação brasileira pela Edições Iskra.

estrangeiro no desenvolvimento industrial. Essa debilidade promove governos, que oscilam constantemente entre a pressão do capital estrangeiro e nacional, arbitrando sobre as classes sociais por duas maneiras de governar:

a) submetendo-se ao imperialismo com métodos ditatoriais contra o movimento operário;

b) manobrando junto ao movimento operário melhores condições de barganha com o capital estrangeiro.

Esperamos que o aprofundamento dessas definições contribua para a análise do processo político durante a chamada Era Vargas (1930-1945)<sup>12</sup>.

A parte final deste capítulo se concentrará em expor as principais definições, presentes em diversos textos que tratam da teoria da revolução permanente, elaborada por Leon Trotsky desde 1904 e que se contrapôs frontalmente às teses stalinistas do *Socialismo num só país*, elaboradas por Bukharin no contexto de burocratização do PC russo e adotadas pelo partido a partir do XIV Congresso<sup>13</sup>. A concepção *etapista* de revolução deriva justamente dessa teoria, que estabelece como prioridade a manutenção do socialismo na URSS para, após isso, apoiar os processos revolucionários ao redor do mundo. Faremos essa exposição revisando o conceito do internacionalismo proletário presente nas obras de Marx e atualizado por Lênin e Trotsky na época imperialista.

Será, também examinada nesta parte, uma série de textos de Trotsky que condensam os aspectos teóricos sobre a revolução permanente. Entre eles, *Lições de Outubro*, *Programa da Revolução Internacional ou programa do socialismo em um país? (Crítica ao programa da Internacional Comunista)*, *A Revolução Permanente* e as *Três Concepções da Revolução Russa*. Estas formulações abordam o problema estratégico da relação entre a revolução na sua dimensão territorial nacional e sua projeção em escala internacional, estabelecendo como prerrogativa uma política independente do proletariado em relação à burguesia, capaz de fundir as tarefas democráticas com as tarefas socialistas, nos países atrasados e imperialistas,

---

<sup>12</sup> Aqui me refiro ao debate que será desenvolvido nos capítulos seguintes desta pesquisa em relação a como a LCI respondeu politicamente ao nacionalismo burguês.

<sup>13</sup> O XIV Congresso do Partido Comunista Russo, realizado em Moscou entre 18 e 31 de dezembro de 1925, o segundo após a morte de Lênin, foi marcado não somente pela mudança de nome do partido para PCU (Partido Comunista Unificado), como também representou a derrota de Trotsky e seus aliados da oposição de esquerda em relação às teses sobre a revolução permanente. Stalin adotou oficialmente as teses de Bukharin, que estabeleciam uma contraposição entre o desenvolvimento do socialismo na URSS e a revolução em escala mundial.

em dinâmica permanente e internacional, de forma contraposta às teses de Stalin<sup>14</sup>. No final deste capítulo analisaremos como a política de *Frente Popular* apoiava os regimes coloniais "democráticos" e suas respectivas burguesias em oposição ao fascismo até 1945.

Essa abordagem será de fundamental importância nos capítulos seguintes, pois possibilitará analisar como a LCI respondeu politicamente à questão do nacionalismo e enfrentou as pressões que derivaram desse fenômeno, ao pensar na construção da hegemonia operária como chave estratégica para a libertação nacional e o desenvolvimento da revolução operária no Brasil.

### **1.1. Nacionalismo.**

O esforço teórico para analisar a relação entre os conceitos de nacionalismo e hegemonia passa por destacar o caráter ideológico da comunidade nacional, e, portanto, das vertentes teóricas que concebem o estado-nação como entidade natural e abstrata, que representa supostamente a vontade (espírito) de um povo, desvinculada das determinações de dominação política e exploração econômica. Trata-se de compreender aqui o conceito de nação associado ao modo de produção capitalista, em estreitas relações com o Estado burguês no processo de reprodução das relações sociais.

A ideia de nação já aparece em formações pré-capitalistas, remetendo a uma sociedade inclusiva e sem necessariamente se relacionar com um modo de produção específico. Já a ideologia nacional se estrutura a partir de determinações constitutivas do M.P.C., sendo fundamental para a legitimação de práticas condizentes com a reprodução dele. O que implica, para uma abordagem marxista, centrar a análise da ideologia nacional nos nexos entre o aparelho de estado e as relações de produção. A nação constitui-se, segundo Poulantzas<sup>15</sup>, como um espaço político-ideológico, subproduto "do efeito de isolamento e efeito de representação de unidade" (ALMEIDA, 1995, p. 17).

Isso porque o Estado burguês "atomiza", individualiza os agentes da produção, ou seja, apresenta capitalistas e trabalhadores diretos como indivíduos livres, iguais e competitivos. Percebem-se como se estivessem em relações sem exploração ou dominação e,

---

<sup>14</sup> Baseado fundamentalmente na análise de dois textos de Stalin, *A revolução de outubro e a tática dos comunistas russos* e *a Carta del camarada Ivanov y respuesta del camarada Stalin*.

<sup>15</sup> Admite-se aqui a referência a obra de Nicos Poulantzas *Pouvoir Politique et Classes Sociales*.



mais ainda, como membros de uma comunidade: a comunidade nacional soberana. E, reciprocamente, o Estado não aparece como uma agência de dominação, mas como garantidor dessa igualdade e liberdade, de depositário da soberania desta comunidade de iguais, a nação.

Esse duplo efeito consiste na exclusão das classes dominadas das instituições de controle do Estado, ao mesmo tempo que o apresenta como entidade representante do *povo-nação*. Promove, assim, um *efeito de isolamento* econômico que abstrai o caráter de dominação de classe do Estado, através da desorganização política das classes dominadas, e um outro efeito, o de *representação de unidade*, fundamentado na composição de uma comunidade de indivíduos políticos e privados, livres e iguais. Tais *efeitos* ocorrem simultaneamente e permitem a organização política das classes dominantes, anulando, por sua vez, o efeito de isolamento econômico do Estado. Poulantzas, dessa maneira, afirma que:

A contradição principal desse Estado não consiste no fato de se "dizer" um Estado de todo o povo quando é um Estado de classe, mas, precisamente, no fato de se apresentar, nas suas próprias instituições, como um Estado "de classe" (das classes dominantes que contribui para organizar politicamente) de uma sociedade institucionalmente fixada como não-dividida-em-classes; no fato de se apresentar como um Estado da classe burguesa, subentendendo que todo o "povo" faz parte dessa classe. (POULANTZAS, 1977, p. 182)

Nesse sentido, os agentes de produção, supostamente livres e iguais entre si, ficam subordinados a uma dominação ideológica vinculada à estrutura jurídico-política do Estado capitalista que realiza a integração desta sociedade. Como observa Almeida, na esfera ideológica a nação se apresenta como um *locus* da igualdade e de comunidade, ou seja, como uma sociedade cujos integrantes são individualmente representados pelo interesse do Estado nacional. Estabelece-se assim um nexo estrutural entre a ideologia nacional e o Estado capitalista (Estado nacional), determinante para normatizar a reprodução de um modo de produção marcado pela existência de classes sociais que possuem uma essência antagônica.

A partir dessas considerações, já é possível estabelecer uma crítica à concepção liberal de cidadania, o que é feito por Décio Saes<sup>16</sup> ao analisar a obra de T.H. Marshall *Cidadania e Classe Social*<sup>17</sup>. A principal crítica de Saes remete ao fato de que o sociólogo britânico não

---

<sup>16</sup> Refiro-me ao artigo Cidadania e Capitalismo: uma crítica a concepção liberal de cidadania, publicado na Revista *Crítica marxista* (2003).

<sup>17</sup> Essa obra faz parte do ensaio publicado pelo autor em base a uma conferência de 1949: *Cidadania, classe social e status*. Publicada em português pela editora Zahar, 1967.

dispõe de um modelo teórico que permita definir o fator da relação de forças entre os agentes envolvidos, ou seja, a classe trabalhadora, as classes dominantes e a burocracia do Estado. Os direitos civis, nesta perspectiva, são adquiridos baseados em uma relação de coexistência evolutiva na interação desses agentes, e não como subproduto dos desdobramentos que envolvem as lutas populares.

A adoção de uma perspectiva evolucionista acerca dos direitos civis desconsidera os processos revolucionários como fatores fundamentais de ruptura do *status quo* de um determinado modo de produção e concentra o seu desenvolvimento a partir do papel desempenhado pelas instituições do Estado. Justifica-se a evolução dos direitos civis dentro do capitalismo em convivência harmônica com as desigualdades sociais, já que o processo que determina a aquisição de direitos civis para Marshall está diretamente vinculado à necessidade da participação *livre* dos indivíduos no mercado, em particular, a partir da venda de força de trabalho. Como explica Saes:

Marshall, portanto, subestima – é o mínimo que se pode dizer – o potencial do processo revolucionário na destruição do *status* feudal; e tende, *em substituição*, a encarar o processo de instauração da cidadania civil como um processo de evolução institucional, caracterizado, como já vimos, pela fusão de instituições no plano geográfico e pela separação de instituições no plano funcional. O desajuste dessa concepção se torna, evidentemente, mais gritante quando testamos o seu poder explicativo na análise do processo de formação da cidadania na França, já que a Revolução Francesa fez cair de modo ruidoso e radical os privilégios senhoriais em 1791. (SAES, 2003, p. 16)

A importância dessa transformação radical promovida pela ruptura com o feudalismo e com a consolidação do capitalismo consiste em estabelecer a relação entre a mercadoria e o papel decisivo da ideologia nacional. A ideologia nacional aparece, assim, como a ideologia do modo de produção capitalista. Se é verdade que a existência da dominação de classe é um traço comum entre o feudalismo e o capitalismo, a distinção que merece ser destacada aqui é que no modo de produção capitalista essa dominação é articulada e ocultada pelo princípio de igualdade.

Enquanto, no feudalismo, a forma de trabalho é diretamente social, ou seja, concreta, baseada na dependência pessoal (econômica e social); no capitalismo, o reino do trabalho é abstrato, pois nele predominam relações de igualdade político-jurídicas entre os indivíduos, o que oculta a exploração da força de trabalho e a dominação política numa sociedade produtora

de mercadorias. No capitalismo, os homens são atomizados e constituídos como proprietários livres para se inserirem em relações de mercado.

Essa relação de igualdade entre os trabalhadores e os proprietários do capital pressupõe a separação entre produtor direto e os meios de produção, diferenciando-se do feudalismo, onde os trabalhadores possuíam os meios de produção e eram subordinados a uma relação direta de servidão. Por essa razão não havia liberdade nas relações de produção e os trabalhadores não se integravam ao aparelho do Estado, o que se tornava incompatível com a constituição da ideologia nacional. Segundo Almeida:

Tais relações são incompatíveis com a constituição de uma ideologia nacional, pois, onde "homens se apropriam de homens", não há como se instaurar como dominante a representação ideológica de um corpo soberano constituído pela comunidade de indivíduos-sujeitos extensiva a todos os agentes de produção sobre a base de um território precisamente delimitado (ALMEIDA, 1995, p. 28).

No processo de elaboração de *O Capital*, Karl Marx concebe a dominação de classe como parte da reprodução do modo de produção capitalista. A existência do capital corresponde à exploração da força de trabalho, e não da simples circulação de mercadoria. A ideologia nacional atua nesse processo, a partir da estrutura jurídico-política do Estado, realizando a abstração da relação de dominação ao postular o princípio de igualdade entre proprietários e trabalhadores. Almeida critica as vertentes economicistas de interpretação dos escritos d'*O Capital*, diferenciando-as em duas correntes: a) o Economicismo "exagerado" (voluntarista), que negligencia o papel do Estado na determinação das relações políticas, jurídicas e econômicas do capitalismo; b) o Economicismo "mitigado" (objetivista), que reduz os fatores econômicos às relações mercantis, que se apresentam desvinculadas da política. Como consequência, esses dois tipos de economicismo levam a um caminho em comum: a ausência da dimensão político-jurídica das relações de produção e a neutralização das categorias ideológicas, como a nacional e das estruturas do estado capitalista.

Uma dessas análises economicistas está presente na concepção *weberiana* que concebe no desenvolvimento da indústria o caráter distintivo das sociedades modernas que, por essa via, promovem a efetivação da ideologia nacional. Para Weber, a homogeneidade decorrente do processo industrial de produção faz com que os cidadãos se tornem livres e é esse processo de modernização gerado pela indústria que determina a consolidação do Estado

Nacional e o igualitarismo. Weber, conscientemente separa a industrialização das relações de produção e concebe a dominação de classe no modo de produção capitalista, de maneira acrítica, ou seja, baseada no conceito de *dominação legítima*.

Diferentemente do Estado pré-capitalista, no qual a *legitimidade* se sustenta em base ao "direito divino", no Estado capitalista a dominação política é indireta e se apoia na soberania popular e na laicidade. Segundo Poulantzas, isso permite estabelecer a relação de igualdade e liberdade dos indivíduos, sujeitos não determinados e agentes de produção, que se constituem como uma massa de cidadãos dentro da forma de "Estado-popular-de-classe". Estabelece-se, assim, um sistema jurídico e normativo, como parte da estrutura do estado de direito, que expressa a vontade do Estado, a partir da relação dos cidadãos com as leis, sendo a nação uma vontade do corpo político.

A influência da ideologia nas estruturas do Estado capitalista será importante para, posteriormente, tratar da relação do nacionalismo com a construção de hegemonia. Poulantzas afirma que a ideologia atua sobre as características do Estado capitalista, contribuindo para que este possa adquirir distintas formas e regimes, mas alerta que a dominação não pode ser reduzida à ideologia.

Estas características fundamentais do Estado capitalista não podem ser reduzidas ao *ideológico*: dizem, antes, respeito aquele nível regional do M.P.C. que é a instância jurídico-político do Estado, constituída por instituições tais como a representatividade parlamentar, as liberdades políticas, o sufrágio universal, a soberania popular etc. Não quer isto dizer que o ideológico desempenhe aí um papel capital; contudo, é um papel muito mais complexo e que, em caso algum, se pode identificar com o funcionamento das estruturas do Estado capitalista (POULANTZAS, 1977, p. 119).

A condição histórica para existência do M.P.C. está vinculada à dissolução das relações de estruturas de modos de produção pré-capitalistas, dos quais o mais estudado é o feudal europeu. Os agentes da produção tornam-se livres dos laços feudais de dependência pessoal e se constituem como sujeitos, a partir da separação entre o produtor direto e os meios de produção, o que é marcado pelo processo de industrialização e de reprodução ampliada do M.P.C. A constituição de classes antagônicas, decorrentes dessa separação violenta, como agentes suportes dessa estrutura, é o que garante a autonomia específica de economia e política no M.P.C.

Poulantzas apresenta essa visão de maneira delimitada da concepção historicista<sup>18</sup>. Para o autor, essa corrente de pensamento possui fundamentalmente dois problemas. O primeiro está relacionado à incompreensão da relação do Estado com a luta de classes. Os agentes de produção são identificados como "indivíduos sujeitos" e não como "suportes de estrutura", não constituindo classes sociais, enquanto o Estado passa a não refletir a luta de classes. E o segundo consiste em conceber a autonomia específica do M.P.C. somente no âmbito político, a partir da separação do conceito de "Sociedade Civil e Estado".

Para Poulantzas, a autonomia específica dos eixos político e econômico no M.P.C. é o que permite estabelecer a relação entre a estrutura jurídico-política do Estado com a estrutura de produção. O resultado dessa intervenção gera efeitos sociais na luta de classes, por isso essa relação define o contrato normativo do direito na igualdade dos cidadãos. A instância ideológica jurídico-política assume um lugar dominante no M.P.C., semelhante à ideologia religiosa no M.P.F. O direito burguês aparece como intermediação das relações mercantis que promovem a ocultação dos antagonismos de classe. A ideologia burguesa mistifica a diferença existente entre as relações de produção e sua expressão jurídica: categoria de propriedade (meios de produção) e contrato (trabalho assalariado).

A dominação de classe é determinante para a reprodução das relações capitalistas de produção. Uma mistificação, fruto da ideologia burguesa, oculta esse fator de dominação. A ideia de nação e a construção de uma ideologia nacional aparecem como fatores de dissolução das classes sociais antagônicas e dos processos de sua constituição como cidadãos proprietários, livres e iguais. O proletariado, por exemplo, dissolve-se em cidadãos, cuja única propriedade é seu trabalho e, assim, passa a ser integrado não como coletivo de classe, mas sim como coletivo nacional. Nesse ponto, Almeida chama atenção para uma questão importante ao refletir sobre como Poulantzas aborda o conceito de nação. Para além da sua dimensão ideológica na produção de efeitos de isolamento e aglutinação, o autor concebe a matriz espaço-tempo a qual se configura o capitalismo como "substrato real das representações" (ALMEIDA, 1995, p. 36).

Até então, estabelecemos a relação entre a ideologia nacional e as estruturas do Estado capitalista, assim como apresentamos suas principais características no exercício da

---

<sup>18</sup> Poulantzas se refere à corrente marxista de tendência historicista baseada em autores como Lefèbvre, Rubel e Marcuse; e à corrente marxista italiana Della Volpe, Cerroni e Rossi.

dominação política. Cabe agora aprofundar o exame de como a ideologia nacional, que é o pilar fundamental para a construção da hegemonia política burguesa, pode ou não se desvincular da dominação, no sentido estratégico da classe operária assumir para si a tarefa democrático-burguesa da libertação nacional nos processos de crise revolucionária.

O primeiro passo é estabelecer a distinção entre ideologia nacional e nacionalismo. Fundamentalmente, é importante diferenciar aquilo que determina a suposta legitimidade do Estado capitalista – relação da ideologia nacional com a estrutura jurídico-política vista anteriormente – do processo de apropriação da ideologia nacional no Estado capitalista-marcado por um movimento contraditório- a partir da intermediação da luta de classes. Essa apropriação resulta no fenômeno do nacionalismo, ou seja, na manifestação da ideologia nacional nas estruturas do Estado capitalista, cuja reprodução se realiza dentro de um território determinado.

O nacionalismo, como expressão da questão nacional, pode estar presente em formações sociais pré-capitalistas. Nestes casos antecipa não somente a ideia de nação efetiva, mas também se consolida efetivamente como motor essencial das revoluções burguesas. Compreendendo dessa forma, entendemos o nacionalismo já como a efusão de uma ideia de cidadania, que mesmo transcendendo a formação social burguesa, só consegue existir sob a condição de consolidação do Estado capitalista ou como expressão da crise da ideologia nacional de um Estado de classe já constituído. Como define precisamente Almeida:

Mais do que anteceder historicamente o Estado Burguês, a nação é precedida pela questão nacional. Em outros termos, pode haver questão nacional sem nação efetiva, embora neste caso, aquela expresse – diretamente ou não – o clamor de certas forças sociais por um certo tipo de organização social. (ALMEIDA, 1995, p. 52)

No caso da questão nacional é possível recorrer às análises de Marx e Engels sobre as revoluções de 1848-1849, na França. E às de Poulantzas quando analisa as revoluções burguesas, em particular no caso alemão. Marx define o golpe de 02/12/1851 de Luís Bonaparte como uma espécie de reedição do golpe do 18 Brumário de Napoleão Bonaparte, em 1799, que consolida o Estado burguês na França. O autor fala de uma distorção da revolução de fevereiro de 1848 que, contraditoriamente, não acabou com a monarquia, mas sim com as conquistas democráticas de luta. Ou seja, ao invés das classes populares obter novas conquistas, o Estado retornou ao seu regime antigo. A revolução de fevereiro foi

derrotada, cada fração burguesa foi atraída pelo bonapartismo para salvar a ordem e o golpe foi o desfecho reacionário permitido pela burguesia com a traição dos ideais da revolução de 1848.

O balanço de Marx sobre a revolução de 1848 refuta a ideia liberal dominante. Ideologia compartilhada pelo anarquista Proudhon, para quem o golpe de 1851 foi subproduto de uma espécie de *efeito surpresa* do cenário político francês. Para Marx, as condições do golpe estavam determinadas pela dinâmica da luta de classes dos anos anteriores. Segundo ele o fator fundamental consistiu na acomodação da burguesia francesa, que deixou em segundo plano suas aspirações democráticas, preferindo se ausentar do exercício direto do poder político e, conseqüentemente, confiando a constituição a Luís Bonaparte em meio a uma crise revolucionária.

Pode-se dizer que, ao analisar esse processo, as revoluções burguesas não permitem mais o avanço da classe operária dentro dos limites do capitalismo. A burguesia já desempenha um papel contrarrevolucionário, enquanto a classe operária ainda não superou os períodos de ressaca, capazes de transformar as questões democráticas da revolução moderna em algo concreto. Como Marx afirma:

Não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social do século XIX pode colher a sua poesia. Ela não pode começar a dedicar-se a si mesma antes de ter despedido toda a superstição que a prende ao passado. As revoluções anteriores tiveram de recorrer a memórias para se insensibilizar em relação ao seu próprio conteúdo. A revolução do século XIX precisa deixar que os mortos enterrem os seus mortos para chegar ao seu próprio conteúdo. Naquelas, a fraseologia superou o conteúdo, nesta, o conteúdo supera a fraseologia. (MARX, 2011, p. 28-29).

Se na França, a burguesia traiu toda e qualquer forma de aspiração democrática, na Alemanha, pressionada pelo proletariado, a burguesia abdicou do processo político de condução da formação capitalista. Sob a tutela monárquica de Bismarck, a burguesia alemã se desenvolveu sem se confrontar com a nobreza. Poulantzas destaca como esta transição foi lenta, sem promover nenhum tipo de ruptura com a hegemonia da nobreza, substituindo as estruturas feudais por um papel superior do Estado no capitalismo de guerra.

Os *Junkers* prussianos (nobreza fundiária), vinculados à predominância do M.P.C. na agricultura, mantiveram-se como classe dominante, afastaram-se da capitalização de renda, diante do pavor da proletarização. Os pequenos produtores foram expropriados, os

camponeses transformados em operários agrícolas, e o capitalismo se desenvolveu em base a um processo lento, coexistindo com traços feudais. Ocorreu, então, o que Poulantzas chama de *defasagem jurídica* - existem as formas da propriedade capitalista, porém estas se apresentam nas estruturas ainda feudais do Estado e sem a burguesia no poder político.

O que se constata, é que a Revolução burguesa na Prússia, e mesmo mais em geral na Alemanha, *simplesmente não teve lugar*: o movimento de 1848 e a concessão pelo monarca da Prússia de uma constituição não marcaram uma importante *viragem* no processo de transformação das relações de produção, e não mudaram em nada a superestrutura do Estado e os detentores do poder político (POULANTZAS, 1977, p. 176).

Em outras palavras, o que o autor constata precisamente é a incapacidade política da burguesia alemã de dirigir sua própria revolução democrático-burguesa. Ocorre o que Marx e Engels definiram como "revolução pelo alto". Entretanto, para Poulantzas, essa especificidade não se dá apenas no caso da revolução alemã, pois os outros processos considerados clássicos de revolução burguesa também sofrem, ainda que em diferentes âmbitos, essa *defasagem*. Na França ocorreu a *defasagem econômica*, em consequência do não acompanhamento do avanço político pelo desenvolvimento econômico. Já na Inglaterra, houve uma *defasagem política*, com a dominância do M.P.C., via capitalização da renda fundiária, sem que a burguesia se elevasse ao poder político.

Nesse sentido, Poulantzas conclui que não existe um modelo clássico de revolução burguesa e que esses processos geram um impacto ideológico no movimento operário, caracterizado pelo *mimetismo*. Ou seja, uma espécie de distorção da teoria revolucionária, baseada nos vícios adquiridos pela classe operária nesses países ao compreender a revolução conforme a sua respectiva burguesia nacional. Essas *tentações* aos vícios, apontadas por Poulantzas, podem ser consideradas como desvios remetidos às respectivas pressões específicas. No caso inglês, tem-se o economicismo (ligado a estrutura *trade-unionista*<sup>19</sup> dos sindicatos) e a atuação corporativa; na França o radicalismo dos métodos políticos pequeno-burgueses herdado da tradição jacobina; e na Alemanha, o *Lassalismo*, fruto da concepção possibilista de promover reformas sociais para superar as contradições no Estado capitalista.

---

<sup>19</sup> Trade Unions - Associações de trabalhadores, inicialmente na Inglaterra, para a defesa dos seus interesses corporativos. Concebido na referência como um regime sindical e que se desdobrou na criação de partidos políticos de caráter reformista, onde o aspecto econômico-corporativo, acima do político, distanciava a classe operária da necessidade da revolução.



Por outro lado, o clamor de igualdade derivado do conceito de nacionalidade presente na etapa pré-capitalista desenvolve-se a tal ponto a partir das revoluções burguesas que a questão nacional assume o epicentro das formações sociais burguesas. Apresenta-se, assim, contradições que geram tensões no processo de legitimação da dominação. A ordem econômica se sobrepõe à ordem político-jurídica. O impacto da luta de classes nas estruturas do estado capitalista promove crises na construção da ideologia nacional, mantendo o paradigma nacional, mas questionando sua matriz dominante. O que se caracteriza como resultado da dialética entre a expectativa popular da política intervencionista e social do Estado e o seu caráter estrutural de reforçar os interesses privados das frações dominantes.

A desigualdade social, econômica e o recrudescimento de conflitos étnicos, provenientes do processo de internacionalização do capitalismo, reduzem a capacidade integrativa da ideologia nacional. Os mecanismos ideológicos encontram menos vazão no acentuamento das contradições da realidade material. A principal definição, que vale destacar aqui antes de um aprofundamento, concentra-se no fato de que as lutas democráticas resultante dessas contradições, ainda que não necessariamente apontem diretamente para a superação do tipo capitalista de Estado, podem avançar para questionar a legitimidade do Estado Burguês, sua forma de dominação (regime) e, conseqüentemente, a hegemonia da classe dominante. Nesse terreno, que reside a problematização de como a classe operária deve e pode avançar como classe hegemônica.

## **1.2. Hegemonia e questão nacional.**

Antes de validar ou não a hipótese de que a classe operária se constitui como classe hegemônica para a libertação nacional na condução do processo revolucionário, é necessário examinar mais precisamente o conceito de hegemonia e sua relação com o Estado, o poder da superestrutura política. Para Poulantzas, hegemonia e dominação política estão completamente associadas. As estruturas do Estado capitalista, a partir da autonomia específica das esferas econômica e política, garantem, até um certo limite, os interesses econômicos das classes dominadas.

Isso acontece porque a garantia de certos interesses econômicos da classe operária não implica, diretamente, limitação política das classes dominantes e pode mesmo contribuir para a desorganização política da classe dominada. Ao mesmo tempo em que aparece como função

específica vinculada à estrutura econômica do Estado capitalista, ela também possui um caráter ideológico para a consolidação da hegemonia burguesa, como representação geral do interesse do povo. A dialética reside nas relações entre concessão econômica e dominação político-ideológica.

O Estado capitalista assume, portanto, uma *dupla* característica diante do impacto da luta de classes. O sacrifício econômico atua em benefício da preservação do poder político. Nesse aspecto, Poulantzas se apoia na definição de Gramsci de *equilíbrio instável* presente em sua teoria de *Estado Integral* entre as classes dominantes e dominadas, salientando, também, que há a necessidade de um *compromisso* que corresponda ao limite da consolidação da hegemonia burguesa. Ou seja, momentos em que a classe dominante satisfaz interesses econômicos contrários à sua vontade imediata para garantir o seu plano político de dominação.

Além dessas características, o Estado capitalista possui, segundo Poulantzas, outra particularidade: o processo de constituição do *bloco no poder*. Pode-se dizer que esse conceito explica o funcionamento da dominação político-burguesa, semelhante ao que Marx apresentou em *Lutas de Classes na França*, como *Círculo de Dominadores* e o que Gramsci definia como Bloco Hegemônico. Em situações convulsivas, como na insurreição de junho de 1848 na França, quando o proletariado questionou os parâmetros burgueses da constituição após as jornadas de fevereiro e promoveu, assim, o primeiro embate histórico contra a hegemonia burguesa, fica nítida a presença das modificações da unidade política do Estado. Se, no primeiro período da revolução, a coalizão formada pela oposição dinástica, a burguesia republicana, a pequena burguesia democrática e o proletariado social-democrata representaram a derrubada do domínio exclusivo, ou seja, nos termos de Poulantzas, a hegemonia, da aristocracia financeira, nesse segundo período, o que prevaleceu foi a união de todas as classes contra o proletariado.

Durante o mês de junho, todas as classes e todos os partidos se uniram no *Partido da Ordem* contra a classe proletária, considerada o *partido da anarquia*, do socialismo, do comunismo. Eles "salvaram" a sociedade dos "inimigos da sociedade". O lema repassado por eles às suas tropas consistia nas palavras-chave da antiga sociedade: "*Propriedade, família, religião, ordem*", instigando a cruzada contrarrevolucionária com a frase: "Sob este signo vencerás!". A partir desse momento, sempre que qualquer um dos numerosos partidos que haviam se conglomerado sob esse signo contra os insurgentes de junho tenta impor na arena revolucionária o interesse da sua própria classe, ele sucumbe diante do mote: "Propriedade, família, religião,

ordem". A sociedade é salva sempre que o círculo dos seus dominadores se estreita, sempre que um interesse mais exclusivo é imposto a um mais amplo (MARX, 2011, p. 36-37).

Trata-se aqui, portanto, da unidade política que garante o funcionamento do Estado burguês em uma formação social que se constitui por vários modos de produção e implica, necessariamente, na coexistência de várias classes e frações de classe dominante. Muito mais complexo do que qualquer esquema dualista, trata-se aqui de qual interesse dominante vai prevalecer. Para Poulantzas, o *Bloco no Poder*, caracteriza-se fundamentalmente por: a) se expressar na estrutura do Estado capitalista; b) representar o campo das práticas políticas das classes dominantes em uma formação capitalista; e c) organizar como classe dominante a burguesia que é dividida em frações de classe.

O Estado capitalista, conforme analisa Marx, pressupõe a dominação política da burguesia, fixando os limites das suas instituições, a partir da existência ou inexistência da fração hegemônica. Seja por meio de um regime democrático, através do sufrágio universal, como mecanismo que ilustra o alargamento da relação do Estado entre as classes dominantes e classes dominadas. Ou no interior de um regime bonapartista, como no período entre 1930-1964 no Brasil, em particular nos anos do varguismo, como resultado de uma crise de hegemonia que ampliou a capacidade de intervenção da burocracia de Estado. Ou também numa ditadura militar; ou mesmo de um regime fascista.

Como a dominância do M.P.C. opera por meio da propriedade privada dos meios de produção, esse aspecto de concentração da grande propriedade fundiária foi determinante e se expressou no campo das práticas políticas, em particular na transição do feudalismo para o capitalismo. Ou seja, a burguesia absorveu a nobreza no processo de capitalização da renda fundiária para construção da hegemonia. Cada fração burguesa assume um lugar separado no processo de produção, mas no mesmo interesse do capital, assim como a fração fundiária. Essas divisões entre as frações não são determinadas por princípios, mas sim pelas condições materiais de existência.

Sob a influência da luta de classes, o *Bloco no Poder* define-se pela unidade contraditória das frações da classe dominante, em geral com a prevalência de uma delas que, neste caso, se torne a fração hegemônica. O que não descarta a possibilidade de crise de hegemonia no interior do *bloco*, o que mais à frente será desenvolvido na abordagem da relação entre esse aspecto e as tendências ao bonapartismo.

A hegemonia se torna possível pela unidade institucional do Estado capitalista e apresenta um duplo aspecto: prevalecimento de uma fração de classe no interior do bloco no poder e frente ao conjunto da sociedade. Segundo Décio Saes, pode ocorrer uma "divisão do trabalho". Como no caso do Brasil durante a ditadura militar: no interior do bloco no poder prevaleciam os interesses hegemônicos da fração bancária da burguesia, enquanto em convergência no conjunto da sociedade quem desempenhava o papel hegemônico era a fração vinculada à grande indústria. Ou seja, a hegemonia do grande capital (grande burguesia) que se desdobrava no exercício desta dupla função. A determinação dessa predominância da fração comercial, industrial ou financeira dependerá da conjuntura produzida pelas relações entre as classes e frações de classes.

É o que explica, por exemplo, como a fração republicana da burguesia francesa, que exercia a oposição à monarquia constitucional burguesa de *Luís Felipe*, foi do domínio para a dissolução, uma vez que ele era impopular na pequena burguesia e especialmente no proletariado, por já tomar como satisfeitas as concessões da aristocracia no governo provisório gerado pelas jornadas de fevereiro. A burguesia republicana não exerceu uma função hegemônica, segundo Marx, pela via de uma "revolta liberal", mas sim por conta de uma rebelião operária reprimida. Não foi uma revolução que a colocou no poder (governo), mas sim uma contrarrevolução. Como maioria na Assembleia Constituinte, a burguesia republicana expulsou os socialistas do governo e os democratas (pequena burguesia) da Comissão Executiva, assumida ditatorialmente por Cavaignac<sup>20</sup> após a insurreição de junho.

O fim do *domínio exclusivo* dos republicanos é marcado pela dissolução da assembleia nacional constituinte. O *Partido da Ordem*, composto pela "massa da burguesia", proprietários de terra, aristocracia financeira e grandes industriais, avançou contra os republicanos e foi a base de sustentação para o ministério formado por Luís Bonaparte, sob a justificativa de que a assembleia atrapalhava o novo governo e a nação estava cansada. Os representantes populares de Bonaparte, oriundos da pequena burguesia (campeinato), mesmo não tendo força para criar um partido autônomo, atuavam como apêndice do *Partido da Ordem*, o que garantiu a maioria deste no parlamento (suposta representação da "vontade do

---

<sup>20</sup> Louis- Eugène Cavaignac (15/10/1802- 28/10/1857) - General Francês responsável por comandar a repressão que derrotou o proletariado francês na insurreição de 23 a 26/06/1848.

povo"). No contexto de uma correlação de forças do continente europeu marcada pela vitória da contrarrevolução monárquica em diversos países.

Diante desse contexto, Marx chamou a atenção para dois diferentes prismas na análise dessa situação. O primeiro prisma apontado foi o democrático-institucional, aparentemente baseado na disputa entre *monarquistas* (Legitimistas e Orleanistas<sup>21</sup>) pelo trono e no ataque às liberdades democráticas: e *republicanos* (burguesia democrática e pequena burguesia organizada na Montanha<sup>22</sup>). O outro prisma, pode ser observado a partir da perspectiva da luta de classes, ou seja, é determinado pela prática política de atuação da burguesia contra as demais classes, marcada pela rivalidade entre o capital e propriedade fundiária que delimitavam as duas principais frações do *Partido da Ordem*, o que, posteriormente, estabeleceu as condições para o golpe de Bonaparte e a abolição do sufrágio universal.

O mais interessante ao se analisar esse processo no debate em questão é que a hegemonia como dominação política da burguesia ficou incompatível com sua forma de dominação, o regime parlamentar. A classe dominante abdicou do controle político mais direto para manter a dominação econômica, relegando a Bonaparte essa tarefa e responsabilizando a classe operária pela não defesa do Parlamento. O Estado assumiu a forma monárquica do domínio burguês. Ou seja, constituiu-se um regime bonapartista, enquadrado por um Estado burguês. Entende-se aqui como *domínio* o poder político de classe e *forma* como regime político que organiza essa dominação.

Vale destacar também a diferença apontada por Poulantzas entre *Bloco no Poder* e *Aliança*, que reside justamente na forma que o Estado capitalista assume, como por exemplo a relação da pequena burguesia ausente do *Bloco*, mas que eventualmente pode se coligar a ele. Determina, assim, o caráter diferencial da unidade na relação contraditória entre o *Bloco*, que expressa a dominação de classe do Estado e a *Aliança*, que garante a formação de um determinado regime político de dominação. Enquanto, a *Aliança* não reduz os conflitos políticos, econômicos e sociais, o *Bloco no Poder* exige uma extensão mais relativa e condicionada ao patamar estratégico da unidade burguesa na luta de classes. Essa diferença, também permite uma relação na qual as *alianças* se mantenham mesmo com transformações

---

<sup>21</sup> Duas alas da monarquia francesa que se aliaram no Partido da Ordem, apesar das rivalidades sucessórias pelo trono francês.

<sup>22</sup> Partido Social-Democrata composto por representantes da pequena burguesia em coalizão com socialistas representantes dos trabalhadores. Aliança programática que transformou as reivindicações revolucionárias do proletariado em "democráticas".

no *Bloco no Poder*, como na Alemanha, onde a burguesia financeira se aliou à pequena burguesia contra a burguesia industrial para conquistar hegemonia.

Consideramos que antes de entrar no debate final da segunda parte desse capítulo, sobre hegemonia e dominação política a partir da relação do proletariado com a questão nacional, seja importante também identificar como Poulantzas trata o conceito de *Apoio*, uma outra forma de complementação das classes com o *Bloco e Alianças* na forma de Estado capitalista. O *Apoio* das classes está mais relacionado com a forma de Estado, do que com a unidade política do *Bloco no Poder* e das classes aliadas.

*Apoio* não determina e nem impõe qualquer sacrifício dos interesses do *Bloco no Poder* e das classes *aliadas*, pois baseia-se em uma espécie de fetichismo de poder, uma ilusão ideológica de que o Estado poderia satisfazer os interesses das classes-apoio, acima da relação de forças estabelecida pela luta de classes. Nesse caso, o Estado não é obrigado a adotar medidas favoráveis aos interesses das classes-apoio. Mais uma vez, recorremos como exemplo, às lutas de classes na França e à Revolução de 1848. Os camponeses na França apoiam Bonaparte, voltando-se para os valores e para a tradição, com uma ideia fantasiosa na qual o imperador poderia validar seus interesses de classe.

A república havia se anunciado à classe camponesa na figura do *agente do fisco*; esta se anunciou à república na figura do *imperador*. Napoleão foi o único homem que representou exaustivamente os interesses e a fantasia da classe camponesa que teve sua existência renovada em 1789. Ao inscrever o seu nome no frontispício da república, ela declarou guerra externamente e validação dos seus interesses de classe internamente. Para os agricultores, Napoleão não era uma pessoa, mas um programa. Eles marcharam para os locais de votação com bandeiras, com fanfarras, bradando: *plus d'impôts, à bas les riches, à bas le République, vive L'Empereur!* Chega de impostos, abaixo os ricos, abaixo a república, viva o imperador! Por trás do imperador se ocultava a guerra dos camponeses. A república que eles puseram abaixo com seus votos foi a *república dos ricos* (MARX, 2012, p. 79).

Trata-se da condição de classe da pequena burguesia como suporte para as classes dominantes, quando não está sob pressão da ação do proletariado. Esse *apoio* está relacionado ao temor do poder da classe operária, caso típico da pequena burguesia pela incapacidade de organização política autônoma, pelo lugar que ocupa na produção. O suporte que oferece à classe dominante está encadeado em chave a uma ilusão ideológica de que o proletariado prejudicaria mais os seus interesses imediatos, principalmente os econômicos. O proletariado é visto como inimigo porque abolirá a propriedade; o banqueiro é visto como inimigo porque

toma (ou ameaça tomar) a propriedade do camponês quando este não consegue pagar as dívidas para o banco. O que supostamente justificaria a "proteção" do Bonaparte.

Para adentrar com maior precisão na questão central de hegemonia e a questão nacional que reside esse capítulo recorreremos às semelhanças e diferenças teóricas entre Poulantzas e Gramsci acerca do conceito de hegemonia. Para isso é necessário separar duas questões: 1-) a da hegemonia no sentido gramsciano de direção ideológica de uma sociedade, produção do consenso, o qual dispensa o puro exercício da violência física. Por exemplo, a hegemonia burguesa nos leva a ignorar a presença da repressão em diversas esferas da vida social, a começar pelo judiciário. 2-) hegemonia em uma luta antiimperialista. O proletariado pode conquistar esta hegemonia sem dispor de capacidade hegemônica sobre o conjunto da sociedade. Esse segundo ponto que dedicaremos maior atenção.

Para Poulantzas, o proletariado não pode conquistar a hegemonia, no sentido de ocupar o lugar de ideologia dominante, antes de conquistar o poder político. Como já visto anteriormente, Poulantzas não desvincula hegemonia do fator de dominação política e critica a concepção de Lukács, sob a ótica do problema de sobrepolitização das ideologias, o que implica na ausência de autonomia específica das estruturas, da própria ideologia e de uma relação adequada entre ideologia dominante e classe dominante.

Entretanto, a crítica de Poulantzas a Gramsci não se concentra nesse ponto. Gramsci, diferente de Lukács, aponta a defasagem entre ideologia dominante e classe dominante, mesmo assumindo a classe operária como sujeito. O problema em Gramsci, no entanto, deriva dos mesmos princípios para Poulantzas, ao promover, pela primeira vez, a ruptura teórica entre hegemonia e dominação política. A hegemonia não é mais relacionada apenas com a dominação de classe. A ideologia proletária assumiria o lugar de ideologia dominante, no sentido hegemônico, antes do proletariado se tornar classe dominante politicamente.

De fato, é isto que revela uma das teses próprias de Gramsci, na qual procede a uma extensão inaceitável do conceito de hegemonia à estratégia da classe operária. Se bem que essa tese seja aparentemente contrária aos resultados explícitos dessa problemática, decorre contudo dos mesmos princípios teóricos e tem largamente contribuído para falsear o conteúdo científico do conceito de hegemonia, na medida em que a hegemonia já não é considerada como um tipo de dominação de classe. Gramsci introduz aqui uma ruptura teórica entre *hegemonia* e *dominação*. Segundo ele, uma classe pode e deve tornar-se uma classe dirigente *antes* de ser uma classe politicamente dominante, pode conquistar a hegemonia antes de conquistar o poder político (POULANTZAS, 1977, p. 198).

Partindo dessa concepção, Almeida, ao estabelecer os nexos da ideologia nacional com a legitimidade do Estado capitalista, reafirma que a ideologia nacional dentro dessa perspectiva teórica só se realizaria como hipótese por meio das classes dominadas. Afinal, ao Estado caberia apenas produzir coerção, criando um efeito separado da ideologia. Trata-se aqui de uma contraposição à perspectiva dualista do paradigma liberal entre *Estado e Sociedade Civil*.

A principal definição, que deriva dessa análise, é de que a ideologia nacional não está atribuída a um único ator social, ela é relativamente autônoma, porém seu caráter determinante e estrutural é burguês. Isso corresponde à ideia do igualitarismo, no sentido, de reproduzir as relações capitalistas, dissolvendo os agentes de produção em cidadãos livres e iguais. O Estado-nação concebe não apenas o aspecto de coerção e violência para lidar com as desigualdades, mas também na sua estrutura, uma ação *integrativa* de importante dimensão do processo de desorganização do proletariado. Existe, assim, um vínculo entre a força e a relação de poder, que não são separadas e nem podem ser generalizadas.

O elemento da força está presente, em geral, no funcionamento do Estado, mais especificamente no Estado capitalista, diferente de outras formações. Nele ocorre o monopólio da repressão física organizada, assumindo um caráter político, baseado na construção de legitimidade do Estado, regulamentação normativa jurídica e estabelecimento do poder constitucional. Esses fatores correspondem à autonomia do M.P.C. Para Poulantzas, Gramsci, ao definir a hegemonia como um "consentimento encorajado de coerção", estabelece princípios teóricos imprecisos, não constituindo o capitalismo de um tipo distinto de dominação de classe. A função ideológica e a força são entendidas em uma relação de *complementaridade*. Mesmo que complementares na visão gramsciana, elas são separadas, o que para Poulantzas consiste em uma concepção que não supera o dualismo historicista: Estado *versus* Sociedade civil, consenso *versus* coerção.

Retornando ao caráter relativo de autonomia do nacionalismo discutido por Almeida, ao utilizar esse conceito de Poulantzas de variante ideológica, concebe-se, assim, a atualização da formação ideológica sob o impacto direto na luta de classes. A classe operária (classe dominada) luta contra a burguesia (classe dominante), em base à redefinição do sistema de "recuperação" do Estado capitalista, ou seja, a partir da influência da burguesia.



A questão central dessa análise é estabelecer uma variante popular de ideologia nacional, onde a nação é produto das revoluções burguesas, que não se determinam apenas pela burguesia. Quanto mais se aprofunda a distância entre classe dominante e o povo, menos a revolução burguesa consegue dar conta da questão nacional. A nação se constitui, segundo Almeida, como um "hiato" específico entre as classes dominantes e dominadas, próprio do capitalismo, separando-se das correntes de pensamento que atribuem a ideologia nacional apenas a um ator social, e paralelamente, também das vertentes que não concebem a nação como determinação de um caráter estruturalmente burguês.

O obscurecimento dessa especificidade abre caminho para hipótese de que a comunidade nacional não se completa na sociedade capitalista e que, portanto, a revolução burguesa não resolve a questão nacional. Inversamente, afirma-se que a nação só se plenificará na sociedade sem classes. Em um caso como no outro, ao mesmo tempo em que se nega o caráter estruturalmente burguês do igualitarismo nacional, afirma-se a exclusividade da apropriação dessa ideologia, nas formações sociais capitalistas, pela classe dominante (ALMEIDA, 1995, p. 69).

Gramsci, no texto *Breves Notas sobre a política de Maquiavel*<sup>23</sup>, admite que a vontade nacional-popular está extremamente vinculada ao protagonismo político dos grupos sociais. Tendo como referência *O Príncipe*, de Maquiavel<sup>24</sup>, o marxista italiano concebe justamente como deve ser a condução do povo para a formação e fundação de um novo Estado. O *Príncipe Moderno*, para Gramsci, é o partido político como organizador dessa vontade nacional que deve ser constituída. Por exemplo, o *Jacobinismo*, uma expressão concreta de atuação hegemônica de uma vontade coletiva. Nesse aspecto, diferentemente de Poulantzas, que estabelece os limites e defasagens da revolução francesa definidos pelo aspecto do radicalismo pequeno-burguês, Gramsci destaca justamente como um grupo social atuou como força hegemônica em direção à construção de um tipo original de Estado.

O novo *Príncipe* não se presentifica na construção de uma figura heróica, baseada em virtudes, sortes e sacrifícios, mas sim de um partido político, atuante na reforma intelectual e moral, com um programa de reforma econômica cujo objetivo estratégico é fundar os pilares de um novo tipo de Estado. O partido político moderno, diferentemente do totalitário, assume

<sup>23</sup> Escritos presentes no caderno 13 (1932-1934) dos *Cadernos do Cárcere*, vol. 2.

<sup>24</sup> Conceito utilizado por Nicolau Maquiavel (1469-1527) na sua obra *O Príncipe*, dedicada a Lorenzo de Médici, regente de Florença, com o objetivo de estabelecer os principais conceitos da filosofia com vistas à construção do Estado moderno ou, de modo mais rigoroso, Estado burguês.

uma função de arbitragem com os demais grupos sociais expressa juridicamente na fórmula constitucional, que estabelece, na defesa da unidade estatal, a relação de consenso dos dominados na ação de princípios do Estado. E, nesse ponto, identificamos no pensamento gramsciano o conceito de hegemonia associado à predominância de um grupo social e seus aliados no controle do Estado.

Entretanto, ao analisar a questão de hegemonia, Gramsci também desenvolve o conceito de *luta hegemônica* que caracteriza o partido político moderno não necessariamente como o partido burguês. Em última instância, a preocupação de Gramsci é desenvolver, em base a esse conceito, o conjunto de operações táticas e de estratégia que permitam à classe operária organizar aliados populares para promover rupturas e questionar a dominação da força hegemônica burguesa. Questões que abordaremos mais adiante, neste capítulo, na análise das obras de Lênin e Trotsky, em particular na TRP.

A dissociação que Gramsci estabelece entre hegemonia e dominação política, na realidade é um *nexo dialético* que recobre as relações de estrutura e superestrutura do Estado, o qual deve ser aplicado em todas as situações de crise ou equilíbrio. Para comprovar seu argumento, o autor recorre a exemplos de ondas e oscilações da situação francesa no período de 1789 a 1870.

O erro em que se incorre frequentemente nas análises histórico-políticas consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: chega-se assim ou a expor como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam mediamente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes. Num caso, tem-se excesso de "economicismo" ou de doutrinário pedante; no outro, excesso de "ideologismo". Num caso, superestimam-se as causas mecânicas; no outro, exalta-se o elemento voluntarista e individual (GRAMSCI, 2012, p. 38).

Outro fator que cabe destacar na concepção de hegemonia do autor é a premissa de como os elementos de vontade nacional-popular reagem politicamente às relações internacionais. Principalmente no que diz respeito ao aspecto de subordinação econômica ao sistema ideológico, no qual a ideologia dominante das nações hegemônicas se difunde nas nações atrasadas. O sistema ideológico é utilizado politicamente como uma espécie de margem de manobra pelos partidos que exercem a dominação, promovendo fenômenos frequentemente vistos na realidade política. Retóricas discursivas, por vezes, mais ufanistas e

nacionalistas, consistem no seu contrário ideológico na realidade material. A mais profunda submissão econômica em relação às nações hegemônicas.

Nesse âmbito das relações políticas internacionais, assim como aborda na questão nacional, Gramsci caracteriza duas proporções distintas da política. A pequena política, baseada essencialmente na diplomacia, com o objetivo de manutenção do equilíbrio já constituído. E a grande política, relacionada a cada Estado Nacional, e seus conflitos internos e externos. A hegemonia naturalmente se desenvolve no âmbito da grande política, consistindo na relação dialética de dois momentos, o da autoridade e da universalidade, o consenso caminha ao lado da autoridade e da força.

A força hegemônica do Estado transforma o indivíduo em *homem coletivo*. O sentido desse processo é construir uma relação de conformismo social, referenciado na ação educativa do Estado, que se caracteriza pela moralidade das massas populares às suas respectivas necessidades econômicas. O objetivo dessa ação, realizada pela classe dominante através do Estado, está no fato de exercer uma pressão social para obter consenso e colaboração, assim a liberdade dos indivíduos vira sinônimo de coerção estatal. Em base a esses fundamentos, Gramsci critica a posição de Croce, para quem estrutura do Estado é uma coisa em si mesma (*deus oculto*), em contraposição à aparência da superestrutura. Essa afirmação, para Gramsci, é um equívoco, no sentido que a ideologia desvinculada das estruturas de dominação do Estado só reafirma seu caráter mais débil. Em outras palavras, o sistema ideológico reduzir-se-ia, apenas, a um simples dogmatismo.

Em contraposição à ação positiva da educação exercida pelo Estado, o Direito é estrutura jurídica que se caracteriza pela ação repressiva, integrando assim, os elementos de coesão e coerção, fundamentais para o exercício de dominação. A forma política presente em Maquiavel, para Gramsci, permite o desenvolvimento das forças produtivas burguesas. Maquiavel é a expressão das contradições entre o equilíbrio interno nacional e a exigência dos Estados europeus na luta por hegemonia. O interesse nacional, consequentemente, nada mais é que o equilíbrio interno das classes, das forças sociais, cujo fator determinante é o consenso, e não a força.

A "tranquilidade interna" do estado-nação corresponde ao grau da função hegemônica do grupo social dirigente, definição vinculada à teoria da *dupla perspectiva*, que estabelece a relação de integração entre os aspectos simples e complexos, autoridade e hegemonia, força e

consenso, os operativos táticos e a estratégia. Não são formas que atuam em separado, mas sim interação de maneira correspondente. De um outro ponto de vista pode ser explicado pelos conceitos relacionados à ação da política. O *ser* representa a realidade efetiva, associada à atividade diplomática; e o *dever ser*, mostra-se na visão abrangente do político nos seus atos como estadista.

Gramsci não conceitua a hegemonia como estagnada, mas em movimento, no sentido que tal conceito é determinado pelos momentos (graus) da relação de forças constituídas em três aspectos:

a) Forças sociais - que correspondem aos elementos objetivos da situação que independe da vontade do sujeito nas estruturas, tendo como parâmetro o desenvolvimento econômico e social;

b) Forças políticas - associadas à consciência e organização dos grupos sociais. Atuam em base a três diferentes níveis, o econômico, ligado aos interesses corporativos; o social-econômico, como expressão da estrutura jurídico-política; e o político, que representa a passagem da estrutura para a superestrutura. Nesse sentido, superam o círculo corporativo, subordinando outros grupos em razão de seus interesses. Ideologias geram partidos, que por sua vez, em meio a lutas, conflitos ou até mesmo combinações, podem construir hegemonia.

Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em "partido", entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano "universal", criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (GRAMSCI, 2012, p. 41-42).

O Estado passa a ser organizado politicamente para criar condições que permitam a máxima expansão do grupo hegemônico. Trata-se, dessa maneira, do potencial de desenvolvimento pleno das energias nacionais, a partir da coordenação do grupo dominante, sob interesses gerais do grupo de dominados. O que vimos anteriormente, onde os interesses dos grupos dominantes prevalecem, mas não sem uma certa instabilidade, para além do interesse econômico corporativo;

c) Forças militares - expressam a combinação entre a técnica militar e a política militar. São elementos distintos que atuam de maneira separada e combinada. Gramsci exemplifica essa relação ao analisar os conflitos que envolvem a soberania nacional. Quando uma nação que busca sua independência política sofre com a opressão militar do Estado contra essa ação, nação oprimida, geralmente, reage ao Estado Hegemônico, no sentido de desagregar a eficiência bélica, e na dispersão territorial da força militar hegemônica, com o objetivo de diluí-la.

Ao analisar esses três momentos da análise da correlação de forças, Gramsci conclui que:

a observação mais importante a ser feita sobre qualquer análise concreta das relações de força é a seguinte: tais análises não podem e não devem ser fins em si mesmas (a não ser que se trate de escrever um capítulo da história do passado), mas só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade (GRAMSCI, 2012, p. 46).

Diante dessas considerações, o conceito de hegemonia, para Gramsci, pressupõe o "equilíbrio de compromisso". Nesse aspecto, semelhante ao que foi identificado anteriormente nas observações de Poulantzas, há uma crítica à concepção economicista, o que implica dizer que a classe dominante é capaz de sacrificar interesses imediatos de ordem econômico-corporativa para preservar estrategicamente o essencial da dominação decisiva da atividade política.

Contudo, o mais interessante em Gramsci, a partir da análise de relação de forças, é como a luta pela conquista da hegemonia, para superar essa barreira de dominação política precisa se desenvolver de forma consciente e planejada, assim como Marx polemizou com Proudhon na obra *Miséria da Filosofia*. As estruturas e superestruturas não são dissociadas, também na perspectiva do proletariado, a qual deve superar a luta imediata econômica nos sindicatos, em prol do desenvolvimento da sua própria organização política como classe. Trata-se da expressão máxima do *Príncipe Moderno*, o partido revolucionário.

Para Gramsci, o papel do partido está relacionado à preparação e organização da classe operária como classe hegemônica, para ocupar o lugar de ideologia dominante, ser a classe dirigente antes de necessariamente vir a ser classe politicamente dominante, já que se trata da condição necessária para o triunfo do processo revolucionário. Tal afirmação, não consiste em dizer que o conceito de hegemonia não corresponde a um tipo de dominação de classe, a

realização plena da hegemonia segue sendo a conquista do poder político. O problema na realidade é anterior, pois para ser politicamente dominante a classe operária precisa ser uma força social que realiza o exercício hegemônico contra a ordem burguesa, sob o risco de desvio das situações revolucionárias ou de tendências bonapartistas quando a hegemonia burguesa entra em crise. Como veremos adiante.

### 1.3. Crise Orgânica e bonapartismo.

Analizamos, até aqui, conceitos teóricos relacionados à filosofia política sobre *nacionalismo e hegemonia*. Agora, voltaremos para a associação entre o movimento que Gramsci definiu como *crise orgânica* e o subproduto desses processos nos Estados Nacionais, conhecido como *bonapartismo*, como Gramsci também chegou a indicar. Trotsky, ao refletir sobre as condições de regime político de países atrasados na América Latina sob opressão imperialista, dedicou maior importância ao conceito de bonapartismo. Nos dois casos, a questão nacional pode ser um fator determinante que se reflete nas situações de ruptura da estabilidade política para o exercício da hegemonia.

Gramsci define *crise orgânica* como crise de hegemonia da classe dirigente. Expressa, nesse sentido, o fracasso das ações políticas no empreendimento burguês a frente do Estado. Produz-se, assim, conseqüentemente, uma crise de autoridade, que representa no nível mais profundo uma crise mais relacionada ao conjunto do Estado, regime político incluso. Isso acontece em razão da ruptura, separação, entre os grupos sociais e os partidos tradicionais. Esses partidos não são mais reconhecidos por sua classe ou fração de classe. Perdem a capacidade de se ajustar às novas tarefas da sua época. Esse movimento expressa a luta de classes, ao passo que a correlação de forças políticas, econômicas, e sociais, supera as condições de atuação dos partidos.

Comprometem-se, nessas circunstâncias, as condições básicas de exercício da hegemonia, caracterizadas por Gramsci, da seguinte maneira:

O exercício "normal" da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a

corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação antagonista através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias (GRAMSCI, 2012, p. 96-97).

O esfacelamento da função hegemônica torna a situação de governo mais complexa. Desde sua formação na construção de alianças e coalizões, e, principalmente, na instabilidade política, baseada na fragmentação partidária multiplicada e expressa no parlamento, assim como na própria dinâmica interna desses partidos, com conflitos e disputas nas suas direções e rupturas em suas bases. A análise dessas características do fenômeno da crise hegemônica é realizada em Gramsci dentro do contexto do pós-guerra de 1914-18. Observa-se que assume formas corruptíveis e de crise moral, na medida que cada representação partidária faz de tudo para almejar a direção da organização, do mesmo modo que o parlamento empenha todos os esforços para formar com a maior influência possível a composição do governo, por meio de acordos minimamente questionáveis, que já expressam na sua realidade o quão corrompido estão todos os organismos políticos e institucionais do Estado.

Quando se fala em crise de hegemonia burguesa, naturalmente dentro de uma perspectiva teórica objetivista, há uma associação com a possibilidade de abertura de uma situação revolucionária. Entretanto, o objetivismo, transforma-se em pragmatismo se estabelecermos uma relação de igualdade entre esses dois conceitos. Não se trata, absolutamente, de dizer que uma *crise de hegemonia* burguesa não pode se transformar em uma crise revolucionária, inclusive trataremos este aspecto na parte final deste capítulo. Só que é necessário estabelecer diferenças, que estão diretamente relacionadas com a possibilidade ou não do proletariado assumir uma função hegemônica, de criar uma relação de forças baseada na dualidade de poder como expressão máxima do questionamento da dominação político-burguesa.

Nesse momento, estamos tratando da *crise orgânica* quando não se desenvolve para uma situação ou um processo revolucionário. Em outras palavras, quando não existe uma solução orgânica para a superação da crise, que não só se manifesta em âmbito econômico, mas sobretudo global. Abrem-se, então, situações complexas e extremamente perigosas, que permitem a apresentação de soluções "práticas" do ponto de vista da manutenção da ordem capitalista, por meio de forças ocultas e de arbitragem sobre as classes sociais.

A *crise orgânica* (ou de hegemonia) não necessariamente se desenvolve para uma situação revolucionária, principalmente pela capacidade da classe dirigente de se reorganizar mais rapidamente, com seus quadros, dirigentes, intelectuais, do que as classes dominadas (excluídas totalmente do aparato burocrático, material e militar do Estado), ainda que no conjunto político não apresente uma resposta capaz de reativar por completo a sua função hegemônica anterior. Diante desses fundamentos, Gramsci admite a constituição de regimes bonapartistas (ou cesaristas), quando o carisma do governante no seu papel de árbitro entre as classes e/ou frações, combinado com a força militar na vida estatal, prevalece sobre o papel determinante das instituições na manutenção do Estado de tipo capitalista.

Portanto, em toda uma série de países, influência do elemento militar na vida estatal não significa apenas influência e peso do elemento técnico militar, mas a influência e peso da camada social da qual o elemento técnico militar (sobretudo os oficiais subalternos) se origina de modo especial. Esta série de observações é indispensável para analisar o aspecto mais íntimo daquela determinada forma política que se convencionou chamar de cesarismo ou bonapartismo, para distingui-la de outras formas em que o elemento técnico militar como tal predomina, sob forma talvez ainda mais evidentes e exclusivas (GRAMSCI, 2012, p. 66).

Para Gramsci, o bonapartismo cesarista, mesmo que moderador, pode gerar uma solução de caráter regressivo ou progressivo, no sentido literal desses termos. Entende-se por regressivo o sentido mais reacionário que essa forma de governo pode assumir, ou seja, aquele em que triunfam as forças sociais regressivas, ainda que mantendo um certo tipo de consenso ou compromisso que estabelece novos limites, distintos do momento anterior. Se, ao contrário, prevalece no Bonaparte a influência das forças sociais progressistas, a elas também apresentam limites precisamente definidos que impedem o protagonismo independente das classes dominadas.

Trotsky, ao analisar as formações capitalistas atrasadas na América Latina caracteriza governos que podem assumir um caráter semi-bonapartista, o que ele define como *bonapartismo sui generis*<sup>25</sup>. Possuem, assim, uma dinâmica, na qual ora se apoiam no capital estrangeiro, ora no capital nacional. Resultado de uma pressão permanente exercida, por um lado, pela burguesia nacional e sua subordinação aos interesses imperialistas, e por outro lado, pelo forte proletariado constituído nas cidades. Para Trotsky, o caráter regressivo ou

---

<sup>25</sup> Característica ou *indole* particular.



progressivo que a tendência bonapartista pode assumir está relacionado a duas formas de governo. A de *submissão* ao capital estrangeiro, estabelecendo um regime com traços mais ditatoriais e policialescos contra a classe operária. Ou pela *manobra*, no sentido de se apoiar nas classes dominadas, realizando concessões para obter melhores condições de barganha com os países imperialistas.

Como dois exemplos dessas formas admitidas por Trotsky, o *Estado Novo*, no Brasil, na década de 30, se assemelharia ao primeiro modelo e o governo Cárdenas, no México, ao segundo, com a expropriação das ferrovias e das companhias petrolíferas, realização de reformas econômicas e criação de representações sindicais operárias e camponesas. Essas duas formas não são estáticas e podem se combinar, porém derivam da debilidade política da burguesia nacional em exercer a função hegemônica.

Esse aspecto débil da burguesia nacional nos países de desenvolvimento atrasado do capitalismo na América Latina caracteriza-se pela busca da burguesia em viabilizar-se como classe dominante nativa na exploração do próprio país e apoia-se nas rivalidades e conflitos do plano geopolítico internacional, entre as principais potências, para expandir relativamente sua capacidade de influência interna e externa. Porém, isso se dá, sempre com um limite: a barreira que o atraso capitalista impôs leva, em última instância, à sua submissão à burguesia imperialista. Como consequência desses fundamentos, a burguesia nacional é incapaz de organizar uma luta efetiva pela libertação nacional. Se fizesse tal ato, na prática ameaçaria sua própria existência, pois essa ação política necessariamente promoveria um levante radical das massas populares contra as classes dominantes.

É de extrema importância destacar, na análise de Trotsky, a relação entre imperialismo e as semicolônias. Em um contexto, no qual o imperialismo era desempenhado por meio de regimes fascistas e democráticos, Trotsky opôs-se à política do Kremlin em relação aos EUA, de combater os regimes fascistas supondo a existência de um imperialismo mais democrático. Afinal, a tarefa dos revolucionários se define pela dissolução dos regimes coloniais, sendo a libertação nacional uma luta democrática pelo direito à autodeterminação dos povos. A oposição ao fascismo não corresponde, nessa perspectiva estratégica, à defesa do regime colonial democrático-burguês.

Isso se confronta com a política do *stalinismo* da Frente Popular, originalmente aplicada na França e baseada na aliança com o "imperialismo democrático" no combate ao

fascismo. Essa política foi ampliada na América Latina, e o resultado desastroso mais simbólico dessa estratégia foi o apoio do PC cubano a Fulgencio Batista, no contexto de uma situação geopolítica do Governo Roosevelt nos EUA, marcada pelos princípios da *Doutrina Monroe*, através da política de "boa vizinhança" cujo objetivo estratégico era unificar o hemisfério ocidental sob a hegemonia de Washington. Isso, na América Latina, significava a contenção da influência da polarização europeia, em prol de viabilizar a ingerência imperialista exclusiva dos Estados Unidos no continente.

Os tratados comerciais estabelecidos fecharam as portas aos competidores dos norte-americanos, constituídos em base a uma forte relação diplomática e o favorecimento econômico de uma produção com mão de obra barata, entretanto sempre se recorrendo à força quando era necessário. A sustentação do imperialismo "democrático" muitas vezes tinha como alicerce a constituição de regimes ditatoriais nas semicolônias. Nesse sentido, Trotsky, com precisão, estabelece qual resistência os povos latino-americanos devem enfrentar, pois não há enfrentamento contra o fascismo sem o combate às formas "democráticas" de imperialismo.

Ao mesmo tempo, a política do imperialismo americano necessariamente aumentará a resistência revolucionária dos povos latino-americanos aos quais deve explorar com crescente intensidade. Esta resistência, por sua vez, se chocará com a mais feroz repressão e tentativas de supressão por parte dos Estados Unidos, que o revelarão de forma ainda mais plena como polícia da exploração imperialista estrangeira e um ponto de apoio das ditaduras nativas. Por sua própria posição, consequentemente, Washington, a serviço de Wall Street, desempenhará um papel crescentemente reacionário nos países latino-americanos. Assim, os Estados Unidos aparecem como o amo predominante e agressivo da América Latina, pronto para proteger seu poder com armas em mão contra qualquer assalto sério de seus rivais imperialistas ou contra qualquer tentativa dos povos da América Latina para se libertarem de sua espoliadora dominação (TROTSKY, 2009, p. 104).

O que pode ser constatado nas elaborações de Trotsky é um movimento dialético do conceito de *democracia*, fundamentado pela sua forma assumida nos regimes de países imperialistas e nos países atrasados. As bandeiras democráticas nos países imperialistas têm como papel político-ideológico ocultar a função hegemônica das potências capitalistas. A democracia não se constitui como um obstáculo para uma política militar e diplomática agressiva. Já nos países atrasados, as questões democráticas, como o caso do objeto de estudo em questão (a *libertação nacional*) podem assumir uma dimensão progressiva e

revolucionária. No sentido, que a burguesia nativa foi incapaz de realizar até o final essa tarefa.

A mesma dialética está presente no conceito de *fascismo*. Nos países imperialistas, esse regime está associado a uma política expansionista de caráter agressivo. Nos países atrasados, as características predominantes se vinculam ao servilismo e à dependência. Nesse sentido, uma política social atrasada, de caráter democrático, como é o caso da negação da luta pela reforma agrária radical nos países da América Latina, representa a traição da perspectiva estratégica de conquista da independência nacional.

Essas formulações têm como objetivo responder à política stalinista de fomentar a confiança do proletariado nas democracias imperialistas como fórmula estratégica de combater o fascismo. Assim como as aspirações do democrata Haya de la Torre a representação concreta dessa política resulta no aumento da influência do imperialismo "democrático" em relação ao fascista na América Latina, em base a conciliação do proletariado com os "escravocratas democráticos". Nos sindicatos isso se expressa com a possibilidade de infiltração no movimento operário da influência burguesa, como representantes "legítimos da luta antifascista" e simpatizante da URSS.

Estabelece-se, assim, uma prerrogativa de que os EUA são uma espécie de *guardiões da liberdade* e proteção contra a influência fascista no continente. Cada ato de defesa implícito ou explícito do imperialismo norte-americano passa necessariamente pela submissão total dos países aos seus interesses, como aconteceu no Brasil, no período que será abordado mais adiante nesta dissertação.

O exemplo do Brasil demonstra que aos "guardiões" a "liberdade" não interessa o mínimo. As relações entre Washington e Rio de Janeiro não se deterioraram após o golpe de Estado no Brasil, pelo contrário, melhoraram bastante. A razão está no fato de que Washington considera a ditadura de Vargas um instrumento mais dócil e seguro aos interesses imperialistas norte-americanos que a democracia revolucionária. Essa é, basicamente, a posição da Casa Branca a respeito de todo o Sul do continente (TROTSKY, 2009, p.114).

A mesma política de colaboração com a burguesia imperialista, criticada por Trotsky, na sua outra face é contrária à aliança do proletariado nacional com o proletariado dos países imperialistas. Tal política assume uma perspectiva contrária ao marxismo, no seu fator estratégico determinante internacionalista e, portanto, não promove receio nenhum à

dominação imperialista. A ideia de unificar a América Latina sob proteção norte-americana não permite que o proletariado destes países se ligue à vanguarda do movimento operário internacional. Ao invés de "contar com muitos amigos perderá os poucos que tem" (TROTSKY, 2009, p. 116). Haya de la Torre buscou aproximações tanto do bloco soviético quanto dos EUA para esse fim político, em última instância oportunista.

Vimos, portanto, que a característica fundamental dos governos bonapartistas oscila na inclinação entre a burguesia nacional e o proletariado e, em outras vezes, aos interesses do capital estrangeiro. São governos que também dependem do apoio do campesinato, diante das circunstâncias atrasadas de desenvolvimento capitalista e o problema democrático nacional da reforma agrária não realizada. Contudo, outro fator que merece destaque é como se realiza a dominação da classe dominante contra a classe operária, por meio da estatização dos sindicatos, presente também na teoria de *Estado Integral* gramsciana.

Esse processo de integração dos sindicatos não necessariamente difere nos regimes democráticos e fascistas. Entretanto, o nível de integração que podem assumir é mais ou menos elevado. Essa tendência observada de estatização dos sindicatos é determinada pelas condições da época imperialista, que não pode tolerar sindicatos independentes nas estruturas dos seus Estados Nacionais. Na América Latina, constata-se, nesse sentido, a aplicação de métodos ditatoriais em modelos democráticos de sindicato. As direções sindicais cooptadas transformam-se em representantes do governo. Produzindo fenômenos como no caso do varguismo onde a estatização dos sindicatos, por um lado, limitava a luta dos trabalhadores e, por outro, era motivo de ataque da direita liberal que associava Vargas a "ditador e comunista".

A indústria nacionalizada, naquilo que consideramos anteriormente como aspecto progressivo de bonapartismo, tem o seu controle da produção estabelecido pela burocracia estatal, afastando a classe operária da ação direta dessa prática. Mesmo que, nesse governo, a expropriação da burguesia (o que não foi feito no Brasil) seja uma ação *progressista*, pois não poderia se sustentar sem o apoio operário, ela não está desvinculada de um limite concreto da impossibilidade de conquistar o socialismo pela via pacífica do Estado Burguês.

O risco de apoiar esses governos demonstra-se, pelo contrário, a partir da conexão de dirigentes sindicais com o aparelho de Estado Capitalista e transforma os trabalhadores em agentes desse tipo de Estado, degenerando o sindicato como instrumento de luta na época

imperialista. No Brasil, antes do início da II Guerra, o PCB não apoiou o início do governo Vargas, apoiando-o, porém, no final da ditadura do Estado Novo (1945). E voltou a apoiar, segundo Gorender, tardiamente (em 1954), na iminência de sua queda, fruto da ação do conjunto das frações burguesas (poucas exceções) e da alta classe média.

Conclui-se, a partir da relação entre o conceito de *crise orgânica* e a tendência de governos e regimes bonapartistas, pela incapacidade de a burguesia construir governos de controle mais direto. No recorte desta pesquisa, em que o Brasil se apresenta como um espaço de formação de um capitalismo atrasado, a luta pelas tarefas democráticas e de independência nacional não pode se realizar sob o efeito da hipótese da revolução burguesa. A disputa do proletariado com a burguesia nacional realiza-se numa relação dialética e hegemônica. O apoio da classe operária à sua burguesia nativa pode existir quando existem medidas concretas de enfrentamento contra o imperialismo democrático e os fascistas, porém, sempre mantendo o princípio da independência política, do programa e da liberdade de crítica.

Para dar conta dessas tarefas, Trotsky elaborou em 1938 cinco diretrizes para unificar o proletariado latino-americano, sob a bandeira da defesa estratégica dos "Estados Unidos Operários e Camponeses da América Latina" (TROTSKY, 2009, p. 112), as quais são: 1) a independência do movimento sindical dos governos burgueses e do imperialismo; 2) Programa Revolucionário; 3) libertação dos sindicatos com a expulsão das variantes burguesas e pequeno-burguesas; 4) A defesa do princípio da democracia operária; e 5) Congresso com participação real dos trabalhadores que vincule as tarefas com os métodos de luta.

A abordagem desses pontos na perspectiva da *teoria da revolução permanente*, constituirá a parte final deste capítulo, apresentando, assim, os princípios teóricos, políticos e programáticos que nortearam a origem do *trotskismo* no Brasil, e os seus desdobramentos.

#### **1.4. A hegemonia operária para conquistar a libertação nacional na perspectiva da Teoria da Revolução Permanente.**

O conceito de *Revolução Permanente* deriva das análises de Marx e Engels sobre as revoluções francesas. Foi elaborado em base à experiência jacobina, de quando uma classe revolucionária permanece em movimento para a realização de seus interesses. O que não

exclui a necessidade de alianças políticas, por um lado e, principalmente, não desconsidera a reação opositora das classes dominantes, por outro.

Essa fórmula político-histórica, como afirma Gramsci, foi concebida pelo marxismo para analisar os fenômenos da luta de classes na França, entre 1789 até 1870, a fim de estabelecer a mediação dialética entre os dois princípios metodológicos da análise da correlação de forças de uma determinada situação, ou seja, para compreender a relação entre estrutura e superestrutura. O político italiano trata aqui do princípio das condições necessárias objetivas que determinam o caráter das tarefas postas pela sociedade, e do fato que nenhuma sociedade pode ser substituída por outra sem que desenvolva o conjunto de forma implícita nessa transição.

Esse conceito não está em contraposição à TRP, desenvolvida por Trotsky. Este por sua vez generaliza a experiência histórica, os aspectos que correspondem à possibilidade de o movimento operário ser a força hegemônica para levar à frente a revolução socialista em países que são atrasados, quanto ao seu processo de formação e ao desenvolvimento capitalista. Retornando a Gramsci, sua oposição crítica à teorização do conceito utilizada por Trotsky devia-se ao fato de existir um avanço das condições políticas e econômicas de desenvolvimento do capitalismo que levariam a fórmula *permanentista* a ser superada pela questão da *hegemonia civil*. Em suas palavras:

No período posterior a 1870, com a expansão colonial europeia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; e a fórmula da "revolução permanente", própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de "hegemonia civil". Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz (GRAMSCI, 2012, p. 24).

Fundamentalmente, Gramsci afirma que, na luta por hegemonia em países atrasados, predomina um determinado momento de relativa *ausência de movimento*, concentrado na *guerra de posição* até o nível de transformação em *guerra de movimento*. Contudo, antes de aprofundar essas diferentes concepções propostas por Gramsci e Trotsky, é necessário primeiro partir das suas visões em comum, para, posteriormente, enxergar onde de fato elas se concentram, já que se trata de um âmbito da estratégia revolucionária marxista bem distante

do que representaram as concepções stalinistas principalmente no que diz respeito a encarar a relação entre hegemonia e a questão nacional.

Como analisado no tópico anterior, Trotsky e Gramsci, embora não tenham interagido diretamente, compartilhavam de visões semelhantes em relação ao caráter integral do Estado, sua função hegemônica, e as crises de hegemonia. Também, compreendemos que os dois teóricos não concebem a situação revolucionária como um resultado necessariamente mecânico das crises orgânicas, justamente pelo fato de que esse tipo de crise envolve aspectos também de contrarrevolução das classes dominantes e de surgimento de tendências bonapartistas para manter a ordem social vigente.

Ou seja, em uma etapa de crise orgânica, pode-se abrir um cenário de diferentes tipos de situação política. A crise de Estado, ou de hegemonia, não pressupõe, portanto, a ação independente do proletariado. A ideia de *revolução passiva*, presente em Gramsci, refere-se à mediação estabelecida como resultado das forças sociais em conflitos. Ela reflete a derrota da revolução operária e estabelece uma trajetória bonapartista e de normalização da ordem burguesa dominante. A *revolução passiva*, portanto, está relacionada a um aspecto de correlação de forças de um determinado período e/ou situação, e, para o autor, não corresponde à ideia de um fim estratégico em si mesmo, mas sim de restauração de uma revolução malsucedida. Em outras palavras, as diferenças entre Trotsky e Gramsci não podem ser reduzidas ao terreno da hegemonia, a uma contraposição entre a política da *revolução passiva* e a *teoria da revolução permanente*. Não se trata absolutamente de dizer que Trotsky desconsidera o fator de atraso capitalista da luta por hegemonia operária na TRP ou que Gramsci concebe o programa e estratégia da revolução passiva.

Partindo deste fator determinante, vamos considerar como uma relação de complementaridade a luta por hegemonia, segundo Gramsci e Trotsky, ainda que prevaleçam diferenças importantes em torno da análise das relações de forças para a conquista da hegemonia operária em meio a situações revolucionárias em países atrasados.

A TRP contempla, do ponto de vista teórico, os conceitos estabelecidos por Marx e Engels, a questão de *hegemonia civil* em Gramsci e vai além, pois concebe a possibilidade que os processos revolucionários e o protagonismo operário independente devem se desenvolver em países atrasados e coloniais, sem necessariamente depender da ação do proletariado nas metrópoles. A relação que se estabelece é inversa à relação de dominação. A

revolução nos países atrasados incentiva, pelo *movimento permanente*, a revolução nos países imperialistas. Neles, por sua vez, a revolução acelera a liberdade do proletariado dos países atrasados fortalecendo a luta pelas tarefas democráticas contra a própria burguesia sem o jugo da opressão imperialista.

A perspectiva da revolução permanente não significa de forma alguma que os países atrasados tenham de esperar dos adiantados o sinal de partida, nem tampouco que os povos coloniais tenham que aguardar pacientemente que o proletariado dos centros metropolitanos os liberte. Aquele que se ajuda, consegue ajuda. Os operários devem desenvolver a luta revolucionária em todos os países, coloniais ou imperialistas, onde existam condições favoráveis, e desta forma dar o exemplo aos trabalhadores dos demais países. Apenas a iniciativa e a atividade, a decisão e a audácia poderão tornar realidade a consigna "Proletários do mundo inteiro, uni-vos!" (TROTSKY, 2009, p. 144).

A partir dessa fórmula compreende-se que a oposição não se concentra entre as tarefas democrático-burguesas e socialistas, e, menos ainda no plano nacional e internacional, pois elas se associam e se fundem na dinâmica *permanentista* do processo revolucionário. A contraposição se define entre burguesia e proletariado, o sujeito revolucionário que conduzirá a revolução para a vitória ou a derrota, desviando as forças das massas para manutenção do Estado Capitalista. No caso dos países da América Latina, a questão é como o partido (direção revolucionária) estabelecerá uma aliança de classes, com predominância hegemônica do proletariado, junto aos camponeses, assumindo a defesa da reforma agrária radical como elemento essencial da soberania nacional, combatendo as tendências burguesas e semi-bonapartistas. Em particular no Brasil, os problemas no período foram a relação entre a fragilidade do movimento operário e as relações de dependência pessoal no campo, aspectos que contribuíram fortemente para a ausência de relações entre lutas camponesas e proletárias.

Partindo da perspectiva clássica da revolução russa em 1917, observamos uma confluência do pensamento de Lênin e Trotsky, reconhecida também pelo próprio Gramsci, sobre a aliança entre o proletariado e o campesinato, sob hegemonia proletária urbana, presente nas *Teses de Abril*<sup>26</sup>, contra as posições de Stalin e Kamenev, pós-revolução de fevereiro, em que defendiam o apoio ao governo provisório dos mencheviques. Gramsci admite essa fórmula como essencial para o desenvolvimento vitorioso da Revolução Russa,

---

<sup>26</sup> Publicado no dia 07/04/1917 no Jornal Pravda nº 26, no artigo "Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução".



porém, pelo aspecto da relação de forças, não admite a mesma teoria no curso da Revolução Chinesa, 1925-1927, ao defender a consigna de Assembleia Nacional, só que sem hegemonia operária.

Nenhum apoio ao Governo Provisório, explicar a completa falsidade de todas as suas promessas, sobretudo a da renúncia às anexações. Desmascaramento, em vez da «exigência» inadmissível e semeadora de ilusões de que este governo, governo de capitalistas, deixe de ser imperialista (LÊNIN, 1917, S/P).

A relação entre a questão da soberania nacional, a função hegemônica da classe operária, e o vínculo das tarefas democráticas com a estratégia socialista, presente nas *Teses de Abril*, são ideias que já estavam presentes nas obras de Lênin, em suas elaborações teóricas anteriores.

O método admitido pelo revolucionário russo faria um resgate do balanço marxista das revoluções do século XIX e estabelecia como conclusão desses processos a transformação da burguesia em classe contrarrevolucionária. Como Marx afirmava, a palavra de ordem burguesa da *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, na contrarrevolução em junho de 1848, voltou a ser substituída pela consigna da antiga sociedade. Em nome da *família, da religião e da ordem*, os partidos e as classes se voltaram com aquele lema para massacrar a insurreição operária.

Essa condição impedia a burguesia, nessa nova época, de defender a completa liberdade e a completa igualdade das nações. No seu texto *A Classe Operária e a Questão Nacional*, Lênin já demonstrava como a divisão dos operários em nações era um fator estratégico não menos importante para que a burguesia pudesse exercer sua função hegemônica e, conseqüentemente, a dominação imperialista. O nacionalismo burguês, ao invés de promover a libertação do jugo imperialista, constitui-se como um desvio para a classe operária das suas grandes tarefas mundiais.

O internacionalismo proletário, princípio marxista e prerrogativa da TRP, era um dos fundamentos de Lênin para a criação de uma cultura internacional contra a divisão promovida pelo discurso burguês da cultura nacional. Era a garantia da verdadeira cultura, baseada nos valores reais de igualdade e liberdade de direitos. Isso porque a burguesia, na sua condição de classe atuante de reação a revolução operária, passa a ser protagonista em trair as tarefas

democráticas, através de tentar corromper ideologicamente os trabalhadores com agitação nacionalista.

Lênin, diante dessa perspectiva, assume como posição a completa unidade dos proletários em todas as nações, nos mais diversos terrenos, educacionais, sindicais e políticos, como a única garantia de defender os princípios da verdadeira democracia, a democracia operária, contra qualquer tipo de privilégio para qualquer nação, e contra a perseguição e as ações de injustiça às minorias nacionais.

Em nossos dias, só o proletariado defende a verdadeira liberdade das nações e a unidade dos operários de todas as nacionalidades. É necessária a plena democracia, defendida pela classe operária, para que as diferentes nações convivam ou se separem (quando isso mais lhes convenha) livre e pacificamente, formando diferentes Estados. Nada de privilégios para nenhuma nação, para nenhum idioma! Nem a menor perseguição, nem a mínima injustiça para com uma minoria nacional!: tais são os princípios da democracia operária (LÊNIN, 1913, s/p).

A confluência entre as posições de Lênin e Trotsky, fundamentais para a revolução de outubro de 1917, é desenvolvida e aprofundada na elaboração da TRP. A teoria está presente em toda a vasta bibliografia de Trotsky, seja em artigos, panfletos escritos, textos inacabados ou em elaborações completas. Dentro dessa série de textos, baseada nos principais acontecimentos da luta de classes no cenário internacional, vale destacar dois momentos importantes: das lutas políticas cruciais no interior do Partido Operário Social-Democrata da Rússia(POSDR) até 1917, e depois, do combate à burocratização da URSS até o desenvolvimento do curso contrarrevolucionário assumido pelo stalinismo.

As posições teóricas de Trotsky começaram a ser desenvolvidas nos fins de 1904, antecedendo a revolução de 1905, num artigo intitulado *Antes de 9 de janeiro*<sup>27</sup>. Nele, o ainda jovem marxista russo fundamenta perspectivas de como se desenvolveria a revolução na Rússia, em base ao calor dos acontecimentos, marcados pelo fim do crescimento econômico e pela onda de greves econômicas, que se transformaram numa greve geral contra o czarismo em 03 de julho de 1903.

Sob a influência das análises de Parvus, acerca do desenvolvimento das contradições entre as forças produtivas e os Estados, potencializadas por uma série de guerras decorrentes

---

<sup>27</sup> Pela resistência enfrentada pelos menchevique, o artigo foi somente publicado após 9 de janeiro, data que marcou o "Domingo Sangrento", e assim o início da revolução de 1905.

da guerra Russo-Japonesa, a conclusão extraída por Trotsky do balanço desse processo reside em elevar a greve geral do proletariado em insurreição como condição para o desenvolvimento da revolução. Entendo o proletariado, como o sujeito revolucionário capacitado para a conquista do poder político, mesmo em países atrasados, sem que dependesse da revolução nos países avançados.

Mais tarde, essa concepção teórica da hegemonia da classe operária urbana foi condensada em duas obras que definem a TRP. Trata-se de *Resultados e Perspectivas*, datada de 1905, e posteriormente, em 1939 a síntese apresentada no texto *Três concepções da Revolução Russa*.

É possível que o proletariado de um país economicamente atrasado chegue ao poder mais cedo do que em um país capitalista avançado. Em 1871, ele assumiu conscientemente a condução dos negócios públicos na Paris pequeno-burguesa, embora apenas por um período de dois meses; mas nem por uma hora tomou o poder nos grandes centros capitalistas da Inglaterra ou dos Estados Unidos. A ideia de que a ditadura do proletariado depende de alguma forma automaticamente das forças e meios técnicos de um país é um preconceito de um materialismo "econômico" simplificado ao extremo. Tal conceito não tem nada em comum com o marxismo (TROTSKY, 1906, s/p).

Nesta passagem está presente o balanço político realizado da revolução de 1905 na Rússia, fundamentalmente marcado, não apenas como o ensaio geral da ação proletária de 1917, mas principalmente das lutas internas na social-democracia russa em torno do curso histórico de desenvolvimento da revolução.

Trotsky refere-se aqui ao combate teórico ao evolucionismo menchevique, que concebia a burguesia como sujeito político para a conquista do poder. Nessa concepção o proletariado seria uma força social que pressionaria a etapa democrática da revolução. Mas também, as diferenças políticas que possuía com a fórmula bolchevique admitida até fevereiro de 1917, sob a consigna formulada por Lênin de ditadura-democrática operária e camponesa. Vale destacar que, durante esse período, Stalin não ocupava de nenhuma maneira o centro das principais discussões do POSDR. Suas elaborações ocorreram após 1924, como expressão crítica à TRP, uma espécie de justificativas das medidas adotadas que deram início ao processo de burocratização do estado soviético.

Contudo, é importante ressaltar as diferenças entre os mencheviques e bolcheviques. Os primeiros defendiam a tese de que a formação social na Rússia, devido ao seu atraso de desenvolvimento capitalista, estava condizente apenas para a revolução burguesa.

Para Plekhanov, Axelrod e em geral todos os líderes do menchevismo, a caracterização sociológica da revolução como burguesa era politicamente válida sobretudo porque proibia de antemão provocar a burguesia com o espectro do socialismo e "lançá-la" nos braços da reação (...) O proletariado luta para conseguir as condições que permitirão o desenvolvimento burguês. As condições históricas objetivas determinam que é destino do nosso proletariado colaborar inevitavelmente com a burguesia na luta contra o inimigo em comum. Dessa forma, o conteúdo da revolução russa se limitou de antemão a transformações compatíveis com os interesses da burguesia liberal (TROTSKY, 1939, s/p).

Já os bolcheviques se contrapunham a essa ideia, recusando-se a enxergar na burguesia a classe que conduziria essa revolução. Lênin reconheceu o desenvolvimento atrasado do capitalismo russo e o caráter burguês na defesa nacional em si da reforma agrária. No entanto, alertava enfaticamente que a burguesia russa era contrária às expropriações dos latifúndios e, por isso, ela comungava de um compromisso com a monarquia russa, o que implicaria um desenvolvimento capitalista, como vimos anteriormente, dentro do modelo prussiano. Esse fundamento o levava a refutar a fórmula menchevique: de aliança entre o proletariado e a burguesia liberal. Lênin propunha como alternativa a aliança do proletariado com o campesinato, com o objetivo de consolidar uma "ditadura-democrática" que pudesse resolver o problema nacional da questão agrária.

Trotsky reconheceu, nessa posição de Lênin, um enorme avanço em relação às teses mencheviques. Sua crítica, associada à TRP, concentra-se em explicitar a contradição da fórmula leninista de "ditadura-democrática". Sendo o campesinato uma classe pequeno-burguesa, isso resultaria na renúncia do proletariado aos seus objetivos socialistas, em prol da manutenção da aliança de classe com os camponeses. Não se trata de dizer que Lênin admitia uma posição populista, atribuindo ao campesinato um valor socialista. Pelo contrário, Lênin, ao identificar a preponderância da massa camponesa na Rússia, estabelecia um limite para o desenvolvimento da revolução socialista. Concebia a aliança de classe para resolver as tarefas democráticas, incapazes de serem levadas à frente pela burguesia, e dizia que obteriam um curso socialista pela pressão da revolução internacional.

Nesse sentido, ao contrário do que o stalinismo tentou atribuir Trotsky como menchevique, após 1924 (morte de Lênin), é extremamente notável que as diferenças diante das teorias de Lênin partiam sobretudo do acordo estratégico em torno da questão hegemônica, diametralmente oposta à concepção menchevique de aliança do proletariado com a burguesia liberal. As diferenças consistem no caráter social vinculado às tarefas provenientes da *ditadura democrática*. A TRP entende que as tarefas democráticas são resultantes do triunfo da ditadura do proletariado, apoiada pelo campesinato, estabelecendo a ligação com as tarefas socialistas, sendo a revolução internacional o fator decisivo para que o socialismo seja construído na sua forma mais plena.

A perspectiva menchevique era totalmente falsa; apontava o proletariado para um caminho completamente errado. A do bolchevismo não estava completa: apontava corretamente a orientação geral da luta, mas caracterizava incorretamente suas etapas. A fraqueza da perspectiva bolchevique não foi revelada em 1905 apenas porque a própria revolução não se desenvolveu mais. Mas no início de 1917, Lênin, em luta aberta contra os quadros mais antigos do partido, foi forçado a mudar de perspectiva (TROTSKY, 1939, s/p).

Como visto anteriormente, essa mudança de perspectiva de Lênin está bastante presente nas *Teses de Abril*, assim como toda a luta política que o dirigente bolchevique trava com os quadros do partido, após o seu retorno do exílio, para retirar o apoio político ao governo provisório instalado em fevereiro. Lênin, ao defender o caráter socialista da revolução russa como motor impulsionador da revolução internacional, choca-se diretamente com as posições do partido, em particular Stalin e Kamenev, e suas posições estagnadas da velha fórmula de adequação da revolução democrática. Esse passa a ser o debate central da conferência de abril de 1917<sup>28</sup>.

A revolução de fevereiro demonstrou como os partidos se deslocaram à direita, em prol da estabilização da ordem capitalista e do poder estatal. Os mencheviques e SRs deixaram de lado a defesa formal do socialismo para defender a democracia burguesa. Isso ocorreu enquanto a ala opositora a Lênin, no Partido Bolchevique, ocupava esse espaço político através da defesa da revolução democrática em aliança com a pequena-burguesia para pressionar até o fim a revolução burguesa.

---

<sup>28</sup> Realizada em 24/04/1917, a conferência nacional bolchevique reuniu 149 delegados eleitos por 79 mil membros, dos quais 15 mil eram de Petrogrado (Broue, 1960). Nela foi aprovada em grande parte as resoluções apresentadas por Lênin nas *Teses de Abril*.

Essas diferenças políticas e estratégicas expressavam-se nos *soviets*<sup>29</sup>. Como eram organismos de duplo poder que surgiram dentro do processo da revolução democrática, a sua maioria ainda sofria muita influência menchevique e socialista revolucionária (SR). Por outro lado, também serviram de argumento para a ala direita bolchevique justificar o apoio ao governo provisório. A dualidade de poder é um aspecto estratégico central para a TRP. É o que permite a transformação da crise de hegemonia (orgânica) em crise revolucionária, através do protagonismo independente da classe operária. São essas as condições que permitem que o proletariado, munido previamente de programa e estratégia, possa exercer hegemonia, ainda que sua realização plena seja a partir da tomada do poder (dominação política).

Entretanto, ainda que esses organismos possam surgir de maneira autônoma, a relação de influência do partido revolucionário, pela formação e educação política, é essencial para que as massas façam experiências com suas direções e assumam o curso revolucionário. No caso da Rússia, naquele momento, a influência dos mencheviques nos *soviets* os transformou em instrumentos de "legalidade" do governo. A ala direita bolchevique se adaptava a essas condições com sua política de pressão.

O próprio Lênin reconhecia os limites que não permitiam à classe operária a conquista do poder. A alternativa, no entanto, não se resumia para Lênin numa atuação simplesmente de *pressão à esquerda* nesses organismos. Trotsky destaca a importância, nesse período, entre fevereiro e outubro, da criação de comitês de fábrica, que organizavam os setores mais de vanguarda da classe operária para influenciar os setores de massa organizados nos *soviets* e assim combater as posições mencheviques, por meio de um programa de paz em relação à guerra imperialista, à reforma agrária radical, sob a agitação da consigna de *pão, paz e terra*.

A TRP entende que os *soviets* têm um papel estratégico para a revolução, se esses organismos estão diretamente vinculados ao objetivo de conquista do poder do proletariado. Trata-se de uma concepção que não estabelece um fetichismo ou um princípio organizacional em si mesmo. Ou seja, seu desenvolvimento de maneira autônoma, separado da ação insurrecional do partido revolucionário, os transformam em órgãos vazios, sem conteúdo. E

---

<sup>29</sup> Organismos de duplo poder na revolução russa, que expressavam a organização política da classe operária, com deputados eleitos e representantes por local de trabalho.

apesar de serem reconhecidos pelo fator da relação de força, como um organismo que aglutina setores de massa, são instrumentalizados pelo Estado capitalista.

Não devemos esquecer que os soviets já haviam surgido entre nós durante a fase "democrática" da revolução, que por isso eles tinham uma espécie de legalidade, que nós os herdamos depois e que os usávamos. O mesmo não acontecerá nas revoluções proletárias do Ocidente. Lá, na maioria dos casos, os soviets serão criados a mando dos comunistas e, conseqüentemente, serão órgãos diretos da insurreição proletária. É claro que não é impossível que a desorganização do aparelho do Estado burguês se acentue ainda mais antes que o proletariado tome o poder, o que permitiria criar soviets como órgãos declarados de preparação da insurreição. Mas há pouca probabilidade de que essa eventualidade constitua regra geral. No caso mais frequente, eles não serão criados até os últimos dias, como órgãos diretos da massa pronto para se levantar. Finalmente, também é muito possível que os soviets surjam após o momento crítico da insurreição e mesmo após sua vitória, como órgãos do novo poder. É preciso ter sempre em mente todas essas eventualidades para não cair no "fetichismo" organizacional ou transformar os soviets de uma forma de luta flexível e vital em um "princípio" organizacional, introduzido de fora no movimento, impedindo seu desenvolvimento regular (TROTSKY, 1924, s/p).

A síntese dessa relação dialética entre *soviets* e *partido*, do ponto de vista da TRP, é determinada pela conclusão de que a revolução proletária e, conseqüentemente, a plena função e exercício da sua hegemonia de classe, é incapaz de triunfar sem a mediação do partido revolucionário. O partido representa o aspecto preparatório do momento anterior para a ação revolucionária das massas. Nesses aspectos, condensam os limites de expansão da revolução internacional, a partir da revolução de outubro na Rússia, em particular pela importância da derrota da revolução alemã (1918-1923), e num outro nível na Hungria e na Finlândia. Lá os comunistas, aliados à social-democracia, ausentaram-se da tarefa de conquista do poder político do proletariado, mesmo diante de condições que a burguesia apavorada não conseguia reagir. Ao não realizar as tarefas preparatórias nos organismos de representação direta das massas, houve como consequência a retirada do seu conteúdo político insurrecional.

Definimos, até então, a relação da TRP com os conceitos críticos de hegemonia operária e dualidade de poder, o combate ao fascismo e ao nacionalismo burguês.

Cabe, agora, desenvolver a sua generalização aos países atrasados, a partir da sua contraposição ao processo de burocratização da URSS e a transformação do stalinismo numa corrente internacional contrarrevolucionária. Ou seja, em países que não atingiram o mesmo nível de formação capitalista e possuem laços de dependência e subordinação política e

econômica dos países imperialistas. Condições que impactam nas relações entre as classes sociais. Com isso, é possível delinear, nos capítulos seguintes, o arcabouço teórico com parâmetros suficientes para a investigação da origem do trotskismo no Brasil.

Se a TRP pode ser confirmada nos acontecimentos entre fevereiro e outubro na Rússia no ano de 1917, o dogma stalinista revestido em uma teoria de *socialismo em um só país* nada mais é que uma reação burocrática ao triunfo da primeira revolução proletária da história, a partir do seu desenvolvimento incompleto e os limites postos pelas derrotas das revoluções no plano internacional.

Apesar de reconhecer esse isolamento, Stalin, evidentemente não fez cargo das suas posições anteriores a 1917 e, em particular, dos limites da ala centrista do partido e os erros que cometeram para o fracasso da revolução alemã. A conclusão não poderia ser outra, portanto, a não ser apresentar a justificativa de manutenção da revolução no seu limite nacional. Para combater a TRP, Stalin tentou separar as posições de Trotsky das de Lênin, apoiando-se justamente na antiga fórmula da ditadura democrática do proletariado e campesinato, como se Trotsky atuasse contra a aliança com o campesinato ou desconsiderasse o papel dos camponeses no processo revolucionário. Stalin, ao apresentar a posição de Trotsky como *anticamponesa*, reduz o debate sobre a hegemonia operária, como se as contradições pós-outubro fossem resolvidas apenas no plano internacional, secundarizando também o terreno estratégico do internacionalismo.

Lênin fala da *aliança* do proletariado com as camadas de camponeses trabalhadores como sendo a base da ditadura do proletariado. Trotsky, ao contrário, fala de "*choques hostis*" "da vanguarda proletária" com as "grandes massas camponesas". Lênin fala da *direção*, pelo proletariado, das massas trabalhadoras e exploradas. Trotsky, ao contrário, fala das "*contradições*", na situação do governo operário de um país atrasado, em que a maioria esmagadora da população se compõe de camponeses". Segundo Lênin, a revolução recruta as suas forças sobretudo entre os operários e os camponeses da própria Rússia. Trotsky, ao contrário, diz que as forças necessárias *só* podem ser reunidas "na arena da revolução mundial do proletariado" (STALIN, 1924, s/p, grifos do autor).

Stalin igualou a posição de Trotsky à posição menchevique, como se a TRP negasse a ditadura do proletariado. Ele apresentou a TRP como variante do menchevismo, às custas de restringir o desenvolvimento da revolução a um curso nacional e interno, como se essa afirmação comprovasse a tese leninista da revolução socialista nos países atrasados. No



mínimo contraditório, pelas passagens citadas e comprovadas até este momento. Foi Lênin, quem, justamente, combateu a ideia de desenvolvimento da revolução democrática defendida por Stalin momentos antes da Conferência de Abril, junto com Kamenev, na direção editorial do Jornal *Pravda*.

Contudo, o defensismo teórico do *Socialismo em um só país* se apresenta diretamente relacionado à negação da revolução internacional. Os argumentos desenvolvem-se a partir da suposição de que a TRP, ao propor a internacionalização da revolução socialista, pretende acabar com a Revolução na Rússia. Não haveria o que fazer diante do conservadorismo europeu, a não ser aceitar que a revolução operária somente aconteceu pelas particularidades da política e economia na Rússia.

A acusação de Stalin à TRP baseia-se na suposição de que a essência da revolução proletária internacional, defendida por Trotsky, significaria o fim do Socialismo no plano nacional. Ou seja, uma contraposição entre a defesa do socialismo no plano nacional e a necessidade de desenvolvimento internacional. Nesse sentido, deriva a concepção de que o nacionalismo da revolução proletária tem como origem a derrota da revolução internacional, e o objetivo de conservação de privilégios materiais, que degeneraram a conquista do poder proletário na Rússia. Se, na sua origem, esse tipo de concepção nacional de revolução não descartava a solidariedade e apoio às lutas internacionais, ao longo do tempo, a burocratização aprofundou essa mutação para uma teoria que justificasse atuar no sentido contrário da revolução operária, apoiando-se nas burguesias nacionais. Ou seja, se no começo, Stalin apoiou-se nas posições pré-1917 de Lênin para combater a TRP, depois, com a estratégia da frente popular, a teoria de Socialismo em um só país voltou a defender as ideias etapistas dos mencheviques, subordinando o proletariado ao nacionalismo burguês.

Trotsky manteve a defesa da TRP contra os ataques stalinistas e, em 1928, durante o VI Congresso da Internacional Comunista, realizado na cidade de Moscou, escreveu um documento de crítica ao programa oficial apresentado por Stalin e Bukharin. A primeira seção da *Crítica ao programa da Internacional Comunista*, publicada em 1929, chama-se *Programa da revolução internacional ou programa do socialismo em um país?*<sup>30</sup>, texto que condensa

---

<sup>30</sup> Esse texto está presente na compilação de textos sobre a Teoria da Revolução Permanente citada na bibliografia, e foi extraído do livro *Stalin, O grande organizador de derrotas*..

definições programáticas fundamentais em defesa do internacionalismo da revolução proletária.

Nesse documento, Trotsky realizou o balanço político e econômico dos últimos cinco anos de luta de classes no terreno mundial. Condição necessária, segundo ele, para a elaboração de um programa que buscasse a responder à redefinição, em primeiro lugar da época imperialista, caracterizada pela direção do capital financeiro na política e economia mundiais. Uma perspectiva distinta do programa apresentado por Bukharin, que longe de ser um documento de orientação para o *partido comunista mundial*, era limitante, inclusive, para responder às tarefas da seção nacional.

Isso porque o programa não deve partir das condições de atuação de um PC no seu país. No caso, essa crítica era particularmente dirigida à URSS e se colocava contra a concepção de que o Programa da IC seria a somatória dos programas nacionais de cada sessão. Trotsky retomou suas elaborações desde 1923, as quais estabeleciam no crescimento dos EUA os fundamentos dos problemas da política e da economia mundial. A formulação de um programa, portanto, deve estar norteadada pela época atual, marcada pelo desenvolvimento em larga escala do capitalismo, assim como a política e a economia dos países devem ser analisadas a partir das suas relações de combinações e dependências no plano internacional.

Na era atual, infinitamente mais do que na anterior, somente a direção que o proletariado está tomando do ponto de vista nacional deve e pode ser deduzida da direção seguida no domínio internacional, e não o contrário. Aqui reside a diferença fundamental que separa, no ponto de partida, o internacionalismo comunista das variedades de nacional-socialismo (TROTSKY, 1928, s/p)

Outro ponto de crítica ao programa oficial apresentado na IC dirigia-se às definições teóricas gerais e pouco aprofundadas acerca das contradições da relação hegemônica dos EUA diante dos países europeus, como fator de normatização e estabilidade da luta de classes no mundo, após a primeira guerra mundial. Não se tratava de negar, de um modo geral, essas definições, mas de explicá-las e tirar conclusões que apontassem o desenvolvimento da revolução em escala internacional. Por volta de 1922, Lênin percebeu o declínio da onda revolucionária no "Ocidente" e voltou as expectativas para o "Oriente": ou seja, o contrário do contemplado pela estrutura do programa oficial. Trotsky retomou o conceito de *equilíbrio instável* para representar a função hegemônica dos EUA sobre a política mundial. Por um

lado, desconsiderando as hipóteses de que a política mundial iria se enfraquecer e, por outro, apontando a dialética da possibilidade da explosão do proletariado, nesses países, fomentar de modo mais acelerado a revolução proletária internacional.

Exaustivamente, Trotsky recuperou e reproduziu cada citação de Lênin que contrariava as teses programáticas oficiais voltadas para justificar os planos nacionais da IC. Mencionou, por exemplo, que Lênin, em 1918, no contexto da paz estabelecida pelo Tratado de Brest-Litovsk<sup>31</sup>, disse que se tratava de “uma lição, pois não há dúvida de que sem a revolução alemã pereceremos” (LENIN, 1918). O objetivo central, passava a ser, portanto, pela contribuição para a vitória da revolução na Alemanha. Diante de um contexto complexo, marcado pela invasão à Polônia.

Trotsky ressaltou a importância decisiva que a capitulação do PC na Alemanha, em 1923, teve não somente para o isolamento da URSS, como também para sedimentar esse pilar do equilíbrio instável hegemônico da dominação burguesa mundial. Retomou os fundamentos para a defesa dos *Estados Unidos Soviéticos da Europa*, baseado na lei do desenvolvimento desigual e combinado entre os países. Mesmo que o capitalismo se desenvolva de maneiras distintas entre os países, com formações mais atrasadas e mais avançadas, isso não condiciona o fator de influência revolucionária que a luta de classes pode determinar.

A principal crítica residia no fato de o documento oficial considerar possível a realização da Revolução Socialista apenas na URSS. Aqui não se trata de se ausentar pela luta da defesa da revolução no plano nacional, mas sim transformar *a necessidade em virtude*, estabelecendo o vínculo estratégico com o internacionalismo proletário. E, conseqüentemente, não esperar que todas as demais contradições geradas pela inter-relação entre política, economia e luta de classes na geopolítica mundial seriam solucionadas com políticas baseadas em neutralizar a burguesia mundial.

Trotsky, com a lei do desenvolvimento desigual e combinado, reafirma a doutrina marxista, que estabelecia como prerrogativa a interdependência orgânica dos países para afirmar que a revolução socialista pode ser iniciada, porém não terminada, nos limites das fronteiras entre as nações. Ao isolar a revolução ao plano nacional, o marxismo sofre um

---

<sup>31</sup> Acordo de paz assinado em 03/03/1918, assinado pelos bolcheviques, que retirava a Rússia da Guerra Mundial.

revisão teórico que sustenta uma política abstrata de solidariedade internacional, mas que não é efetiva do ponto de vista de desenvolvimento da revolução mundial.

Confirmaram-se, mais uma vez, duas teses da revolução permanente. A primeira é sobre a possibilidade de a revolução socialista ocorrer em países atrasados (como a Rússia em 1917, ou a China em 1927). E a segunda é sobre os limites enfrentados pela ditadura do proletariado nesses países que, em última instância, só serão solucionados com o desenvolvimento mundial da revolução. Como fundamenta Trotsky: "A primeira dessas teses se baseia em uma concepção justa da lei do desenvolvimento desigual. A segunda, em uma compreensão exata da realidade dos laços econômicos e políticos que unem os países capitalistas." (TROTSKY, 1971, s/p).

Essa possibilidade se sustenta na fusão das tarefas da revolução democrática com a revolução socialista, através da conquista do poder político hegemônico pela classe operária. Contudo, diferentemente das acusações stalinistas, a TRP defende a aliança estratégica com o campesinato, sobretudo nos países de formação capitalista atrasada, de predominância camponesa. Segundo Trotsky, essa aliança é fundamental para combater a influência liberal nas questões democráticas, como no caso da reforma agrária e em relação à soberania nacional. Sem essa aliança democrática, as tarefas não podem ser cumpridas, mas o resultado será o mesmo se não houver o combate ao nacionalismo burguês desses países. Relegar à burguesia as tarefas da revolução democrática significa não somente não as conquistar, mas, na prática, permite desvios e manobras dos processos revolucionários e o abandono das tarefas socialistas.

No entanto, essa aliança democrática deve ser realizada por meio da organização política da vanguarda do movimento operário no Partido Comunista (revolucionário), como expressão da independência de classe em relação à burguesia. O que deve ser feito sem permitir que as massas pequeno-burguesas tenham influência nas etapas da revolução democrática, desviando os rumos da revolução socialista, assumindo, assim, um caráter reacionário. Nesse sentido, entendemos que a ditadura do proletariado nada mais é que a expressão do exercício de função hegemônica nacional da classe operária apoiada nos camponeses, para responder às tarefas da revolução democrática integradas no curso da revolução socialista.

A revolução proletária, é claro, é ao mesmo tempo uma revolução camponesa; mas nas condições contemporâneas é uma revolução camponesa fora da revolução proletária. Podemos dizer aos camponeses com plenos direitos que nosso objetivo é a criação de uma república operária e camponesa, da mesma forma que depois do levante de outubro demos o nome de "governo operário e camponês" ao governo da ditadura do proletariado. Mas não opomos a revolução operária e camponesa à revolução proletária, pelo contrário, nós as identificamos. Esta é a única maneira justa de colocar a questão(...) Aqui novamente colidimos com o próprio cerne da questão da chamada "revolução permanente". Em sua luta contra essa teoria, os epígonos chegaram a romper completamente com o ponto de vista de classe (TROTSKY, 1971, s/p).

Desses fundamentos, retomamos os principais conceitos abordados sobre a TRP:

a) a luta contra o fascismo só é uma luta consequente se não for realizada a partir da defesa do regime colonial ou alinhada aos setores imperialistas democráticos, que sustentam sua dominação mundial na manutenção de regimes ditatoriais ou bonapartistas na América Latina;

b) A crise da hegemonia se transforma em crise revolucionária, pela ação independente do proletariado e pela ação consciente do partido revolucionário, na construção da dualidade de poder (organismos de representação direta da democracia operária);

c) A revolução socialista tem seu início, e não o seu fim, com a conquista de poder pelo proletariado. Não pode ser realizada pela via pacífica, mas sim pela arena mundial da luta de classes, pelos conflitos internos e externos que representam. O movimento permanente da revolução decorre da negativa da revolução socialista se realizar no terreno nacional, seu curso é internacional e de caráter mundial;

d) não existe uma relação de dependência na qual os países atrasados aguardam a revolução nos países avançados para, então, assistirem à função hegemônica da classe operária. Isso acontece porque a revolução operária nos países atrasados atuará como motor impulsionador da revolução nos países avançados, que, por sua vez, ajudará o proletariado dos países atrasados a resolver as tarefas da etapa democrática da revolução;

e) A revolução permanente caracteriza-se, na sua essência, pela fusão das tarefas da revolução democrática com as tarefas da revolução socialista, que só podem ser concebidas pela realização da ditadura do proletariado em aliança com o campesinato, porém com a direção política da vanguarda operária para combater todos os desvios e influências nacionais burguesas;

f) A aliança democrática com o campesinato é de extrema importância estratégica para a realização das tarefas da revolução democrática nos países atrasados, no que diz respeito à luta pela reforma agrária e pela libertação nacional. Entretanto, só podem ser resolvidas por meio da hegemonia operária e dos seus objetivos socialistas.

Essas definições desenvolvidas na parte final deste capítulo resumem os aspectos fundamentais das teses da TRP, que serviram como uma espécie de guia teórico para a consolidação de organizações trotskistas ao redor do mundo, e demonstram a necessidade prévia de construção da hegemonia operária para a consolidação de sua dominação política. São essas teses que ergueram a *Quarta Internacional*, quando Trotsky ainda estava vivo, e possibilitaram o surgimento de sessões nacionais em vários países. Como veremos adiante, entre eles está o Brasil.

É claro que existem diversas maneiras de abordar as questões teóricas e políticas vindas do trotskismo como uma corrente política internacional. Nesta pesquisa, o foco da análise se volta para as relações entre elas e a origem do trotskismo no Brasil. A construção da LCI entre 1927-1940, sua adesão à IV Internacional com Trotsky ainda vivo e, principalmente, como a partir da TRP atuou sobre o problema da questão nacional.

Voltar à tradição e à história do trotskismo brasileiro é um desafio apaixonante para o qual é preciso reconectar os fios de continuidade da teoria revolucionária com o nosso tempo, naquilo que consiste em pensar os caminhos da revolução socialista no Brasil, extraindo lições e balanços dos principais fatos históricos, protagonizados pela classe operária, assim como o papel desempenhado pelas suas direções políticas. Esse é o caminho que convidamos o leitor a conhecer nos capítulos seguintes desta dissertação.

## **CAPÍTULO 2 - A ORIGEM DO TROTSKISMO NO BRASIL E A LCI (1927-1940)**

O capítulo anterior tratou os aspectos teóricos que envolvem as teses da revolução permanente, no que diz respeito às suas relações com a questão nacional. Desenvolveu a ideia da necessidade estratégica da aliança da classe operária, exercendo sua função hegemônica, com o campesinato para realizar as tarefas da revolução democrática, em particular a libertação nacional, assim como a fusão dessas tarefas democráticas com as socialistas durante o processo revolucionário para consolidar a ditadura do proletariado, combatendo todo e qualquer tipo de desvio estratégico das variantes burguesas.

Como definição, chegamos à associação direta entre a direção política da classe operária e a estratégia do internacionalismo proletário, em contraposição à variante nacional da teoria do *socialismo num só país*. Ou seja, a defesa da revolução na URSS, nas teses da TRP, pressupõe o desenvolvimento da revolução socialista nos outros países em base à defesa da hegemonia operária. O que implica uma política de independência da classe operária diante das frações nacionalistas da burguesia, em especial nos países de desenvolvimento capitalista atrasado. Contexto esse que se expressou no Brasil e foi parte central do surgimento da LCI, como resultado da luta política dos trotskistas brasileiros no interior do PCB.

Neste capítulo, o objetivo é expor a manifestação política dessas concepções, assim como os protagonistas envolvidos na luta fracional interna do PCUS e da Terceira Internacional, e como as ideias oposicionistas tomaram corpo na América Latina e no Brasil, particularmente na formação da LCI. O período contextualizado no centro desta investigação abrange os anos de 1927 a 1940, que corresponde: a crise política do PCB marcada pela ruptura da oposição sindical, liderada por Joaquim Barbosa e João da Costa Pimenta, com centro das divergências no plano nacional; e a ruptura de intelectuais como Livio Xavier e Rodolfo Coutinho, principais interlocutores de Mário Pedrosa, que elevaram essas

divergências ao patamar internacional, até o ano do assassinato de Trotsky, encerrando uma primeira fase do movimento trotskista no Brasil.

Não há como desconectar a análise desse processo da situação política do país, a atuação e posições da direção do PCB, e a identidade ideológica dos oposicionistas brasileiros com a OIE no plano da unidade da luta de classes mundial, após a morte de Lênin em 1924. Neste sentido, a primeira parte deste capítulo irá discorrer sobre a origem da OE na URSS e as principais diferenças políticas que determinaram os debates no PCUS e que, posteriormente, se estenderam para a IC. Nos tópicos seguintes abordarei os desdobramentos que levaram as ideias *permanentistas*<sup>32</sup> a adquirirem influência no território brasileiro, dando origem ao movimento trotskista no país, a partir da formação do GCL, da LC, e, finalmente, da LCI. Reunindo, quadros e dirigentes que estabeleceram teses originais e uma política audaz, no tocante à formação do capitalismo brasileiro e à construção da tática de frente única operária contra o fascismo<sup>33</sup>.

Para dar conta desses objetivos engendrados em estruturas complexas de luta políticas e análise da situação internacional e nacional, recorreremos à metodologia da revisão bibliográfica sobre os temas. Uma coletânea de artigos e pesquisas acadêmicas retirados de revistas temáticas - e da internet - de autores e organizações políticas, em especial de vertente trotskista, sobre o movimento operário brasileiro. E principalmente da investigação de documentos originais do período, coletados no CEMAP<sup>34</sup> e da correspondência entre Mário Pedrosa e Livio Xavier, presentes em *A solidão Revolucionária- Mário Pedrosa e as Origens do trotskismo no Brasil*, de José Castilho Marques Neto; as edições do jornal *O Homem Livre*, publicação da Frente Única Anti-Fascista em 1933; e os documentos da LCI organizados na obra *Na Contracorrente da História: documentos da Liga Comunista Internacionalista 1930*, de Fúlvio Abramo.

Para o trabalho de historiografia política do período analisamos também ao livro *O Trotskismo na América Latina*<sup>35</sup>, escrito por Osvaldo Coggiola; assim como à entrevista de Fúlvio Abramo ao jornalista e professor José Arbex Júnior em 1984, sobre fatos marcantes do

---

<sup>32</sup> Associada à defesa das teses da teoria da Revolução Permanente, elaborada por Leon Trotsky.

<sup>33</sup> No caso brasileiro, a sua versão adaptada por Plínio Salgado, conhecida como Integralismo.

<sup>34</sup> CEMAP- Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa. Criado em 1981 e sob custódia do CEDEM (Centro de Documentação e Memória da UNESP).

<sup>35</sup> Publicado pela Editora Brasiliense em 1984 na Coleção **Tudo é História**, nº94.



episódio que ficou conhecido como *A Revoada dos Galinhas Verdes*, enfrentamento na Praça da Sé em São Paulo, da frente única operária antifascista articulada pela LCI, que dispersou os integralistas da AIB, liderada por Plínio Salgado.

Esperamos neste segundo capítulo, mostrar como as bases teóricas da TRP, principalmente a partir da relação entre hegemonia e a questão nacional, desenvolvidas no primeiro capítulo, contribuíram para a formação da LCI, a partir do resgate histórico e dos principais processos políticos que ocorreram no Brasil durante o período abordado.

## 2.1. A Oposição de Esquerda e a IV Internacional.

Uma avaliação esquemática da relação entre a O.E., que surgiu no interior do PCUS, e a IV Internacional, é que esta última foi inevitavelmente a evolução da outra. Entretanto, abordar desta maneira reduz qualitativamente as lutas de tendências no âmbito da URSS e na III Internacional. A luta política não é facilmente absorvida a quem está acostumado a resolver as diferenças com acordos superficiais. Muitas vezes, o *status quo* encara as diferenças na esquerda como um entrave para a revolução. A história do Partido Bolchevique e o triunfo da revolução operária na Rússia em 1917, desmentem esse entendimento simplista.

Como seria se Lênin e sua fração no POSDR capitulassem à estratégia de aliança de classe menchevique com a burguesia? Talvez, esse não fosse o questionamento mais preciso, mas a resposta a ele pode se desdobrar em caminhos mais contraditórios. Na ciência política nem sempre  $1 + 1 = 2$ , pois as variáveis subjetivas determinam incisivamente as relações entre as práticas dos atores e os resultados gerados. Certamente, revoluções teriam ocorrido na Rússia, o seu caráter burguês ou operário é que estava em disputa. Mesmo quando falamos de uma burguesia que preferia se esconder atrás do Czar enquanto a classe operária era a força social protagonista.

Os mencheviques canalizaram essa força em *fevereiro* para defender o Estado e o regime político burguês. A unidade em torno disso resultaria na inexistência de *outubro*. Se, como visto anteriormente, Lênin se subordinasse à política da ala centrista do Partido Bolchevique, o resultado não seriam as *Teses de Abril* e a abertura de uma luta política fracional no próprio partido que ajudou a fundar. Por isso, o alinhamento de Lênin e Trotsky, nesse momento, não foi circunstancial do ponto de vista estratégico. Muito menos secundário. Foi essencial para os trabalhadores instaurarem o poder soviético.

A conquista do poder pelo proletariado russo não resultou do desenvolvimento harmônico do POSDR, mas sim do contrário. Uma série de disputas, frações, rupturas, fusões, debates e polêmicas que enriqueceram a história do marxismo revolucionário. Este preâmbulo nunca é demais quando ainda nos dias de hoje, geralmente para sustentar posições conciliatórias, associa-se o "trotskismo" a rachas políticos. No caso, a alcunha de *trotskista* dada por Stalin, justificou inúmeras perseguições, assassinatos e exílios dos dirigentes que se opunham à política da Direção do PCUS sobre os rumos da revolução de 1917.

O stalinismo, para se consolidar, enfileirou corpos da velha guarda bolchevique. 18 dos 31 membros do Comitê Central que o PCUS teve entre 1918 e 1921 posteriormente foram assassinados a mando de Stalin, além da repressão a milhares de militantes de todas as correntes anti-stalinistas e não somente Trotsky e seus seguidores. Como explica Coggiola, o diferencial da fração trotskista das demais vertentes de oposição, e sua evolução político-histórica, deve-se a dois fatores:

A Oposição de Esquerda estruturou-se em outubro de 1923, contra a política interna e externa do PCUS, que viria mais tarde a ser chamada de stalinismo (do nome do seu ditatorial executor, Stalin). A de Trotsky não foi a única oposição a Stalin: outros dirigentes organizaram diversas frações, tal como a de Zinoviev e Kamenev (com os quais Trotsky aliou-se em 1926, na Oposição Unificada), ou a de Bukharin, Rikov e Tomsy (a assim chamada Oposição de Direita, derrotada pela fração stalinista no início dos anos 30). O que distinguiu a fração trotskista foi: 1) a sua continuidade política e organizativa, que se manteve muito após a sua completa derrota no interior do PCUS; 2) a sua projeção mundial, onde se constituiu em fração pública da Internacional. (COGGIOLA, 1984, P. 8)

No dia 08/10/1923, Trotsky enviou uma carta ao Comitê Central contra a burocratização e a política econômica. No mesmo momento, 46 militantes também criticam a direção do partido. O contexto do início da Oposição de Esquerda foi marcado pela crise econômica e social da URSS após a vitória na guerra civil.

Lênin e Trotsky defenderam, durante os anos de *Comunismo de Guerra*<sup>36</sup>, um conjunto de medidas excepcionais como a proibição de frações no PCUS. Era um momento de instabilidade da revolução, ameaçada com revoltas reprimidas, como a de Kronstadt, que favoreciam com os interesses imperialistas franceses. No campo econômico também foi

---

<sup>36</sup> Política de reorientação da produção econômica para sustentar as forças do exército Vermelho no confronto contra 14 países imperialistas organizados no Exército Branco.

introduzida a NEP<sup>37</sup>, que aumentou a exportação de cereais em 1921 com a aprovação do acordo comercial Anglo-Russo<sup>38</sup>.

Essas medidas possuíam um prazo de validade curto para os revolucionários bolcheviques. Imediatamente deveriam ser seguidas por ações socialistas. Entretanto, com o afastamento de Lênin por motivo de saúde, doença que se agravou e gerou sua morte em janeiro de 1924, as contradições econômicas e sociais rapidamente assumiram o patamar político. A combinação entre excesso de centralismo, medidas capitalistas e isolamento da revolução criou condições férteis para a criação de um aparelho de estado independente, alheio à classe operária. Stalin, Secretário Geral do Partido, a partir de 1922, passou a indicar os demais secretários, obtendo maior centralização e aumentando seus poderes.

Em 08/12/1923 Trotsky publicou novas críticas num documento intitulado *Novo Curso*, no qual reafirmou que o democratismo seria incapaz de vencer a guerra civil, porém que o centralismo puro e seu excesso eram incompatíveis com um partido de massas. As posições de Trotsky obtiveram uma resposta imediata da tríade dirigente do PCUS, Stalin-Kamenev-Zinoviev, que o acusou de fracionismo. Trotsky, neste momento, assumiu abertamente a oposição, criticando a burocracia como uma casta social, que deteriorava a revolução no seu interior.

O isolamento da revolução russa se aprofundou com as derrotas na China em 1925-1927, e em particular na Alemanha em outubro de 1923, que pavimentou nas décadas seguintes o caminho do fascismo. Esses processos acirraram as diferenças internas no PCUS. Se, por um lado, a OE estabeleceu como centro da sua plataforma a defesa incondicional do internacionalismo proletário, por outro, a dependência do cenário da luta de classes mundial impôs contradições na luta política contra a burocratização do Estado Soviético.

Nesse quadro de estabilidade do capitalismo e de afirmação das diretrizes burocráticas do Estado, Trótski reacende o debate em outubro de 1924, ao publicar *As lições de outubro*, em que demonstra a necessidade do Partido de concretizar com êxito determinada situação revolucionária. Explicitam-se, nesse momento, as bases teóricas da grande polêmica produzida mais tarde por Trótski: a teoria da revolução permanente e a igual necessidade de empenho objetivo do Partido russo e da Internacional Comunista nas

---

<sup>37</sup> Nova Política Econômica baseada em incentivar medidas capitalistas, como a permissão da propriedade privada, com o objetivo de estimular a economia soviética.

<sup>38</sup> Acordo econômico assinado com a Grã-Bretanha que na prática deu fim ao bloqueio econômico e oficializou o reconhecimento da Rússia Soviética por parte do país europeu.

situações revolucionárias que ocorressem nos diversos países. (MARQUES NETO, 2022, p. 52)

Diante desse cenário de crise e isolamento da URSS, a reação burocrática *Termidoriana*<sup>39</sup> buscou resolver internamente os problemas enfrentados pela revolução. Na prática, isso significava se apoiar nas medidas excepcionais de antes, estendendo de forma indeterminada seu prazo de validade, através de uma política econômica de enriquecimento dos *Kulaks* e dos *Nepmen*<sup>40</sup>. A burocracia stalinista tinha objetivo de construir uma base social que apoiasse sua conservação no comando, por meio do apelo de Bukharin aos camponeses ricos em aumentar a produção de excedentes para o comércio externo, como se fosse a única alternativa para a manutenção da revolução russa. Segundo esta concepção, a revolução deveria se sustentar dentro de um só país.

Por outro lado, a batalha interna da OE alertou que as conquistas econômicas da revolução, a nacionalização da indústria, o monopólio sobre o comércio exterior e a planificação estavam em risco pelas mãos da incipiente burocracia do Partido. No plano econômico nacional defenderam o avanço do processo de industrialização aceleradamente, a partir da taxação de impostos sobre os Kulaks. Politicamente, lutaram pela democratização do PCUS, ou seja, pela liberdade das frações internas dentro do regime de centralismo democrático. E fundamentalmente, a necessidade da expansão internacional da revolução russa para outros países. O internacionalismo unificou a oposição como saída estratégica, apoiada na luta de classes, diante do isolamento da URSS.

A saída nacionalista para a defesa da revolução na URSS não se fundamentava pelo fato de ser a única alternativa diante a uma situação complexa. A derrota dos processos revolucionários nos outros países deixou a URSS num isolamento significativo. Contudo, se o internacionalismo proletário objetivamente era extremamente difícil de se realizar nesse momento, isso também se deu pelo fato de que a burocracia dirigente do PCUS foi determinante nas derrotas da Alemanha e da China. Aqui reside não apenas um fator objetivo de resposta imediata que contrapunha o PCUS e a OE, mas sim a preparação da saída

---

<sup>39</sup> Alusão feita por Trotsky do Termidor, reação conservadora no interior da Revolução Francesa em 1794. A reação termidoriana foi um movimento dirigido pela burguesia para travar o processo da Revolução Francesa. Uma reação no processo de revolução.

<sup>40</sup> Kulaks (camponeses ricos). Nepmen (empresários oriundos da aplicação da NEP).

estratégica em novos momentos da luta de classe, que a teoria do socialismo nacional descartava como fator preponderante.

Mesmo para responder os problemas de grande magnitude relacionados à questão nacional, as contradições enfrentadas devem levar em conta os aspectos estratégicos preponderantes. No caso da Rússia soviética, a medida adotada por Bukharin de enriquecimento dos camponeses estava diretamente em contraposição em fortalecer a classe operária, por meio do processo de industrialização. Isso porque a burocracia do PCUS buscava se apoiar nos camponeses *ricos* para garantir a estabilidade do regime, e qualquer medida que envolvia acelerar a industrialização, significava diretamente atacar economicamente essa classe.

No caso do Brasil dos anos 20 e 30, trazendo a realidade política para outra proporção, e problematizando a estratégia *pecebista*, como veremos mais adiante - de concentrar o eixo político central na *pequena burguesia revolucionária* - também incorreu em outras contradições subjetivas e objetivas para o partido. Por um lado, a pressão militarista e nacionalista das revoltas tenentistas. E, de outro lado, ao caracterizar que o choque de capitalismo para a estrutura social e econômica no Brasil derivava de uma etapa democrática-burguesa separada da socialista, que condicionava o proletariado a apoiar frações da burguesia nacional.

Em abril de 1926 a OE se aliou com a *nova oposição*, liderada por Zionoviev e Kamenev. Essa junção ficou conhecida como Oposição Unificada. Mesmo que Trotsky reconhecesse os elementos mais à direita que se incorporaram à oposição, o que estava colocado naquele momento era um objetivo superior e mais imediato: enfraquecer os poderes que aumentavam da burocracia stalinista. A Oposição Unificada defendeu a industrialização, a coletivização das terras, a planificação da economia, e não estabeleceu nenhum compromisso com as teses da teoria da revolução permanente.

Ou seja, eram setores que se organizavam no interior do PCUS contrários às principais medidas da direção do partido no que diz respeito às questões internas da URSS. Não eram apenas "trotskistas", pelo contrário contavam com quadros e dirigentes que até momentos antes eram aliados a Stalin. Não concordavam em muitos aspectos na defesa da hegemonia operária, do internacionalismo proletário, das revoluções nos países avançados e atrasados,

porém tinham um objetivo em comum: enfraquecer politicamente o *bureau político* do partido.

No mês de outubro, Trotsky com consciência de que a expulsão dos opositores era uma questão de tempo e, preocupado com que isso passasse despercebido por amplos setores de massa, neutralizando a política revolucionária, assinou um documento de trégua com o secretariado do Partido. Nesse contexto, não somente Trotsky, como também Zinoviev e Kamenev, assim como outros bolcheviques comprometidos com essa linha política, delimitaram-se dos opositores que defenderam naquele momento a dissolução do Partido.

Entretanto, essa trégua não se consolidou após a publicação, por Max Eastman, do *Testamento de Lênin*. As advertências feitas por Lênin no seu testamento político caíram como uma bomba no regime stalinista. Nele, o principal dirigente da revolução russa alertou o aumento substancial da concentração de poderes nas mãos de Stalin, como Secretário Geral do Partido, e que isso poderia levar à burocratização e à divisão. O documento que já havia sido censurado pelo secretariado, rapidamente é rechaçado pela burocracia. No dia 25/10/1926, Stalin cancelou o acordo com a oposição. O PCUS convocou a XV Conferência, no período de 26/10 a 03/11/1926, e nela Trotsky e Kamenev são expulsos do Politburo<sup>41</sup>, além de ter sido aprovado um pedido a IC, de afastamento de Zinoviev da presidência.

Quando nos deparamos com esses processos de luta política, tendencialmente sempre prestamos mais atenção nas figuras individuais e suas ideias, do que na força material que elas representam. Não se pode perder de vista que esse debate não estava apenas concentrado entre Stalin x Trotsky. Tratava-se de uma crise política no PCUS sobre os rumos da revolução de 1917. O isolamento da URSS aprofundou o distanciamento do regime soviético dos setores de massa, criando o terreno fértil e dramático para a burocratização do processo revolucionário. Justamente por isso, a denúncia da burocratização e a defesa do internacionalismo estavam presentes em amplos setores do Partido.

O aumento do nível de repressão aos opositores promovido por Stalin dentro do regime foi a resultante das frações de classes sociais nas quais ele se apoiou para manter o controle do Partido: a burocracia de estado, setores que se enriqueceram com a permanência da NEP e camponeses ricos, que paulatinamente cada vez mais ganhavam força social e política no regime soviético. E, conseqüentemente, exerciam pressão no partido para que este

---

<sup>41</sup> Comitê Executivo do PCUS.

eliminasse seus elementos questionadores. Os processos sociais e econômicos, portanto, adquiriram uma manifestação política, onde novamente se confrontavam a necessidade de aprofundar a ditadura do proletariado ou a conservação das contradições geradas com a revolução de 17.

No mês de maio de 1927, 83 militantes da conhecida velha guarda bolchevique redigiram o *Manifesto dos 83*, que coletou mais de 3 mil assinaturas de militantes do PCUS. Apesar de não defenderem abertamente a revolução permanente, o documento trouxe posições contrárias à Direção do Partido, como parte das discussões preparatórias do XV Congresso do PCUS. Na obra de Marques Neto, *Solidão Revolucionária*, é possível ver um trecho do conteúdo desse manifesto.

Ao contrário de uma análise marxista da situação real da ditadura proletária, instalou-se uma falsa teoria pequeno-burguesa do "socialismo num só país" que não tem nada a ver com o marxismo e o leninismo. Esse grosseiro recuo do marxismo faz com que o Partido tenha dificuldades maiores em ver o *conteúdo de classe* dos processos econômicos que se produzem atualmente. Os fenômenos negativos da época da revolução, [...] a situação de penúria de largas parcelas da população e o reagrupamento de classes hostis ao proletariado. [...] Uma falsa política acelera o crescimento das forças hostis à ditadura do proletariado: os *kulaks*, *nepmen*, burocratas. (MARQUES NETO, 2022, p. 55, grifo do autor)

Em 1927 a OE mantém sua unidade na plataforma programática. Do ponto de vista organizativo o internacionalismo ainda possuía um valor superficial, pois o centro da luta política permaneceu voltado às questões internas no PCUS. Com a reação burocrática, a oposição foi obrigada a sair da clandestinidade, e como era esperado a máquina partidária começou a atuar. Trotsky foi expulso da Executiva da IC em outubro, junto com Zinoviev e do CC, e, em novembro, do próprio PCUS. No XV Congresso do PCUS em dezembro, o secretariado promoveu um ultimato aos oposicionistas para renunciarem às suas posições. Zinoviev aceitou e voltou a se submeter ao regime burocrático. Paralelamente, 1500 militantes ligados à oposição foram exilados. Trotsky foi para a cidade de Alma-Ata no Cazaquistão.

O exílio de Trotsky foi marcado pelo avanço qualitativo na estruturação dos núcleos oposicionistas ao redor do mundo. O internacionalismo deixou de ser apenas um eixo na plataforma programática e passou a ser estratégia de construção da OIE. Ainda que a oposição, no geral, fosse minoria em relação à burocracia do PCUS, em várias seções

nacionais era maior que as seções oficiais da IC, como no caso da Polônia, Espanha, Grécia, Cuba e Chile. Os núcleos da OIE também se formaram em países importantes como França, Alemanha, EUA e Hungria.

Justamente na França, a OIE consolidou esse perfil político mais definido. A revista *Clarté*, órgão vinculado ao PCF, transformou-se em *La Lutte de Classes*, ligada à oposição que depois lançou *La Verité*. E foi exatamente por esta ponte de contato que, posteriormente, os oposicionistas brasileiros estabeleceram uma relação política para dar início à OE no Brasil, a partir da interlocução de Mário Pedrosa e Livio Xavier.

Na URSS a crise econômica e social se agravou aprofundando contradições que produziram uma nova crise política, dessa vez pela direita, com a oposição organizada por Bukharin. Os *Kulaks* não atenderam aos chamados e foram contra a produção de excedentes, o que impôs ao secretariado a adoção de medidas defendidas anteriormente pela OE, só que de maneira burocratizada e mecânica. Estabeleceu-se, assim, a coletivização forçada das terras (*kolkhozes*) em 1929, acompanhada de um início sem planejamento da industrialização desenfreada por meio do Plano Quinquenal. A repressão da GPU aos trotskistas aumentou com a prisão de milhares de militantes. Trotsky, expulso do país, viajou para a Turquia, onde, como já mencionado, escreveu uma biografia política *Minha Vida* e o livro *A História da Revolução Russa*, defendendo o legado revolucionário e com o objetivo de responder às calúnias e difamações stalinistas ao redor do mundo.

A OIE organizou suas seções dentro de um contexto marcado, durante os anos 30, pela crise de 1929 e a ascensão do nazifascismo na Europa, com Hitler e o Partido Nazista obtendo uma importante vitória eleitoral nas eleições de setembro de 1930 na Alemanha. Uma derrota para o movimento comunista internacional, contribuída pela política oficial da IC do 3º período<sup>42</sup>, contra a qual se voltou a OIE, que defendia a construção da Frente Única Operária, cuja bandeira de agitação era "Golpear juntos, marchar separados". Ou seja, buscando uma unidade com as organizações reformistas, a partir dos sindicatos, tendo como objetivo o combate ao fascismo, ao mesmo tempo que mantinha a independência política e programática no interior dessa frente.

---

<sup>42</sup> Linha ultraesquerdista e objetivista adotada oficialmente pela IC que caracterizava o terceiro período como de colapso econômico do capitalismo, que levaria à radicalização de massas, e consequentemente, a uma maior polarização e sectarismo com as organizações reformistas operárias. O que permitiu, principalmente nos sindicatos a divisão da socialdemocracia (social-fascismo na caracterização do Comintern) dos Partidos Comunistas, favorecendo a ascensão das organizações fascistas dentro do movimento operário.



Em abril de 1930, realizou-se a Primeira Conferência dos Bolchevistas Leninistas, organizada internacionalmente pela Oposição. O nome dado à reunião não foi nada secundário. Tratava-se de entrar diretamente na disputa do legado e da autoridade revolucionária do marxismo-leninismo, no qual o stalinismo se apoiava ao manter o comando oficial da URSS. O principal debate da conferência ficou marcado pela necessidade de expansão internacional. O internacionalismo proletário era a estratégia que unificava programaticamente os setores da oposição. Nesta conferência participaram delegações de países como a Alemanha, EUA, Bélgica, Espanha, França, entre outros. E nas deliberações foi votada a convocação de uma nova conferência para unificar as frações de esquerda da IC, assim como foi aprovado um novo órgão de comunicação, o *Bulletin International de L'opposition Communiste de Gauche*.

Na conferência mencionada, ainda foi aprovado um secretariado provisório, que possuía representantes da Oposição da França, Alemanha e URSS. No primeiro número da revista recém-lançada, novos países aderem à publicação, entre eles o Brasil, cujos desdobramentos serão abordados mais adiante com maior riqueza de detalhes. O editorial foi composto pelo manifesto *Ao Proletariado do Mundo Inteiro*. Nele está presente toda homogeneização ideológica da OIE, sintetizando as principais análises da conjuntura internacional de 1930. Entretanto, o documento ainda não se colocava na defesa de uma nova internacional, reivindicou o legado estratégico dos quatro primeiros congressos da III Internacional, de quando Lênin ainda era vivo e atuante, e ainda se postulou no sentido de disputar, a partir da IC, a liderança do movimento operário internacional.

O cenário mudou em 1933 com a falência e derrota da política do 3º período, e a traição stalinista na revolução espanhola, que para os oposicionistas nada mais era do que o sinal profundo da degeneração burocrática e falência programática da III Internacional, consolidando o estado operário deformado na URSS. O que estava colocado não era apenas uma mudança de nome ou a construção de um segundo partido, mas sim a necessidade de construir uma alternativa diante ao papel contrarrevolucionário da atual IC na luta de classes mundial.

A articulação das conferências seguintes foi em torno do debate, portanto, da construção de um novo partido revolucionário mundial dos trabalhadores. Em 1935, Trotsky redigiu a *Carta Aberta para a IV Internacional* e neste documento, retomou a história das

IC's, fundamentou a análise da falência da III Internacional e apontou a urgência de erguer a Quarta Internacional. Organizou-se assim a *1ª Conferência para a fundação da Quarta Internacional*, em 1936, na cidade de Paris, na França. A Liga Comunista Internacional, como se denominava a OIE, dissolveu-se, sendo substituída oficialmente pelo *Movimento pela Quarta Internacional*.

A IV Internacional consolidou-se em 1938. No seu primeiro congresso de Fundação, manteve a defesa, na íntegra, das resoluções dos quatro primeiros congressos da III Internacional e aprovou o *Programa de Transição*, redigido por Trotsky, que estabeleceu as principais diretrizes políticas para atuação dos revolucionários nos países centrais e atrasados do capitalismo, a partir da fusão das tarefas democráticas com as tarefas socialistas. Aspecto teórico da revolução permanente abordado anteriormente no primeiro capítulo desta pesquisa. Neste quadro internacional será analisada a origem do trotskismo no Brasil e o processo de adesão da LCI à Quarta Internacional.

## 2.2. Os oposicionistas no Brasil

Neste momento, as bases teóricas da OIE já estavam sedimentadas nas sessões nacionais. No Brasil e na América Latina não foi diferente. Na França esse processo ganhou contornos organizativos mais precisos após a expulsão de Pierre Naville e Marcel Fourier do PCF, meses depois que fundaram a *La lutte de classes* em alternativa à *Clarté*, muito dependente das posições do PCF. A revista passou a ter uma distribuição mensal, mas falhou no seu principal objetivo de aglutinar os setores oposicionistas, críticos à democracia interna partidária. Em 1929, a publicação deixou de existir.

A revista que conseguiu criar uma homogeneização das ideias da OIE foi *La Verité*, fundada por Trotsky e integrada pelos principais quadros oposicionistas: Alfred Rosmer, Pierre Naville, Pierre Frank e Gerard Rosenthal. Nela se realizaram debates importantes, como o da tática de *entrismo*<sup>43</sup>, além de expressar a plataforma teórica e programática da OIE nos 255 números publicados.

---

<sup>43</sup> O *Giro Francês*, tática política adotada pelos trotskistas franceses em atuar de forma organizada no interior da Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO) para influenciar uma ala do partido para a política revolucionária.

Foram essas as publicações estudadas por Mário Pedrosa e Lívio Xavier. Pedrosa foi enviado pelo PCB para participar da Escola Leninista na URSS. Entretanto, durante o percurso da viagem, adoeceu, ficou em Berlim, e estabeleceu contato com os oposicionistas franceses, em particular Naville. Manteve intercâmbio com Xavier por meio de cartas, o que possibilitou a atualização dos principais debates e polêmicas que passavam pela Internacional Comunista naquele momento. Na carta de 14 de maio de 1928, Pedrosa narrou como conheceu Naville e a stalinização do partido:

Situação geral: merda. Em Paris conheci o Naville – Muito inteligente e bem informado. Expulso do partido mas sem formalidade. (O Fourier também. Mas ainda sem formalidade etc. As eleições absorviam todas as atenções.) Me pareceu sofrer uma grande influência do Souvarine. O partido em França ultra corrompido. Sem vida interna. Mecanizado ao extremo. Os elementos mais competentes e inteligentes, com raras exceções, estão todos fora. Com uma grande diminuição do número de aderentes. Os chefes parlamentares, como sabíamos, oportunistas e tão corrompidos como os outros políticos. (Gozei a derrota eleitoral do Vaillant.) Doriot completamente estragado pela política interna do partido e comprometido com Stalin irremediavelmente. Assim como Semard. (É uma gente falhada: ainda se mantém na direção do PC devido a subserviência e aos cambalachos com a direção russa. Uns se apoiam nos outros etc. Como a política aí no Brasil.) (PEDROSA *apud* MARQUES NETO, 2022, p. 361)

O intercâmbio entre Pedrosa e Xavier foi determinante para difundir as ideias da OIE no Brasil. A ausência de informações era agravada nesse momento pelo distanciamento objetivo entre o PCB e os debates da Internacional Comunista, seja por conveniência ou pela própria pressão nacionalista. Essa autonomia do desenvolvimento da OE no Brasil não secundarizou os aspectos internacionalistas do programa. Pelo contrário, como veremos adiante, os critérios programáticos de filiação dos oposicionistas brasileiros, assim como de outras sessões nacionais, giraram em torno de 3 pontos:

a-) O *Comitê Anglo-russo*. A influência da Revolução Russa de 1917 reforçou o sindicalismo britânico, diante de um contexto de reorganização política e econômica dos países europeus envolvidos na 1ª Guerra. Os EUA passaram a ser reguladores do equilíbrio mundial, e a Inglaterra perdeu posição de potência econômica. Aprofundou-se a crise de hegemonia do regime, o que permitiu a ascensão do Partido Trabalhista, com Ramsay Macdonald, ao governo. Entretanto, após a Inglaterra reconhecer e reiniciar relações

comerciais com o Estado Soviético, o PC britânico foi acusado de ligação com a IC, fato que promoveu a queda do Partido Trabalhista, sendo substituído pelo Partido Conservador.

Fundado em maio de 1925, o comitê foi formado por uma espécie de duas grandes centrais sindicais. O Conselho Central dos Sindicatos, ligado ao PCUS, e as *Trade Unions* dirigidas pelo Partido Trabalhista Inglês. Com o objetivo de reunificar os sindicatos internacionalmente a partir da perspectiva estratégica do socialismo num só país. O fator central da polêmica entre a OE e a Direção da IC foi a greve geral inglesa, em particular dos mineiros, em 1926, envolvendo todos os sindicatos, diante da política de arrocho salarial. A direita conseguiu destruir a greve, isolou os mineiros do restante do movimento, que chegaram a resistir por mais 6 meses. Contudo, mesmo com os acordos regionais, o conflito se encerrou com mais de 200 mil demissões.

Para a OE, a derrota da greve geral inglesa resultou na ausência de independência política do PC britânico, em prol da manutenção do bloco político do Comitê Anglo-Russo, sobre a prerrogativa de uma defesa diplomática da URSS. O que levou a capitulação das *Trade Unions*, lideradas pelo Partido Trabalhista. Bukharin justificou essa movimentação, a partir da teoria das "circunstâncias excepcionais", que, na prática, levou a uma falsa oposição entre os métodos revolucionários e à defesa do Estado Operário. Foi contestado por Trotsky.

É importante ressaltar que ainda era um momento de reorganização internacional dos oposicionistas, entre os quais havia discordâncias táticas. Naville, por exemplo, era contrário à dissolução do Comitê proposta por Trotsky. Os desdobramentos políticos tiveram influência no Brasil, por meio de publicações da revista *Clarté* e, apesar da difícil compreensão das diferenças políticas, com o tempo, o instrumento serviu para consolidar a estratégia dos oposicionistas.

b-) *A Revolução Chinesa*. Foi a principal polêmica internacional entre o PCB e a OE no Brasil, já que a política de aliança com a burguesia nacional, serviu de diretrizes estratégicas para os países atrasados e semicoloniais, em particular na América Latina. Até o seu II Congresso, a IC orientava a independência política do proletariado nas colônias e semicolônias. As divergências entre Stalin e a OE começaram a se aprofundar no V Congresso, após a morte de Lênin, sob justificativa semelhante à questão do comitê anglo-russo: o risco da instabilidade gerada por uma eventual guerra ameaçar a revolução na URSS.

Argumento, cujo objetivo na prática levou ao abandono do princípio da independência política.

Essa estratégia se materializou na orientação de Moscou para a diluição do PC Chinês no Kuomintang<sup>44</sup>. Em 1922, o dirigente Chen Tu-Hsiu orientou a adesão individual dos 800 militantes comunistas ao partido da burguesia chinesa. Paralelamente, em 1923 foi assinado o tratado de Aliança com a URSS. Para Stalin, o objetivo era construir uma aliança com um partido que unificaria a China e seria um futuro aliado. Para os dirigentes do Kuomintang era a forma de se apoiar na Revolução Russa e ganhar influência entre os trabalhadores chineses.

Na greve geral de Cantão, com a formação de soviets de até 2 mil operários, o PC Chinês ainda tentou se delimitar politicamente do Kuomintang, porém não sem reação da IC, que, por meio de Bukharin orientou a contenção do movimento operário contra a burguesia nacionalista. O Kuomintang, dirigido por Chiang Kai-Shek e Wang Ching-wei, tornou-se associado da IC e aprisionou os dirigentes comunistas em Cantão, exigindo a lista de todos os militantes.

Justamente nesse momento, Trotsky registrou o primeiro protesto pela independência do PC em relação ao Kuomintang, denunciando a repressão aos comunistas num contexto marcado pela proibição de greves e manifestações. O conflito passou a se localizar em Wuhan, com o enfrentamento entre as tropas de Wang Ching-wei e Chiang Kai-Shek. Após o golpe e massacre comandado por Chiang Kai-Shek em Xangai, consentido pelos dirigentes soviéticos com a política de Bloco das 4 classes (operários, camponeses, pequeno burgueses e a burguesia nacional), a IC passou a apoiar Wang Ching-wei. Mesmo com os pedidos de independência do PC Chinês, a ordem de Moscou foi manter a aliança pelo papel considerado objetivamente revolucionário da burguesia nacional contra o imperialismo.

Enquanto Stalin comparava a ala esquerda do Kuomintang com os soviets de 1905, Trotsky acusou os dirigentes do PCUS como responsáveis pelo massacre em Xangai. E chamou à conformação de soviets e à defesa da revolução agrária. Com o desenvolvimento do processo revolucionário, as alas do Kuomintang voltaram a se reunificar, com um acordo que estabeleceu como prerrogativa a expulsão, assassinato, e perseguição aos comunistas. O PC Chinês entrou oficialmente em clandestinidade.

---

<sup>44</sup> Partido Nacionalista, fundado por Sun Yat-Sem, líder do primeiro governo republicano- 1911.

A reação da IC foi a pior possível. Transferiu a responsabilidade das ações para o PCC, e passou a promover uma política de golpes armados, que aprofundou a derrota do movimento operário. O dirigente Chen Tu-Hsiu foi destituído do PCC e a crise na IC aumentou, já que o enviado de Moscou para assumir a direção, Lominadze, promoveu um giro à esquerda, ainda que tardio, mas que se apoiava nas definições da revolução permanente em Marx. Stalin refutou os balanços da nova direção chinesa e, no VI Congresso da IC, Bukharin atribuiu a derrota da revolução chinesa à linha prática adotada pelo PCC.

c-) *Política Econômica da URSS relacionada à teoria do socialismo num só país.* O tema foi abordado no primeiro tópico deste capítulo sobre as diferenças acerca da política econômica e da burocratização do PCUS. Trata-se do enriquecimento dos camponeses como base social de sustentação da burocracia soviética, do aprofundamento da propriedade privada sem estabelecer os limites da NEP e a ausência de um plano de industrialização, diante de uma concepção de defender a URSS no plano nacional, em contraposição à necessidade política de internacionalizar a revolução. As críticas teóricas contra o *etapismo* e o caráter nacionalista do socialismo, adquiriram um sentido duplo que produziu impactos sobre a orientação da IC na Inglaterra e na China.

Entre os anos de 1926 e 1927, a OE ainda estava debilitada do ponto de vista internacionalista. Entretanto, a revolução chinesa despertou novamente o debate e a atuação dos opositores. Como visto, no Brasil, essas discussões chegaram pelo contato de Pedrosa com os opositores francês e suas elaborações.

A *Clarté* foi a primeira a destacar as polêmicas sobre a revolução chinesa, em particular a partir da 12ª edição. Se, num primeiro momento, as análises eram bastante semelhantes à linha política adotada pela IC, nos artigos escritos por Marcel Fourier após o massacre de Xangai, as coisas mudaram. O último editorial escrito antes dos acontecimentos já apresentou um avanço na caracterização e apontava para uma nova interpretação da situação chinesa. A primeira tese ainda mantinha ilusões no papel do Kuomintang, centrando o foco na pressão exercida pelo imperialismo para desviar o movimento nacionalista para um curso contrarrevolucionário. Entretanto, alertava que esse mesmo imperialismo poderia ter interesse na ascensão de uma burguesia nacional, que reprimisse e retirasse o protagonismo operário na unificação nacional.

Críticos ferrenhos de Chiang Kai a partir desse número, os redatores da *Clarté* compartilham aqui os equívocos da Internacional Comunista: “A unidade do Kuomintang repousa tão essencialmente sobre um programa perfeitamente definido (o sunismo), que Chiang Kai-shek, mais que outros líderes ditos ‘moderados’, não sonha em transgredir.” (MARQUES NETO, 2022, p. 99)

Os eventos que se sucederam em Xangai fizeram a revista adotar, de abril a novembro de 1927, com os artigos de Victor Serge, uma nova posição sobre o problema de princípio que envolvia a questão nacional. Apoiando-se em Lênin e recuperando as definições do II Congresso da IC, Serge apontou que a libertação nacional da China somente poderia ser dirigida pela classe operária urbana por meio de sua vanguarda comunista. Denunciou, portanto, as manobras do Kuomintang e a política stalinista da IC de apoio ao General Chiang Kai-shek. E, principalmente, a política de conciliação de classe, que envolvia a estratégia do "Bloco das 4 Classes" contra o imperialismo.

Serge defendeu a autonomia do PCC com base na crítica à revolução por etapas, caracterizada por ele como a implementação de fases sucessivas no movimento, que acaba por separar as tarefas de libertação nacional das tarefas socialistas. Crítica, essa, fundante da teoria da revolução permanente, na qual a ação das massas pressupõe uma estratégia de hegemonia operária.

Em maio de 1927, o *Bulletin Communiste* publicou os artigos de Trotsky que haviam sido censurados pela imprensa soviética. Neles, o dirigente bolchevique, defendeu a necessidade da criação de um poder paralelo (organismos de tipo soviético) e não o Bloco das quatro classes, assim como a necessidade de independência do PCC em relação ao Kuomintang e sua política de conciliação de classe. Trotsky demonstrou como a revolução agrária, ao ser dirigida pelo proletariado com apoio dos camponeses, pressionaria a ala esquerda do partido nacionalista (insuflada pela IC), a escolher entre a classe operária e a burguesia nacional.

Já o número especial de *Cahiers du Bolchevisme* fez o balanço da derrota da revolução chinesa e o atribuiu à direção stalinista pela sua traição aos princípios do II Congresso da IC, em base a quatro pontos: falta de independência do PCC, falta de independência do movimento operário, ausência de luta pela hegemonia operária e auto-organização (soviets).

Fatores que levaram a uma política e ideologia antimarxista e, na prática, um retorno a doutrina menchevique, que já tinha sido superada pela Revolução Russa de 1917.

Foram essas publicações, mais a revista *La Lutte de Classes*, sucessora da *Clarté*, que estavam nos arquivos dos oposicionistas brasileiros. A questão da revolução chinesa foi um tema central para a difusão internacional da OE e formação da OIE. No Brasil, particularmente, iniciou os trabalhos da oposição, juntamente com os debates sobre o movimento operário britânico e o comitê anglo-russo. Não por acaso, a sessão brasileira se transformou numa das organizações politicamente mais fortes da IV Internacional, como veremos a seguir.

### **2.2.1. O Grupo Comunista Lenine**

Mais do que falar sobre a fundação, de data incerta, e o lançamento desse grupo que existiu durante poucos meses até sua evolução para LC, o importante é entender o movimento que aglutinou os oposicionistas brasileiros, bem como a homogeneização das ideias trotskistas. Para isso, Marques Neto concebe a crítica à concepção generalizante de formação do PCB, na qual às dissidências ao longo da história do partido adquirem um peso superior em comparação às perspectivas fundamentais de análise teórica e programática.

O primeiro aspecto a ser destacado é que a crise de direção do PCB no final da década de 1920 era parte de um processo de transformações do movimento comunista internacionalmente, a partir de 1927, com o exílio e expulsão da OE. Foram mudanças políticas e ideológicas, que colocaram no centro: o debate internacional. As revoluções carregavam em si uma série de discussões e polêmicas dentro da IC, e a chave da reflexão é compreender como esse processo está associado aos fatos políticos do PCB.

Nesse sentido, mais do que identificar os atores, é preciso ressaltar as divergências que levaram à organização da OE no Brasil. Foram três e as abordaremos adiante: a política de alianças; a relação do Partido com os sindicatos; e o centralismo democrático.

No momento anterior deste capítulo, falamos sobre a revolução chinesa e o papel do Kuomintang. A importância desse debate teve um peso fundamental no PCB em torno da implementação da tática do BOC, que inaugurou as primeiras divergências na direção do partido, levadas à frente por Rodolpho Coutinho. O BOC era a proposta de frente eleitoral para concretizar as alianças comunistas com a pequena burguesia revolucionária. Uma



política de "ampliar as bases", no contexto das revoltas tenentistas no forte de Copacabana e em São Paulo, contando com a hipótese de uma *terceira revolta*, mais radicalizada que as duas anteriores, que pudesse se transformar na primeira etapa da revolução democrática no Brasil.

Essa hipótese era fundamentada na análise que os dirigentes pecebistas, a partir das diretrizes da IC, faziam do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Por ser um país dependente, com uma suposta independência nacional, mas com um Estado soberano fortemente estruturado que administrava a submissão econômica ao imperialismo, os movimentos nacionalistas passaram a ser a ponte de ligação ocasional entre a frágil burguesia brasileira e um combativo movimento operário.

Essas posições foram elaboradas principalmente por Octávio Brandão e apoiadas pela IC até 1928, mas entraram em descompasso rapidamente com o balanço da revolução chinesa realizado pelo VI Congresso da IC em julho de 1928. Esse congresso foi marcado pelo giro ultra esquerdista da IC, o qual, como dito anteriormente, contribuiu para o aprofundamento dos massacres dos operários na China. A direção brasileira, portanto, teve que se adaptar às críticas de Moscou e rever o modelo Kuomintang, porém mantendo a base *etapista* que, somada ao problema de análise política, colocava a revolução operária como consequência direta da etapa democrático-burguesa (Terceira Revolta).

A ligeira mudança de estratégia, buscando agora deixar explícita a hegemonia do Partido Comunista, obedece à crítica provinda da experiência kuomintaguista. Fundamentalmente, no entanto, permanece assentada em suas antigas bases. A análise da situação política, econômica e sociológica do Brasil continua subordinada às generalidades teóricas da Internacional Comunista, e o Partido Comunista não consegue trabalhar com o instrumental analítico do marxismo. As modificações na estratégia política não chegam a abalar a crítica contundente dos oposicionistas: por um lado, abandona-se a ideia de o partido operário fundir-se com organizações da pequena burguesia, substituindo-a pela ideia dos blocos; por outro, a perspectiva etapista de revolução consolida-se e, nela, a aliança com a pequena burguesia e setores anti-imperialistas investe-se de inevitabilidade pragmática. (MARQUES NETO, 2022, pp. 120-121)

Esse foi o contexto da primeira disputa no PCB, em outubro de 1927, agora posto na clandestinidade pela Lei Celerada<sup>45</sup>, entre a direção e os oposicionistas; particularmente, colocado na reunião da CCE que debateu a aliança do partido com Luís Carlos Prestes. A comissão executiva era composta por Astrojildo Pereira, Joaquim Barbosa, Octávio Brandão, Paulo de Lacerda, João Pimenta, Manuel Cendón, Hermógenes Silva e Rodolpho Coutinho. Nela, Pereira e Brandão defenderam a aliança com Prestes, com o objetivo de sair do isolamento e do sectarismo, identificando os elementos revolucionários da Coluna Prestes na pequena burguesia.

Coutinho, militante de destaque, que acabava de retornar da Alemanha depois de participar do V Congresso da IC, contrapunha-se à aliança com o líder tenentista sob o pretexto do partido trair os princípios teóricos de Marx e Engels. Sob influência dos debates sobre a revolução chinesa, defendeu a independência política do partido contra a tentativa de aliança de classe com os setores nacionalistas da pequena-burguesia. Não se trava apenas de um questionamento a uma tática eleitoral. A lógica da argumentação era justamente que se uma terceira revolta se desenvolvesse, ainda mais de forma radicalizada, esses setores com os quais o PCB buscava se aliar se voltariam contra a classe operária, como no caso da experiência chinesa. Esse primeiro enfrentamento de Coutinho lhe renderia uma localização de liderança do seu grupo na ruptura sindical de Joaquim Barbosa.

Conhecida como a "cisão de 1928", a criação da oposição sindical, dirigida por Joaquim Barbosa e João Pimenta, foi outro episódio importante que se ligou à origem da OE no Brasil, ainda que não necessariamente todos os militantes que romperam com o partido naquele momento aderiram, posteriormente, às teses *permanentistas* (seguiram uma trajetória sindicalista independente). Esse processo marcou a relação dicotômica entre a luta política e a luta sindical ou, visto de uma maneira mais específica, a tensão entre o PCB e os sindicatos.

Durante a revolução russa os sindicatos passaram a ser integrados ao governo operário com o objetivo central de organizar a produção. As contradições, entretanto, aumentaram no período do *comunismo de guerra*<sup>46</sup>, que cobrou um papel político superior dos sindicatos. Lenin, que escreveu extensa polêmica com os economicistas em *Que Fazer?*, concebia as

---

<sup>45</sup> Aprovada no Governo Washington Luís em 12/08/1927 limitava a atuação dos setores de oposição ao governo, com restrição e censura de imprensa; permitindo às forças policiais fecharem qualquer tipo de agremiação e/ou partido que convocasse greves ou protestos.

<sup>46</sup> Política econômica na URSS baseada em destinar as forças produtivas na Guerra Civil contra a invasão do Exército Branco.

reivindicações operárias como contribuições à luta revolucionária. No entanto, era contrário à fusão imediata dos sindicatos ao Estado, justamente pelas pressões corporativas iminentes, que estabeleciam limites políticos e necessitavam de um período de transição constituído por uma ação conjunta e preparada da vanguarda do partido na educação dos setores mais organizados da classe.

Essas posições se provaram no período da guerra civil, com resistência dos sindicatos, obrigando Lenin e Trotsky a tomarem medidas duras diante do cerco militar imperialista e do exército branco. A militarização dos sindicatos<sup>47</sup> estabelecia o trabalho compulsório para a guerra civil e era encarada como uma *medida provisória* no contexto do *comunismo de guerra*. O pressuposto é que diante do centro do conflito militar contra os exércitos imperialistas as liberdades democráticas precisavam ser restringidas no interior do partido e no próprio regime. Contudo, tal posição depois passou a ser utilizada contra o próprio Trotsky na luta política contra a burocratização do estado soviético. No sentido oposto, o argumento de Stalin para manter a proibição (agora num outro momento em que o centro não era o aspecto militar) das frações e a intervenção na autonomia dos sindicatos tinha como defesa a origem dessa política.

Os sindicatos voltaram novamente a ser um tema central no IV Congresso da IC em março de 1923, na polêmica de Trotsky com o PCF. A relação entre os sindicatos e o partido nesses debates se estabeleceu no sentido de conquistar a confiança, com o objetivo de transformar os sindicatos num instrumento crítico no sentido de cumprir a tarefa histórica, ou seja, a revolução. Para isso, as circunstâncias e variáveis iriam determinar a relação com o partido, desde que se respeitassem prerrogativas elementares, como, por exemplo, o direito à crítica do partido comunista e à integração da vanguarda sindical ao trabalho partidário.

No Brasil, apesar do isolamento objetivo dos debates da IC, o tema assumiu uma proporção importante no que diz respeito às diferenças entre os dirigentes do PCB e os oposicionistas sobre a independência dos sindicatos. Não seria de outra forma, já que, no âmbito político, o colaboracionismo com a burguesia nacional estava questionado, necessariamente essas divergências, uma hora ou outra, passariam para o âmbito sindical.

---

<sup>47</sup> Criticada por Gramsci em *Americanismo e Fordismo* como uma medida autoritária que tendia a favorecer os processos de burocratização da revolução.

Até 1917 predominou, no movimento sindical brasileiro, a tradição anarquista e o anarco-sindicalismo. O limite economicista dessa estratégia, combinado com a influência da revolução russa, impuseram mudanças significativas nos anos 20 na composição política dos sindicatos. Por um lado, a burguesia e setores reformistas iniciaram um movimento de cooptação com a criação de sindicatos amarelos<sup>48</sup>, que atuavam nos marcos da preservação do regime capitalista. Por outro, os comunistas, através de uma tática de se infiltrar, conquistam a direção de sindicatos importantes. Edgard Carone estabelece 3 categorias, portanto, de sindicatos nessa década: anarquistas, comunistas e os ligados aos reformistas.

Uma das conquistas do PCB foi a UTG do RJ, que representava os operários gráficos, redatores e jornalistas. Um sindicato com forte atuação no Rio de Janeiro e em São Paulo, com ampla capacidade de mobilização política que expressava bastante combatividade. O responsável pela direção do Sindicato, desde a CCE, era João da Costa Pimenta, um dos líderes da Greve Geral de 1917<sup>49</sup>, fundador do PCB em 1922 e candidato pelo BOC em 1926. Em 1928, assumiu o cargo de Secretário Geral da Federação Sindical Regional do RJ e em 1931 foi um dos fundadores da Liga Comunista. A origem da dissidência teve como contexto justamente os acontecimentos desse trabalho sindical.

Fundamentalmente, o ponto central dos debates girou em torno da aplicação de uma tática sindical desastrosa aplicada pela Direção do PCB, que acabou implodindo uma plenária de operários têxteis sobre a Lei de Férias. Nessa categoria havia um dirigente sindical pelego chamado José Pereira de Oliveira, conhecido também como "Zé Doutor". Fortalecido pela vitória eleitoral do sindicato em 1926, o PCB em pleno curso ultraesquerdista decidiu ir para ofensiva contra Oliveira. Esse, entretanto, apesar de derrotado, ainda possuía prestígio na base e quando as acusações de traidor tomaram o centro da plenária, esta não se manteve. Pimenta, contrário à ação pecebista, suspendeu o debate pelo receio da repressão policial, que depois se realizou fechando a sede da UTG no Rio de Janeiro.

Pimenta, conseqüentemente, responsabilizou a direção do partido pelo desfecho por utilizar os sindicatos para os seus fins políticos. No caso, o problema central nessa questão

---

<sup>48</sup> Considerado sindicatos pelegos.

<sup>49</sup> Mais de 50 mil operários em SP, principalmente do setor têxtil e do comércio, realizaram entre os meses de junho e julho de 1917 uma paralisação geral das atividades em torno de uma pauta de reivindicações relacionadas a melhores condições de trabalho. A greve geral obteve uma série de conquistas importantes e demonstrou a força do proletariado paulista, entretanto também os limites da direção anarquista que não transformaram a luta econômica em luta política contra o governo e o regime.

não estava na relação entre o sindical e a política em geral. Era, sobretudo, do sindical combinado a uma política por fora das relações de forças, igualando, de forma mecânica, o sindicato, que representava as mais diversas posições políticas dos trabalhadores, com o partido. Na contramão do que seria, por exemplo, conquistar a confiança dos setores mais radicalizados para aumentar a influência nos mais atrasados.

Junto com Joaquim Barbosa, Pimenta liderou a oposição sindical no Partido na Conferência da Regional do Rio de Janeiro, que ocorreu logo após o conflito na sede da UTG. Pimenta e Barbosa se recusaram a aplicar as diretrizes de alinhamento da Federação Regional ao PCB. E foram criticados de corporativistas por Astrojildo Pereira, que propôs a subordinação completa do trabalho sindical ao partido. Entretanto, Pimenta não adotou a mesma tática de Barbosa e, em março de 1928, se demitiu do cargo de Secretário Geral.

Barbosa entendeu a ação como um gesto covarde e alegou que Pimenta estava fugindo da discussão para não se enfrentar na CCE. Responsabilizou, também, a direção do PCB pela tragédia da federação, decidiu se afastar dos cargos de direção e escrever publicamente suas posições ao conjunto da militância do partido.

Chamado pela CCE várias vezes durante o mês de março para debater suas críticas, Barbosa se recusa sistematicamente a atender ao chamado e aprofunda seus ataques numa carta aberta que faz imprimir. A carta é uma vigorosa crítica às posições pecebistas tanto do ponto de vista sindical como das relações políticas internas ao Partido. O seu vigor motiva até mesmo a reprodução da carta pelos anarquistas do Grupo Braço e Cérebro, com comentários de José Oiticica. Internamente ao Partido Comunista do Brasil, as críticas de Barbosa atraem as atenções do grupo influenciado por Rodolpho Coutinho, que já se digladiava com os outros dirigentes desde 1927, como vimos. (MARQUES NETO, 2022, p. 132)

Ainda que os centros das divergências de Barbosa se concentrassem em questões profundamente táticas e sindicais, como a sua posição contrária à construção de uma Confederação Geral de Trabalhadores, ou a denúncia de sectarismo da direção pecebista na preparação do Congresso Sindical, também englobava um aspecto político importante. Barbosa era contrário à participação do PCB nos debates sobre o projeto da Lei de Férias junto com o governo de Arthur Bernardes e reivindicava a organização de um movimento com uma política independente para conquistar a reivindicação dos trabalhadores.

Esse aspecto atraiu Coutinho e Xavier, que ajudaram a liderar o movimento de cisão em 1928, principalmente após a expulsão de Barbosa pela Direção do PCB, orientada por

Pereira e Brandão. O comitê do partido no Rio de Janeiro foi destituído, e a carta pública de Barbosa censurada entre os organismos militantes. Paralelamente, Coutinho se afastou do cargo de direção na CCE, e no dia 02/05/1928, os dissidentes enviaram um documento assinado por 50 militantes com uma série de reivindicações, não atendidas pela direção do partido. Dias depois, diante da negativa, 46 militantes anunciaram o afastamento dos seus cargos no partido.

Algumas conclusões sobre esse processo são importantes. Por um lado, não se trata de uma ruptura difusa, mas sim organizada e coesa, que, não por acaso, levou a uma reação da Direção do PCB. Esta, no ápice do *obreirismo*, acusou os dirigentes de intelectuais pequeno-burgueses, que promoviam o liquidacionismo do partido. Contraditoriamente, esse alinhamento com a política da IC expressou uma aproximação maior da seção brasileira com os debates internacionais.

Por outro lado, os dissidentes eram heterogêneos nas suas ambições. Não é possível negar a relativa separação das ideias entre Barbosa e os demais signatários da "Cisão de 28", apesar de confluírem na crítica à orientação política da direção. Barbosa centrava suas diferenças nas questões sindicais, enquanto Coutinho e Xavier se esforçaram para atribuir a elas uma dimensão política superior. Posteriormente, a cisão se subdividiu em dois grupos, mas não sem deixar de oferecer uma perspectiva de atuação crítica à IC e ao PCB. Uma fração adotando a perspectiva sindicalista, e a outra aderindo a construção da OE no Brasil.

Essa última fração oposicionista, separada dos sindicalistas, apresentou a proposta de um memorial<sup>50</sup> para o III Congresso do PCB<sup>51</sup>. Neste documento foram apresentadas críticas gerais à direção do Partido, em torno de 3 aspectos centrais: ao ecletismo do jornal partidário *A Nação* e o pouco peso dedicado à denúncia da relação do regime capitalista brasileiro com o imperialismo; à política de colaboração de classe na tática do BOC referenciada, como vimos, no Kuomintang Chinês; e à contraposição entre agrarismo e industrialismo como parâmetro de análise da relação de força por fora do terreno da luta de classe.

Nessa última, vale destacar uma discussão que será desenvolvida no tópico seguinte deste capítulo, junto com as resoluções do VI Congresso da IC, por se tratar de uma análise conjuntural que orientou a política partidária durante toda a década de 30. Acreditamos que

---

<sup>50</sup> *Ao Terceiro Congresso do PC do Brasil*. Manuscrito extraído do C.F. Livio Xavier/CEDEM-Unesp.

<sup>51</sup> Realizado na sede da Federação Operária do RJ entre os dias 28/12/1928 e 04/01/1929.

essa metodologia é mais correta para a compreensão da magnitude dos fenômenos políticos com maior precisão, dedicando o final dessa parte para a consolidação do GCL.

Dito isso e, conseqüentemente, retornando ao memorial oposicionista, cabe acrescentar que o documento também apresentava uma proposta de conferência nacional para debater a ruptura da oposição sindical, liderada por Joaquim Barbosa. Uma política pensada não somente no questionamento aos equívocos da direção, mas também para influenciar os setores descontentes internamente, que ainda concentravam suas críticas demasiadamente no espectro sindical. Naturalmente, o memorial foi censurado pela direção partidária e, assim, não foi discutido entre os delegados do congresso.

No lugar disso, Astrojildo Pereira, propôs aprovar a resolução da CCE sobre a dissidência. Marques Neto chama a atenção para um aspecto interessante nesse momento. A primeira parte do documento menciona a polêmica sobre o *Kuomintang Brasileiro*, expresso na tática do BOC, e tratada anteriormente como o primeiro choque de posições entre Coutinho e a direção do Partido ainda em 1927. Ou seja, por mais que a direção explorasse muito o conteúdo de crítica ao sindicalismo para isolar os oposicionistas do debate interno, a imposição de retratação autocrítica aos oposicionistas demonstrava a preocupação dos dirigentes *pecebistas* em tratar dos temas levantados pelo memorial assinado pelos futuros dirigentes do GCL, entre eles:

Em primeiro lugar, os dissidentes mais em evidência farão parte em 1930 do primeiro agrupamento da Oposição de Esquerda, o Grupo Comunista Lenine: Rodolpho Coutinho, Lívio Xavier, Wenceslau Escobar Azambuja e Octaviano du Pin Galvão. Solidários, três dos quatro integrantes da Comissão Central Executiva da Juventude Comunista aderem aos demissionários: Hilcar Leite, Sávio Antunes e seu irmão, também futuros integrantes do GCL. (MARQUES NETO, 2022, p. 137)

No mesmo período, juntam-se a esses nomes, Aristides Lobo, João Dalla Déa e Plínio Gomes de Mello. Esses nomes são importantes, pois, após o III Congresso do PCB, os oposicionistas acabaram se dispersando, também pela desmoralização diante das resoluções aprovadas no congresso que ratificaram as teses da direção e derrotaram a plataforma oposicionista. O intercâmbio entre dirigentes como Coutinho, Azambuja, Xavier, e em especial Pedrosa (ainda fora do Brasil), foi determinante para a reorganização e formação do GCL. Combinado a isso, também ganharam um novo fôlego após as conquistas sindicais em São Paulo e no Rio de Janeiro a partir da greve dos trabalhadores gráficos.

A UTG, recordemos, já era um importante centro de influência dos trotskistas brasileiros. Em 23/03/1929, o sindicato de SP deflagrou a greve, que durou 72 dias, e contou com a participação de mais de 7 mil trabalhadores. Entre as principais reivindicações estavam a Lei de Férias de 15 dias, a jornada de 06 horas de trabalho para as mulheres e aprendizes e uma legislação específica sobre os acidentes de trabalho.

A luta dos trabalhadores gráficos adquiriu força porque se desenvolveu em um contexto de crise do regime da *República Velha*<sup>52</sup>, com muito desgaste político do PRP e com as frações burguesas divididas com a ascensão do varguismo. Esses fatores conduziram a greve a conquistar bastante apoio popular e ações de solidariedade de operários das principais cidades brasileiras. Entre elas, com grande destaque para a manifestação do dia 25/05/1929 no Rio de Janeiro, dirigida por Laura Brandão, poetisa e esposa de Octávio Brandão. Os trabalhadores perfilaram nas avenidas cariocas cantando o hino da Internacional Comunista.

Mesmo assim, a greve não foi vitoriosa. O acordo fechado não contentou a maioria dos trabalhadores. Mais uma vez a direção do PCB cometeu o erro de querer moralizar (agitar vitória da luta, quando os trabalhadores não sentiram isso) a todo custo e, assim, saiu desgastada na vanguarda da greve. Abriu o caminho para os oposicionistas, nos anos seguintes, controlarem o sindicato, o qual, como veremos mais adiante, cumpriu um papel decisivo na conformação da frente única operária contra os integralistas durante os anos 30. Além de São Paulo, o GCL também saiu fortalecido no Rio de Janeiro ganhando militantes operários da célula sindical 4R<sup>53</sup>, expulsa por indisciplina pela direção do PCB.

É necessário enxergar os fatores que levaram ao estabelecimento das ideias trotskistas no Brasil. E nisso reside a importância do lançamento do GCL. Tratava-se de um momento de dispersão dos movimentos de oposição internos combinados com a crise da direção do PCB, que se intensificou após o III Congresso. Fruto desse processo, muitos grupos começaram a se identificar com as ideias da OE. Contudo, ainda precisavam de homogeneidade teórica, política e ideológica para assentar uma estrutura organizativa. Esses elementos definem o processo de formação do GCL.

Levando em conta que a questão nacional e a hegemonia da classe operária foram parte central das primeiras lutas fracionais na direção do PCB, desenvolvidas nesse tópico, é

---

<sup>52</sup> Regime republicano que compreende o período de 1889 até 1930, marcado por uma primeira fase de controle militar, e a segunda com a alternância de poder entre as oligarquias de SP e MG.

<sup>53</sup> Nome da célula atribuído pelo local de atuação dos militantes.



possível estabelecer que a primeira organização da OE no Brasil foi uma combinação entre experiência teórica de Pedrosa com as ideias dos oposicionistas franceses na Europa, seu intercâmbio constante com os principais intelectuais do partido como Xavier e Coutinho e a luta política desempenhada por eles que, por sua vez, ganhou influência e conquistou posições políticas e sindicais com as rupturas derivadas das contradições da profunda stalinização do PCB no final dos anos 20.

Com o retorno de Pedrosa ao Brasil, em julho de 1929, esse processo de aglutinação e homogeneização ideológica se intensificou durante quase um ano com uma série de reuniões informais, debates, articulações, convencimentos, que levou, finalmente, ao lançamento do jornal *A Luta de Classes*, em 08/05/1930. O GCL, portanto, é o resultado da fusão dos oposicionistas e da integração deles à OIE. Pedrosa reuniu, portanto, as rupturas sindicais e os intelectuais críticos em torno da seguinte plataforma:

Desde agora, porém, por deliberação da nossa reunião de 13 de abril, estamos autorizados a declarar que nosso grupo adota a mesma posição de Trótski e da *Vérité* em três questões - *a teoria da edificação do socialismo em um só país, a questão do Comitê Anglo-Russo e a Questão Chinesa*. (*A Luta de Classes apud* MARQUES NETO, 2022, p. 157, grifo do autor)

### **2.2.2. A fundação da LC no contexto político e econômico do início da década de 30.**

O GCL cumpriu o papel de formar uma coluna de quadros e dirigentes em base às principais teses da OIE, porém careceu de estrutura organizativa. A dispersão era um fator constante entre os militantes que rompiam com a política da direção do PCB. A atividade do GCL se concentrou em expressar o acúmulo teórico, político e programático no jornal *A luta de classes*, no seu curto tempo de vida como grupo (menos de 1 ano de existência). É importante destacar que isso não foi um sintoma de estagnação da OE no Brasil, mas sim do dinamismo que a corrente assumiu ao longo da década de 30. Contudo, antes de continuar a expor os desdobramentos políticos que levaram à fundação da LCI, é necessário retomar algumas mudanças importantes do movimento comunista internacional a partir de 1927.

Por um lado, como já visto anteriormente, houve a expulsão de Trotsky e a organização da OIE. E, por outro lado, a consolidação do stalinismo e as orientações da chamada política de 3º período aprovadas no VI Congresso da IC, realizado em setembro de 1928. A referência de período indica as mudanças na caracterização e na orientação política.

O Primeiro período foi marcado pela vitória da Revolução Russa no marco da situação revolucionária da Europa durante a 1ª Guerra Mundial. No 2º período, houve os anos de prosperidade capitalista e da revolução chinesa/Kuomintang. E o 3º período foi caracterizado, naquele momento pelo stalinismo, pela *crise final do capitalismo*.

A política oportunista que trouxe para a IC a doutrina menchevique com a tática do Kuomintang foi respondida então pelo lado inverso da moeda: com um giro ultraesquerdista materializado na política de *classe contra classe* e sectário na caracterização do *social-imperialismo*. Nos países centrais, essa orientação política levou a não construção da Frente Única Operária com as organizações e sindicatos ligados à social-democracia para combater a ascensão nazifascista. Uma lógica que se generalizou na América Latina.

Na América Latina, a orientação da IC significava: 1) que todos os governos burgueses reformistas ou limitadamente antiimperialistas são identificados com o fascismo (é o caso do governo radical argentino de Yrigoyen), pois a burguesia é incapaz de colocar o problema da democracia e de ganhar circunstancialmente, sobre essa base, a direção das massas; é excluído o aparecimento de correntes nacionalistas; 2) a denúncia de todas as correntes operárias que não fossem comunistas como social-fascistas: os PC's criam seus próprios sindicatos vermelhos, e se recusam a trabalhar nos sindicatos legais, e ainda nos ilegais que não fossem dirigidos por eles. (COGGIOLA, 1984, p. 19)

Esse giro da IC manteve a base teórica *etapista* do momento anterior. Coggiola define este processo como a combinação entre o ultraesquerdismo e o reformismo na orientação política. Nos países atrasados, a IC estabelecia o conceito de *revolução intermediária*, de caráter agrário e antiimperialista. Ou seja, como complementa Marques Neto, as revoluções nos países semicoloniais necessariamente passariam por uma primeira etapa da revolução democrática-burguesa, que indicavam uma aliança com a pequena burguesia revolucionária. Tratava esta como um bloco, não a dissolvendo dentro das organizações operárias.

A polêmica dos oposicionistas no III Congresso do PCB sobre o agrarismo e o industrialismo esteve bastante relacionada com essa orientação. Os trotskistas criticavam justamente como esses termos na análise da relação de forças substituíram os parâmetros da luta de classes, no sentido da hegemonia operária, separando as tarefas democráticas de reforma agrária e de soberania nacional das tarefas socialistas. Ou seja, permitindo que as correntes nacionalistas subordinassem as ações do movimento operário.

O PCB participou do VI Congresso da IC com Paulo Lacerda e Leôncio Basbaum. Contudo, quem redigiu as teses para o III Congresso do PCB, adaptando-as às diretrizes da IC, foi Astrojildo Pereira. A etapa da revolução democrática implicou a aposta na eventual *terceira revolta tenentista*, e, por isso, toda a importância da tática do partido em se aliar com Prestes. Tática contestada um ano antes por Coutinho.. As mudanças do cenário internacional, combinado com o descontentamento que se aprofundou com a política do III Congresso do PCB, reforçaram o trabalho da OE.

A greve dos gráficos de SP foi um reflexo desse processo, além da própria ruptura da célula 4R no Rio de Janeiro. O giro ultraesquerdista e sectário resultou também numa prática obreirista e fomentou um debate paralelo de *eliminação dos intelectuais* do Comitê Central. A direção do PCB acusou de sindicalismo uma ala da ruptura, fez uma agitação de que os trotskistas eram direitistas e pequeno burgueses. O obreirismo é um tipo de método que revisa a teoria marxista. Marx, ao conceituar as categorias de classe operária *em si* e *para si*, o faz no sentido de elevação da condição de existência material da classe para a consciência política. O movimento da direção do PCB é exatamente o contrário. Retira a prerrogativa da consciência política para se apoiar num suposto caráter objetivista do proletariado.

A célula 4R foi a expressão, por um lado, de que os trotskistas não estavam acomodados na sua condição de intelectuais e buscavam se ligar à vanguarda operária crítica do partido, e de outro, demonstrava a crise da direção do PCB, fundamentalmente, relacionada com a transição da política do 2º para 3º período, concretizada após a entrada da Seção Sul-Americana, sob as diretrizes da IC, resultado das resoluções aprovadas no IV Congresso da IC que pela primeira vez debateu a situação política da América Latina. O 3º pleno do PCB debateu o documento apresentado pela seção chamado *Carta Aberta aos Partidos Comunistas da América Latina sobre os perigos*<sup>54</sup>.

Esse documento na realidade tinha como objetivo centralizar as sessões latino-americanas e a própria direção do PCB diante do novo momento ofensivo proposto pela IC na orientação de *classe contra classe*. Uma manobra realizada no VI Congresso da IC da ala de centro do PCUS, liderada por Stalin, para isolar a ala direita de Bukharin na IC. Contudo, na

---

<sup>54</sup> Publicada no jornal *La Correspondencia Sudamericana* em setembro de 1929. A carta alertava os PC 's ao redor do mundo sobre os perigos da direita diante da aplicação da tática do BOC. No caso do PC brasileiro, todo o debate teve muitas polêmicas, já que desde a direção do Partido a tática referente ao 2º período permanecia sendo aplicada.

reunião do 3º pleno, a direção do partido canalizou o debate contra as críticas sindicais da célula 4R como representação da direitização do partido. Acusaram que seus militantes, por se preocuparem com a relação do Partido com os sindicatos, subestimavam a situação revolucionária em curso iminente, sendo reformistas por questionarem a aplicação prática da política de *classe contra classe*. A 4R, portanto, ao apoiar esses argumentos, foi expulsa do partido, sob a acusação de indisciplina. A OE confluuiu com muitos militantes da 4R, e formulou contribuições teóricas e políticas para a luta sindical, em especial no debate sobre a Frente Única Operaria na luta antifascista, a partir da atuação do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos em SP, que veremos mais adiante.

O depoimento de Hilcar Leite, na obra de Marques Neto, sobre os desdobramentos dessa ruptura da oposição sindical, definiu o futuro da OE no Brasil: "(...) Os trotskistas começaram a fornecer elementos teóricos para a luta da oposição sindical, até que houve o rompimento, e logo depois surgiu a Liga Comunista Internacionalista." (LEITE *apud* MARQUES NETO, 2022, p. 150).

Contudo, sobre a transformação do GCL e a LCI ainda há questões importantes a serem abordadas. No que diz respeito à estratégia de construção, destacam-se as análises políticas e as teses da plataforma de fundação da LC. O GCL tinha como objetivo estratégico combater as deformações burocráticas da direção do PCB, que derivavam dos desvios ideológicos e políticos da orientação partidária, conforme as diretrizes da IC. O GCL, não se propunha a conformar um outro partido revolucionário do proletariado, mas sim se constituir como uma fração externa do PCB, uma alternativa para os militantes à direção alinhada a Moscou para colocar o partido no curso revolucionário.

Orientava-se pela luta política contra a estratégia pecebista da revolução democrático-burguesa, sob aliança do bloco operário com o bloco pequeno-burguês. Denunciava os equívocos kuomintangistas na China e do Comitê britânico, e sua forma aplicada à realidade brasileira, adaptada às novas diretrizes do VI Congresso da IC e à política de 3º período. E combatia o *etapismo* teórico, baseado na concepção de primeiro resolver os problemas nacionais, para depois se debruçar sobre a necessidade de emancipação do proletariado.

Relacionavam-se esses problemas políticos com o da democracia interna e do centralismo democrático. Após a expulsão da célula 4R, praticamente todos os debates de

diferenças foram censurados no interior do Partido. Problema que a própria sessão Sul-Americana da IC questionava junto à direção política do PCB.

Cabe ressaltar que a crise da direção do PCB, localizava-se não somente pelo questionamento dos militantes da OE, como também pelas críticas da IC, que pressionavam o Partido a se adequar às resoluções internacionais. Liga-se a esses temas a concepção *obreirista* mencionada anteriormente, que acabou por destituir Astrojildo Pereira (principal dirigente da greve geral de 1917 em São Paulo) assim como praticamente toda a jovem direção do PCB. O giro mecânico promovido pelo stalinismo representou uma ofensiva contra todos os quadros e dirigentes, que até por pouca experiência ou formação política das próprias diretrizes da IC, não se alinhavam diretamente às resoluções do VI Congresso de 1928.

Colocando-se contra as expulsões de motivação política, o GCL tentou unificar os setores de oposição internamente ou que rompiam com o Partido. Realizou na *A luta de Classes* muita propaganda com a publicação de textos como o *Testamento de Lênin* e a Carta de Adolf Ioffe, dirigente bolchevique que se suicidou após a expulsão de Trotsky do PCUS. O objetivo era denunciar a repressão stalinista e a imposição das novas diretrizes da IC. Nesse contexto, também eram elaboradas críticas ao culto da personalidade de Stalin, como o “herói salvador” da URSS.

Nesse período também foram traduzidos textos de Trotsky sobre o equivocado Plano Quinquenal impulsionado pela burocracia soviética. Plano baseado em realizar um giro mecânico na política anterior de enriquecimento dos camponeses, por meio da coletivização forçada das terras, por fora do desenvolvimento econômico, político e social da URSS. O GCL também criticou o apoio da IC às posições do General Sandino<sup>55</sup>, assim como a declaração conciliatória do PCF em relação à solidariedade à libertação da Indochina<sup>56</sup>.

Na edição nº4 do Jornal *A Luta de Classes* foi publicado o artigo *Liga ou Partido?*. Nele se analisaram as iniciativas em torno da criação da LAR, fundada na Argentina em julho de 1930, por Prestes, Aristίδes Lobo e Emídio Miranda. Aqui reside um ponto de debate interessante. Coggiola atribui a ida de A. Lobo a Buenos Aires, nesta época já mantendo

---

<sup>55</sup> Trata-se aqui das posições nacionalistas burguesas de Augusto César Sandino, líder da rebelião nicaraguense contra as tropas militares dos EUA entre 1927 e 1933. Sandino assina um acordo de paz com o imperialismo, entrega as armas em troca de um regime político burguês que garantisse a soberania nacional. O que não se realiza, já que poucos anos depois o próprio Sandino é assassinado pelas tropas do general Somoza que implementa uma ditadura de décadas ligada aos interesses dos EUA.

<sup>56</sup> O PCF adotava uma posição de que a libertação nacional se realizaria por um partido nos moldes do Kuomintang, subordinando a classe operária às direções nacionalistas.

relações com os dirigentes da OE, não apenas o objetivo de fundação da Liga, mas também como uma tática audaz do GCL para ganhar politicamente Prestes.

A audácia política também caracterizou a LCI. Em 1930, Aristides Lobo é enviado a Buenos Aires, a fim de ganhar para a causa o exilado *Luís Carlos Prestes*, o "Cavaleiro da Esperança". Prestes, durante um tempo, prestou ouvidos a Lobo, fazendo-o seu conselheiro político. Existem versões que atribuem à pena de Lobo o famoso Manifesto de Maio de Prestes, conclamando a uma insurreição nacional antiimperialista. Lobo chegou a ser, junto com o "tenente" Siqueira Campos, um dos quatro dirigentes da *Liga Antiimperialista Revolucionária* criada por Prestes para os fins enunciados no manifesto. Os rivais stalinistas da LCI aproveitaram, aparentemente, uma ausência de Lobo (enviado por Prestes a estudar a situação no Rio Grande do Sul) para convencer Prestes a unir-se ao PCB, não sem antes criticar o Manifesto, repudiar o trotskismo e dissolver a LAR. A participação do trotskismo desvaneceu-se. Até que ponto as atividades de Lobo junto a Prestes fizeram parte organicamente do trabalho da LCI? (COGGIOLA, 1984, pp. 31-32).

Marques Neto desenvolve seu raciocínio em outra perspectiva considerando que tanto o PCB quanto o GCL eram contrários à tática da LAR. O PCB, pela intenção de se fundir com a camada tenentista, representante do bloco da pequena burguesia revolucionária, por meio da incorporação de Prestes às suas fileiras. O GCL pelo fato de que a tática levaria à estratégia da criação de um novo partido conciliador, nos moldes do Kuomintang (1925-1927). Seria um partido intermediário entre o proletariado e a burguesia.

Apesar disso, Marques Neto não negava também que ocorreram debates de Pedrosa e Prestes sobre o que seria esse novo partido. Contudo, a partir de declarações posteriores de Pedrosa, na década de 70, onde predominava mais um balanço crítico sobre as posições principistas e doutrinárias anteriores do GCL, do que em torno do conteúdo, evidenciaram-se mais as divergências relacionadas à posição estratégica de construção como fração externa do PCB, cujo objetivo era transformar radicalmente sua direção, e não a criação de um novo partido socialista revolucionário, como propunha Prestes.

Diante dessas duas abordagens, podemos concluir que até poderia existir alguma relação de disputa entre o PCB e os dirigentes do GCL em conquistar Prestes, pela influência deste no movimento de massas. Entretanto, o conteúdo do Manifesto de Maio, que marca a adesão de Prestes ao comunismo, ressalta muito mais as ideias do PCB do que dos oposicionistas. Não somente pelos aspectos de caracterização do imperialismo britânico e dos EUA e o caráter semifeudal da economia brasileira, mas, sobretudo, pelo caráter agrário da

revolução democrática, que subordinava o proletariado ao movimento do campo: "Proclamemos, portanto, a revolução agrária e antiimperialista realizada e sustentada pelas grandes massas da nossa população". (PRESTES, 1930, s/p)

Seguindo no mesmo tema, na edição nº 6 do Jornal *A Luta de Classes*, foi publicado o artigo de Pedrosa e Xavier *Esboço de uma Análise da Situação Econômica e Social do Brasil*. Nele foram condensadas as análises da situação nacional que constituíram parte da plataforma de fundação da LC em janeiro de 1931. As teses possuíam um caráter totalmente inovador no marxismo, como veremos com maior precisão mais adiante, pois contrapunham-se ao esquema *etapista*, e do passado feudal da economia nacional como forma de justificar a revolução democrática. Segundo Pedrosa e Xavier, a premissa dessa teoria concentrava-se na exacerbação do conflito burguês, entre o imperialismo inglês e o caráter feudal representado pela economia cafeeira de SP e o movimento liberal, incentivado pelos EUA, com a defesa da modernização e da indústria. Esse dualismo, entre agrarismo e industrialismo, eram extremamente exageradas pelo PCB para justificar a iminente situação revolucionária e, consequentemente, a aliança com as forças nacionalistas e revolucionárias da Aliança Liberal.

Como muito bem fez Prestes novamente em seu manifesto: "Fazendo tais afirmações, não posso, no entanto, deixar de reconhecer entre os elementos da Aliança Liberal grande número de revolucionários sinceros, com os quais creio poder continuar a contar na luta franca e decidida que ora proponho a todos os opressores" (PRESTES, 1930, s/p). A Aliança Liberal é a coalizão de frações burguesas em torno de Vargas, protagonista da Revolução de 1930, que determinou o fim da hegemonia da burguesia cafeeira da antiga república e redefiniu as relações de dependência com o imperialismo. Na sua composição encontravam-se ex-aliados e combatentes de Prestes nas revoltas de 1922 e 1924. Para o PCB, tratava-se, portanto, de conquistar esse bloco, para promover a revolução democrática e nacional.

As premissas trotskistas eram outras. Concentravam-se na explicação teórica que defendia a independência de classe e a hegemonia operária como determinantes para responder à questão nacional. No documento fundacional da LC, ressalta-se o caráter de subordinação da burguesia nacional como um todo ao imperialismo. A disputa inter-imperialista não se sobrepunha ao fator da luta de classes, e, consequentemente, não constituíam duas frações de classe com interesses distintos em conflito, mas sim unificados, o que justifica, dessa maneira, a entrada em cena do proletariado de forma independente.

Trata-se de dissecar mais profundamente o caráter da ideologia da luta "antiimperialista". Enquanto o stalinismo brasileiro concebia essa categoria a um fator externo e mecânico, que levava à unidade de todas as classes da colônia, Xavier e Pedrosa, alertavam sobre a unidade burguesa em torno da dominação do capital externo sobre os negócios do café. Ou seja, a luta revolucionária "antiimperialista", não é uma luta apenas contra um agente político e econômico externo, mas sim da ligação econômica desse agente com a burguesia interna.

A burguesia nacional vê a força do Estado escapar de suas mãos e está condenada a ceder o controle político à ação internacional imperialista, devido à sua incapacidade histórica de agir coletivamente como classe. Suas diferentes frações não tiveram tradições políticas comuns, não se formaram com a consciência de seus interesses comuns de classe e não foram obrigadas a expropriar uma classe de pequenos proprietários da terra. Suas tradições históricas são, antes de tudo, patrioteiras, elas combateram os invasores estrangeiros, mas essa foi uma luta episódica que nunca se estendeu a todo o país, mas, ao contrário, conservou caráter regional e, desse modo, foi logo esquecida durante o longo desenvolvimento histórico ulterior. A burguesia só começa a adquirir sua consciência de classe graças a seu pavor da revolução social. No Brasil, os partidos políticos — expressão das oligarquias políticas — não podem, pois, possuir caráter nacional nem tradições políticas para defender. Estas oligarquias têm cada vez mais necessidade do poder federal e isso na medida em que o Estado se fortalece e se centraliza e que o capitalismo transforma a base econômica sobre a qual elas se sustentam. Daí, a luta constante pela Presidência da República. O levante atual marca um momento desse processo. Os estados revoltados procuram resolver pelas armas a violenta contradição que opõe a forma política federativa ao desenvolvimento pacífico das forças produtoras. A burguesia brasileira procura uma forma conciliadora entre a tendência à centralização do governo e a forma federativa, garantia da unidade política do Brasil. (PEDROSA/XAVIER, 1931, s/p)

Essa análise dos conflitos que antecederam a Revolução de 30, foi após sua consolidação, debatida na segunda reunião da LC. O PCB reafirmou sua concepção de antagonismo entre o imperialismo britânico e estadunidense. Porém, as eleições de 1930, representavam o inverso, a necessidade de adequação das frações burguesas dentro de um poder centralizador que possibilitasse a unidade nacional. O PRP, partido representante da burguesia paulista, ligado à produção de café, pautou-se mais em torno dos seus interesses particulares do momento anterior, do que em relação a uma nova hegemonia nacional para integrar o mercado interno ao externo.

A Aliança Liberal, liderada por Vargas, até então Governador do Rio Grande do Sul, ganhou apoio da fração mineira e voltou a sua plataforma ao discurso modernizador e



industrial da nova república. O que atraiu muita gente e influenciou no fracasso eleitoral pela tática ultrapassada do BOC do PCB. O Partido obteve menos de 1% dos votos nos cargos majoritários. Numa eleição marcada pela fraude eleitoral, que garantiu a contestada vitória do PRP, e pela intensa repressão policial às organizações operárias, com impedimentos dos comícios e convenções do BOC, e prisões do candidato a presidente Minervino de Oliveira e dos candidatos a deputado A. Lobo e Plínio Mello.

O pífio desempenho eleitoral fortaleceu as críticas dos opositores, que responsabilizaram a desorganização e orientação política equivocada da direção do PCB - não alinhada nem com as diretrizes da IC - representando, assim, nada mais do que um amálgama entre o BOC e a política de 3º período e levando a um vanguardismo, que na prática política foi determinante para aumentar a exposição da vanguarda operária à repressão policial do Estado.

Entretanto, para além dos debates táticos eleitorais, o fundamental foi que os trotskistas acertaram em relação ao caráter do golpe armado dirigido por Vargas em outubro de 1930, que depôs o presidente Washington Luís. Ou seja, ao contrário, de representar a vitória de uma fração da burguesia ligada aos interesses do imperialismo norte-americano, contra a fração da burguesia paulista que respondia às necessidades da indústria inglesa, significou, antes, uma disputa de hegemonia para determinar os dominantes interesses econômicos de um grupo sobre o outro.

Compreendia, portanto, um movimento interno da burguesia com embates violentos, porém alinhado em relação aos interesses de classe e dependentes do imperialismo. O que levou o GCL a defender a política da Assembleia Nacional Constituinte, como tática para elevar o protagonismo operário a responder ao problema da unidade nacional, da reforma agrária radical e do controle dos meios de produção. O objetivo era aprofundar a experiência das massas com o regime político e estabelecer no plano estratégico a relação direta entre as tarefas democráticas e socialistas.

Nesse contexto, o GCL deixou de ser um grupo e se transformou numa Liga. Se, do ponto de vista político, a qualidade dos seus dirigentes sedimentava a tão pretendida homogeneização da plataforma nacional com as diretrizes da OIE, do ponto de vista organizativo ainda se mantinham muitas debilidades. O problema se agravou com o

afastamento de Pedrosa por motivo de saúde, fragilizando o grupo com a desorganização e dispersão dos militantes.

O novo impulso aconteceu quando Lobo voltou do exílio e, principalmente, com sua carta de afastamento do PCB, assumindo publicamente o lado da oposição e, na ausência de Pedrosa, passando a cumprir um papel determinante na organização da Liga. Seu primeiro movimento foi reforçar a estratégia de construção dos trotskistas naquele momento, refutando um suposto sentido de existência como uma segunda edição do PCB e ressaltando-os como um grupo de oposição. Ou seja, uma fração externa composta de militantes expulsos que buscavam influenciar e servir de alternativa aos elementos críticos no interior do Partido.

Com a derrota do PRP, a burguesia cafeeira paulista se enfraqueceu, iniciando-se uma maior instabilidade política que abria mais espaços para a ação do proletariado. Com isso, no lugar do Rio de Janeiro, a cidade de São Paulo se tornou o novo centro de gravidade dos trotskistas. O Secretariado da OIE incentivou, a partir dessas mudanças, a formação de um novo organismo que correspondesse à nova fase do grupo. Então, em 21/01/1931, 9 militantes fundaram a Liga Comunista (Oposição Leninista do PCB), tendo como órgão o *Boletim da Oposição* e vinculada ao Secretariado Internacional da OIE.

As atas foram redigidas por Aristides Lobo, eleito secretário-geral da Comissão Executiva. Compareceram os seguintes militantes: Aristides Lobo (codinome Antônio), Livio Xavier (Lyon), Plínio Mello (Tapejara), João Mateus (José), Benjamin Péret (Maurício), Mário Pedrosa (Cunha), Victor Azevedo Pinheiro (Francisco), João da Costa Pimenta (Jorge) e Mário Dupont (Pedro). (MARQUES NETO, 2022, p. 190)

Com a fundação da LC, a OE conseguiu se reorganizar, e principalmente nas cidades de SP e RJ, reuniu aproximadamente 50 militantes, que apesar de estarem dispersos já mantinham um nível de relação com os trotskistas. Seu núcleo de direção central, a CE, era composto por Lobo, assumindo a função de Secretário-Geral, M. Pedrosa responsável pela ligação com o Secretariado Internacional da OIE, Xavier ficou à frente da AGITPROP - comissão da agitação e propaganda da Liga - e Plínio Mello voltado para o movimento sindical. A partir daí, formaram-se comissões agregando outros dirigentes nas tarefas de organização, sindical e de propaganda, com destaque, para Benjamin Péret e Salvador Pintaude, diretores da Editora Unitas, responsável pelas primeiras traduções das obras de Trotsky no Brasil.

O *Esboço de uma Análise da Situação Econômica e Social do Brasil*, elaborado por Pedrosa e Xavier, foi autorizado pela CE como documento que representava a plataforma fundacional da LC e foi publicado pelo Secretariado Internacional. No terceiro capítulo aprofundaremos os principais aspectos tratados neste documento como parte da teorização dos trotskistas sobre a revolução brasileira e, conseqüentemente, a relação que faziam entre a hegemonia operária e à questão nacional.

### **2.2.3. A Frente Única Operária Antifascista (FUA) e a LCI.**

No mês de outubro de 1933, a LC passou a se denominar LCI. O internacionalismo somado ao nome não foi apenas uma mudança estética ou apenas para reforçar suas teses programáticas. Tem relação com uma nova estratégia política de construção.

A LCI não mais atuou como fração externa do PCB. Passou a se constituir como organização política independente pelo salto de qualidade da capitulação da política stalinista da IC na Alemanha, que resultou na vitória do nazismo. Consequência direta da política do Terceiro Período da IC, que igualava a social-democracia às variantes fascistas e imperialistas da burguesia. E, por sua vez, na negativa de exigir das organizações da socialdemocracia uma frente única operária, a partir dos sindicatos, para impedir a ascensão da extrema direita.

A posição do Secretariado Internacional, dirigido por Trotsky, estabeleceu uma nova orientação política ligada à construção de uma nova internacional. A degeneração dos PC's não permitia mais uma condição de disputa da direção desses aparatos constatados mortos para a luta de classes. Como resposta a esse processo, fortalece-se na OIE um movimento consciente para a construção da IV Internacional. Novos militantes importantes se juntaram à LCI, entre eles a escritora Rachel de Queiroz, a operária têxtil Josefina Mendez, e os trabalhadores do setor de comércio Lélia Abramo e Fúlvio Abramo.

Em São Paulo, novo centro gravitacional da organização, a LCI teve um peso político superior ao do PCB. Em particular, pela conquista do período anterior do Sindicato dos Gráficos, dirigido por João da Costa Pimenta e que influenciava outras categorias como ferroviários, químicos e comerciários.

A modernização do regime varguista, promovida pela alavancagem da indústria nacional e o modelo de Estado Forte, combinada com as vitórias eleitorais do nazismo e fascismo na Europa, criou ambiente fértil para a difusão das ideias de extrema direita, e o

fortalecimento da corrente integralista liderada por Plínio Salgado, que adaptava as versões europeias a um modelo de fascismo tupiniquim. O nacionalismo assumiu um verniz de direita, baseado na ideia de uma sociedade civil "integral", no sentido de totalidade, ou seja organizada hierarquicamente em defesa dos valores religiosos, da Pátria e da família contra a democracia e diversidade promovida pelos partidos. Em particular, o internacionalismo do comunismo.

Preocupados com o crescimento da AIB, em março de 1933, um grupo de jornalistas do *Diário da Noite* fundou um novo periódico democrático com o objetivo de construir um arsenal editorial antifascista. Os trotskistas passaram a escrever artigos para esse jornal. Pedrosa e Abramo tornaram-se redatores e Lívio Abramo responsável pelas ilustrações modernistas.

A partir da sua edição número 8, o jornal *O Homem Livre*, impulsionado pelos trotskistas, passou a ser o órgão de comunicação oficial da FUA, com a divulgação do *Manifesto da Frente Única Anti-Fascista ao Povo do Brasil*. Nele fica claro o combate editorial do jornal.

O fascismo significa a miséria, a opressão, o espezinhamento das consciências. Começa por destruir todas as organizações do proletariado e acaba por se tornar o senhor absoluto, "integral", que não respeita ideologias, que não admite divergências. Nem comunistas, nem socialistas, nem anarquistas, nem democratas, poderão existir sob o seu jugo. (O HOMEM LIVRE, 1933, p. 6)

A FUA foi resultante de uma iniciativa da LCI, desde a UTG, de coligar os sindicatos e organizações operárias da esquerda. Nela participaram os anarquistas, que anteriormente já haviam organizado juntamente com a LCI a *Coligação dos Sindicatos*, socialistas do PSB, grupos operários de imigrantes estrangeiros e o comitê estadual do PCB em São Paulo, dirigido por Herminio Saccheta, naturalmente, não por fora de uma nova crise do Partido no período. Saccheta acumulava posições divergentes dos dirigentes pecebistas, que, por conta das diretrizes da IC, não tinham nenhum tipo de política para combater o fascismo no Brasil.

Nessas frentes de atuação os trotskistas conseguiram desempenhar um papel hegemônico na articulação das forças políticas contra o integralismo brasileiro. Fúlvio Abramo, em entrevista concedida ao jornalista e professor José Arbex Júnior, em 1984, apresentou sua cronologia dos eventos que levaram à criação da FUA.

Em 32 chegou ao Brasil um militante trotskista italiano, Rosini, que havia sido prisioneiro dos fascistas junto com o revolucionário Antonio Gramsci. Em contato com a LCI, Rosini propôs que lutássemos para constituir a FUA, baseada principalmente nas classes trabalhadoras e sindicatos. Aderimos imediatamente e, na época, Mário Pedrosa e Lívio Xavier tornaram-se os principais aglutinadores da luta antifascista. A preocupação dos dirigentes da LCI com o problema era tão grande que em 33 traduziram e publicaram uma coletânea de artigos de Leon Trotsky sobre o nazismo ("Revolução e Contra-Revolução na Alemanha"), que ainda considero um guia atual para a compreensão da situação política. Em 27 de maio de 33 apareceu o primeiro número do jornal "O Homem Livre", impulsionado pela LCI e integralmente dedicado à luta antifascista. Em 17 de junho de 33, quando na sede da Lega Lombarda (organização de imigrantes italianos) comemorava-se o 9º aniversário do assassinato do deputado Giacomo Matteotti por Mussolini – no Largo de São Paulo, num prédio que ainda existe –, nosso camarada Aristides Lobo propôs, em nome do "O Homem Livre", a criação de uma comissão organizadora da FUA. Em 25 de junho (uma semana depois) constituiu-se a FUA, com a participação das seguintes entidades: Grêmio Universitário Socialista, PSB, União dos Trabalhadores Gráficos, Legião Cívica 5 de Julho, LCI, Partido Socialista Italiano no Brasil, Bandeira dos 18, Grupo Socialista Giacomo Matteotti, jornal "O Homem Livre", jornal "A Rua" e revista "O Socialista". Note-se, aqui a completa e total ausência do PCB. Os jornais "A Lanterna", "A Plebe" e a Federação Operária de São Paulo, todos de tendência anarquista, recusaram-se também a participar, afirmando que uma frente única deveria ser de indivíduos, e não de organizações. Estabelecemos um programa mínimo de lutas para a FUA: combate ao fascismo nacional e internacional, direito dos trabalhadores à participação política, separação Igreja/Estado (pelo ensino laico). Posteriormente, a Coligação Proletária dos Sindicatos também aderiu à FUA. A proposta estava ganhando amplas bases operárias. Nessa altura, a maioria da base do PSB-SP fora ganha para a LCI. Em 14 de julho de 33 houve o primeiro comício da FUA. Tal foi a sua força, que a direção do PCB foi obrigada a aderir. "Obrigada" é a palavra certa, pois enquanto OS PCs de todo o mundo perseguiam, assassinavam os trotskistas (na época, quatro secretários de Trotsky já haviam sido assassinados pelos stalinistas), enquanto na URSS Stálin enviava centenas de milhares de trotskistas e membros da Oposição de Esquerda bolchevique para os campos de concentração, no Brasil a direção do PCB teve que engolir goela abaixo a amarga contingência de estar na FUA dirigida pelos trotskistas e organizações operárias fora de seu controle. (ABRAMO, 1984, s/p)

Protestos e manifestações foram organizados, assim como também houve a reação da AIB na tentativa de dissolver comícios da FUA. No ano de 1933, dois episódios já haviam acontecido. Um com a dispersão das forças integralistas, e outro com tiros de metralhadora, dispersando os militantes da FUA no Largo da Concórdia. O movimento crescia, e já atingia outras capitais importantes, como Rio de Janeiro (capital federal), Recife e Belo Horizonte, e crescia com isso também a repressão policial. No começo de 1934, toda a direção da FUA foi presa pela polícia, incluindo Fúlvio Abramo.

O dia internacional de luta dos trabalhadores em São Paulo, organizado pela FUA no ano de 1934, também foi atípico. O maior comício até aquela data, apesar da vigilância da secretaria de segurança pública. O PCB ausentou-se da convocação, isolado com a política do terceiro período, tentou realizar uma outra manifestação mas fracassou, pressionando mais a luta interna com o Comitê de SP e obrigando o partido a voltar a compor a FUA. Nesse momento, o *Homem Livre*, além de organizar a luta antifascista, também passou a conter artigos críticos à linha do PCB, que estava sob diretrizes stalinistas.

Contudo, o episódio mais marcante, sem dúvida, ocorreu em 07/10/1934 e ficou conhecido como *A revoada dos Galinhas Verdes*. Nome que deu título à obra de Fúlvio Abramo, que relembra todo o processo de organização de base da FUA e o papel dos trotskistas. Abramo, foi o orador deste comício indicado pela Coligação das Esquerdas, que, na realidade, foi uma contra-manifestação diante um comício convocado pela AIB na Praça da Sé. Como era esperado, o conflito de maior magnitude finalmente aconteceu. Tiros feriram Pedrosa e mataram um estudante comunista. Abramo conseguiu pronunciar poucas palavras, antes de se instalar uma verdadeira batalha campal, com participação também das forças policiais.

A disciplina operária das organizações prevaleceu. Milhares de trabalhadores impuseram o recuo das forças integralistas. O termo *galinhas verdes* foi uma alusão aos integralistas que tiveram que sair correndo abandonando suas camisas do uniforme de cor verde-oliva ao longo do trajeto. O impacto político da ação foi significativo. Depois desse dia, a AIB que vinha numa espiral de crescimento, começou a se fragilizar a tal ponto que não conseguiu mais se organizar.

A experiência da FUA, organizada pelos trotskistas brasileiros, foi um pequeno exemplo da dimensão estratégica da política de Frente Única operária defendida por Trotsky, na França, Alemanha e na Itália contra a ascensão do nazifascismo. Países onde os conflitos foram muito duros e que realçaram pela negativa os erros cometidos pela orientação da IC. A política de *classe contra classe*, sectária e ultra-esquerdista, possuiu um programa *etapista* (revolução democrática) e reformista (regime burguês), pois secundarizava (para não dizer: anulava por completo) a construção de hegemonia operária para responder à tarefa de libertação nacional na América Latina. No Brasil, do ponto de vista partidário, isso custou à

própria direção do PCB. Agora se trata, no terceiro capítulo, de elencar outros fatores objetivos e subjetivos em torno da problematização das pressões nacionais, no conjunto da esquerda e na própria LCI.

### CAPÍTULO 3 - A QUESTÃO NACIONAL E A CRISE DA LCI.

A parte final desta dissertação será dedicada a desenvolver a problemática em torno da questão nacional na teoria da revolução brasileira, e, consequentemente, identificar as principais pressões que levaram ao desenvolvimento da crise da LCI, principalmente quando esta passou a ser denominada PSR, crise que se aprofundou ainda mais após a morte de Trotsky e os impactos gerados na direção da IV Internacional.

Para desenvolver o tema da questão nacional investigamos textos que tratam do debate da formação do capitalismo brasileiro, críticos à concepção pecebista na época. Como o *Esboço de uma Análise da Situação Econômica e Social do Brasil*, de Mario Pedrosa e Lívio Xavier, *A Formação do Brasil Contemporâneo e a Revolução Brasileira*, de Caio Prado Júnior, e *Alguns Aspectos da Renda da Terra no Brasil*, de Carlos Marighella. Além de documentos da IC sobre a questão negra e textos do próprio Trotsky sobre o programa de autodeterminação, como *O Problema Nacional e as Tarefas do Partido Proletário* e, finalmente, recuperamos o debate estratégico entre Trotsky e CRL James sobre como responder ao problema da relação entre escravidão e o capitalismo.

Este capítulo se concentrará na abordagem das principais contradições que envolveram a formação do capitalismo no Brasil, apontar as características desse processo, investigar os temas centrais de análise dos intelectuais da esquerda e como isso se refletiu na elaboração do programa e prática política das organizações. O intuito não é somente construir uma crítica às formulações do PCB, inclusive porque ela já está bastante presente em vasta historiografia sobre o período, mas também examinar como as principais pressões de uma realidade nacional complexa, marcada por um regime de fortes tendências bonapartistas, acabou por impactar na aplicação da TRP pela LCI.

Retorna-se, portanto, ao debate sobre hegemonia operária. Agora não de um ponto de vista apenas geral e teórico relacionado com as teses da TRP, sobretudo na dimensão específica nacional da realidade social brasileira. Em última instância significa identificar os fatores objetivos que levaram a crise de hegemonia burguesa a não se transformar em crise revolucionária, e sim assumir um caráter arbitrário de redefinição dos interesses dominantes da burguesia conduzidos por Vargas. No seu governo ocorreu uma reorganização da relação



de dependência com o imperialismo norte-americano, baseada no desenvolvimento da indústria nacional, dentro de uma conjuntura internacional instável de ascensão do nazifascismo e da iminência da 2ª Guerra Mundial. Um cenário que sem dúvida aprofundou as medidas de coerção e cooptação no movimento operário, para que esse não assumisse uma perspectiva independente.

A hegemonia operária pressupõe a independência política. Esse fator estratégico colocou a esquerda à prova diante da pressão nacionalista dentro de um país de formação capitalista atrasada, que necessariamente possui uma relação de opressão com o imperialismo. Tal condição estabeleceu uma dinâmica da luta de classes que impactou nas caracterizações políticas. Se, por um lado, a relação de dependência limita as margens de manobra das frações burguesas internas (como já vimos em diversos momentos ter que se apoiar nas classes dominadas), por outro lado, o conteúdo em torno da questão nacional de transformação da classe operária em classe hegemônica passa pela sua capacidade de atrair os setores mais oprimidos da nação para o seu programa de ação revolucionária.

Neste capítulo, a ideia central foi estabelecer até que ponto os trotskistas brasileiros deram conta dessa tarefa, e quais foram os limites objetivos e subjetivos apresentados.

Por fim, debruçamo-nos também, ainda que de forma sintética e em segundo plano, em explicar a ruptura de Mário Pedrosa com o trotskismo. Não por conta de um aspecto personalista que poderia envolver a figura de Pedrosa. Contudo, até aqui constatamos a importância dele não só pelo fato de ser o principal dirigente da LCI como também um dos principais dirigentes internacionais.

A ruptura de Pedrosa com a Quarta Internacional impactou diretamente o trotskismo brasileiro, em particular no PSR. Ela derivou do debate político sobre o caráter operário deformado do Estado Soviético na década de 30, a partir das cartas e artigos de Trotsky para a direção, quadros e minoria da SWP Norte-Americana no livro *Em defesa do marxismo*. Em especial a polêmica contra Max Shachtman, defensor da concepção de Capitalismo de Estado, mesma posição, defendida por Tony Cliff, do SWP Britânico, e por filósofos trotskistas contemporâneos como Alex Callinicos, na sua obra *A Vingança da História* (1992).

A crise da LCI não teve como origem apenas um fator decisivo. Resultou do início das diferenças na direção da Quarta Internacional quando Trotsky ainda estava vivo; e no plano nacional da combinação do contexto de repressão policial contra o movimento operário,

intensificada a partir da tentativa insurrecional do PCB ao conformar a ANL<sup>57</sup> e dos problemas de análise de caracterização do regime varguista, a partir da metade da década de 30. Ao longo deste capítulo final tratamos destes temas e dos aspectos que julgamos assertivos de delimitação dos oposicionistas à direção pecebista, no que diz respeito à formação do capitalismo no Brasil e a crítica à política de aliança com as correntes do nacionalismo burguês.

### **3.1. As teses pioneiras da LCI sobre a questão nacional.**

Para além dos aspectos que marcamos, de grandes mudanças do movimento comunista internacional, a partir da consolidação do stalinismo, o PCB pecava por uma imprecisão teórica da caracterização da formação do estado brasileiro. Não reconhecia a presença do desenvolvimento capitalista no regime colonial (fora a sua dimensão mercantil: sem a subsunção do trabalho pelo capital) e tentava transpor mecanicamente o marxismo europeu e o aplicá-lo para a realidade brasileira, sem considerar as particularidades econômicas, sociais e políticas.

Soma-se, a isso, a crítica realizada por Caio Prado Júnior, segundo a qual o debate teórico era secundarizado, e os problemas do partido eram tratados administrativamente. Sem dúvida, a combinação desses fatores aprofundou os problemas, por exemplo, da relação do Comitê Regional de São Paulo com a direção nacional, no sentido que por muitas vezes os dirigentes e militantes paulistas atuavam politicamente em base a reflexões próprias, como o caso de Plínio Mello e do próprio CPJ. Um território fértil também para as ideias oposicionistas, e que explica bastante a construção da LCI na capital paulista: resultante do vasto espaço de debate das ideias oposicionistas à direção do partido e a posição conquistada na direção do sindicato dos trabalhadores gráficos.

As teses dominantes do PCB nas décadas de 20 e 30 apontavam para um passado feudal não superado, determinado por relações pré-capitalistas que dependia de um choque de capitalismo para o avanço econômico e político e que, por essa via, se enfrentaria com a

---

<sup>57</sup> Aliança Nacional Libertadora, fundada por setores nacionalistas, intelectuais e militares das revoltas tenentistas entre os anos de 1934 e 1935, incentivada e com participação do PCB.

dominação imperialista inglesa e norte americana. A partir deste esquema importado de como a IC abordava o desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos de forma semelhante aos asiáticos, identificavam-se as condições para uma burguesia nacional com interesses antiimperialistas aliada, estrategicamente, ao proletariado na primeira etapa da revolução democrática.

Em outros termos, a caracterização nacional não tinha outro objetivo, senão justificar a concepção *etapista* do stalinismo brasileiro acerca da revolução brasileira. E foi na "revolução de 1930" que o déficit teórico do PCB mais cobrou seu preço, já que tratava o processo como mais um conflito interimperialista, por fora da reorganização interna dos interesses dominantes da burguesia brasileira que definiram o início do governo Vargas. Justamente é nesse momento de disputa entre as frações internas da burguesia que reordenavam a sua relação com o imperialismo, que os trotskistas brasileiros enxergavam a oportunidade de a classe operária assumir um protagonismo independente através da política de assembleia nacional constituinte. Ou seja, uma constituinte própria para debater os verdadeiros problemas nacionais contra a ordem burguesa. Em outros termos, criar as vias necessárias para constituir a hegemonia operária.

Apesar do reconhecimento na historiografia de CPJ como o principal crítico da linha oficial do PCB nesse período, principalmente a partir da sua obra *A Formação do Brasil Contemporâneo*, datada de 1942, não há como desconsiderar o pioneirismo das ideias oposicionistas, e como veremos adiante, do próprio intercâmbio (com acordos e divergências) dos trotskistas brasileiros com o historiador paulista, desde o início da década de 1930<sup>58</sup>.

A perspectiva assumida por Mário Pedrosa e Lívio Xavier no *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil* (1931) é a exportação das metrópoles do M.P.C. para as colônias. Ou seja, a formação do capitalismo brasileiro não foi e não seria fruto de um protagonismo revolucionário da sua burguesia nacional. Pelo contrário, foi determinado pelo caráter dependente da economia nacional ao desenvolvimento capitalista do mercado

---

<sup>58</sup> Caio Prado Júnior ingressa no PCB em 1932 ainda jovem na militância após uma breve passagem pelo PD (Partido Democrático). E apesar de suas posições não assumirem o centro do debate no partido, e serem reconhecidas apenas posteriormente, demonstraremos a relação delas com os oposicionistas, assim como suas diferenças.

internacional na Europa. Os países europeus transportaram o capitalismo para o território brasileiro e determinaram a sua organização.

A abundância de terras na colônia possibilitaria uma acumulação individual por parte do colono livre. O trabalhador não seria separado do meio de produção e, dessa maneira não se realizaria a acumulação primitiva e o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Coube, então, à burguesia da metrópole resolver essa contradição empregando a criação de mecanismos jurídicos ("artificiais") para estabelecer a necessária relação de dependência do trabalhador ao proprietário. O Estado se apropriou das terras e as converteu em propriedade privada, sustentada pela escravidão da mão de obra indígena e negra. Tal modelo de colonização sistemática ao longo dos anos constituiu a base da acumulação primitiva do capital, entretanto sem desenvolver a classe dos pequenos proprietários e da pequena produção.

Essa acumulação primitiva promoveu o processo de transformação direta da economia escravagista em trabalho assalariado no campo, combinada com o afluxo migratório a serviço de responder à demanda e os interesses da cultura cafeeira. A principal característica resultante desse modelo foi uma anárquica exploração agrícola, que precedeu a organização racional do Estado, e levou à concentração de terras e à exploração do trabalho escravo.

Nunca houve aqui terras livres; aqui também não conhecemos o colono livre, dono de seus meios de produção, mas o aventureiro da metrópole, o fidalgo português, o comerciante holandês, o missionário jesuíta — que não tinham qualquer outra base a não ser o monopólio das terras. Sob uma forma peculiar de feudalismo, todos vinham explorar a força de trabalho do indígena adaptado e do negro importado. (PEDROSA/XAVIER, 1931, s/p)

Dessa forma, Xavier e Pedrosa constataram o estagnado e rígido esquema de classe formado ainda no Segundo Reinado, sob os auspícios de uma monarquia sustentada pela exploração escravista, diante de uma situação internacional instável entre os países do continente europeu. A ausência de uma agricultura organizada até o desenvolvimento da economia e da grande indústria cafeeira carregou, consigo, particularidades da formação política e econômica no Brasil. Era organizada segundo padrões do escravismo moderno: através da constituição de um regime político ultrapassado e fortemente marcado por

oligarquias, com uma produção determinada pela relação entre os Senhores da Terra e a sua clientela, uma burguesia urbana sem margem de manobra - com pouca capacidade de articulação política - e um número escasso de trabalhadores livres.

A burguesia brasileira era oriunda do campo, sendo que sua produção era sustentada pelo regime de trabalho escravo e destinada essencialmente ao mercado externo. Essa estrutura só sofreu significativa alteração, diante da necessidade de abertura de mercado consumidor para a expansão da indústria inglesa conquistar o monopólio do mercado mundial. Ao mesmo tempo, cresciam o número de revoltas dos negros contra o regime escravista e estabeleciam uma dinâmica perigosa para a ordem, principalmente desde a revolução haitiana de 1789. O capitalismo brasileiro manteve, enquanto pôde e em larga escala, o regime escravista. E, mesmo após o seu fim, determinado pela necessidade de desenvolvimento econômico e ampliação do mercado para atender os interesses imperialistas, deixou uma herança de opressão e superexploração do trabalho presente até os dias atuais.

No Brasil, as diversas fases da economia nacional foram marcadas pela dependência da exploração agrícola para o mercado externo. Foi assim com o período do açúcar nos estados da Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro durante o séc. XVII, controlado por uma aristocracia rural no norte do país em base à escravidão africana, cuja decadência foi resultante da desvalorização do açúcar por conta da concorrência estrangeira, o que levou a produção se concentrar apenas no fraco mercado interno. Uma contradição que se aprofundou ainda mais com a descoberta das minas de ouro e a transferência do eixo econômico do país para os estados de Minas Gerais e da Bahia no Séc. XVIII, por meio de uma exploração primitiva e rudimentar que mais tarde também foi a causa da decadência deste regime econômico.

Foi somente com a tardia cultura do café no Rio de Janeiro, com forte peso em São Paulo, que se consolidou a república contra a antiga forma de produção predominante nos períodos anteriores, determinando, assim, a hegemonia da burguesia paulista (mercantil-bancária) na Federação. Pedrosa e Xavier aplicaram a lei do desenvolvimento desigual e combinado para explicar o avanço do capitalismo em base à união política das províncias em torno da produção do café que, no entanto, correspondia a uma crescente desigualdade econômica e social dos estados. Nesse aspecto, as teses dos oposicionistas se confrontavam

diretamente com a caracterização do PCB, pois demonstravam a integração na herança do regime colonial de relações pré-capitalistas, escravistas e semi-feudais com o desenvolvimento capitalista mercantil-bancário promovido pelo café.

No entanto, cabe ressaltar que essa dinâmica desigual e combinada também se expressou no próprio desenvolvimento capitalista impulsionado pelo café. Afinal, a economia cafeeira em si, não necessariamente representou a negação, ou a superação, dos traços pré-capitalistas anteriores. O PRP, fundado na Convenção de Itú<sup>59</sup> - representante da “moderna” burguesia paulista - tentou negociar com o império a estrutura federativa, o que garantiu a autonomia dos estados que compunham a república (isso ocorreu com a derrubada do Império). Logicamente, essa modernidade toda não se refletiu nas condições de trabalho da estrutura da economia cafeeira. Mesmo após a abolição do tráfico de escravos da África para o Brasil, com a Lei Eusébio de Queiroz em 1850, os fazendeiros de café, seja da região mais tradicional do Vale do Paraíba, ou a considerada a mais moderna do Oeste Novo (São Paulo - Ribeirão Preto), ainda mantinham grande parte do trabalho escravo na sua produção. Não contratavam trabalho assalariado, estimularam o tráfico interno de compra de escravos e, posteriormente, ainda apelaram para importação de europeus que ficaram distantes de assumir relações de trabalho capitalista no campo.

As condições que permitiram ao café impulsionar o avanço capitalista na economia nacional provinham da vasta exploração das terras virgens, que garantiram a fertilidade do solo para a expansão das plantações. Combinado à ausência de renda fundiária, o que possibilitou a monopolização das terras e da produção, assim como a especialização dessa determinada produção em larga escala, estabelecendo uma monocultura capaz de atender ao mercado externo. Essa estrutura promovida, segundo Pedrosa e Xavier, conseguiu moldar o sistema financeiro, com o fornecimento de crédito, o aumento da especulação e do comércio, criando uma estrutura capitalista aliada à política de imigração que desenvolveu um caráter de empresa industrial para a produção de café.

As empresas industriais se voltavam para a produção de bens de consumo baratos. O pequeno industrial paulista ou o carioca não produziam bens de capital. Os bens de capital e

---

<sup>59</sup> Realizada em 18/04/1.873 na cidade de Itú-SP reuniu representantes republicanos liberais e conservadores de São Paulo. Dos 133 convencionais que participaram da reunião, mais que da metade – 78 - correspondiam à produção de café.

de consumo duráveis eram importados pelos mesmo empresários que exportavam bens primários. A burguesia cafeeira, com a renda obtida por meio da exportação, importava bens de capital, implementos agrícolas e bens de consumo duráveis. Era a grande adversária de uma política de industrialização, que depois vai se expressar fortemente na sua oposição ao varguismo. Aliás, mais tarde, na década de 1920, a crise de sua hegemonia no interior do *bloco no poder* permitiu a abertura de espaço para a política varguista na década de 1930.

O capitalismo brasileiro assumiu uma dinâmica paulatina de desenvolvimento nos estados. Ainda que com diferenças regionais importantes permitiu a integração do Brasil na economia mundial e, conseqüentemente, a atração dos interesses imperialistas. Essa disparidade econômica entre os estados era hegemonizada pela burguesia paulista em aliança com a mineira, sendo que os representantes dos estados menores acabavam por se subordinar ao poder central, para garantir seus interesses mais imediatos e a própria conservação das suas respectivas oligarquias.

O quadro começou a mudar com a 1ª guerra mundial, devido ao aumento do protecionismo internacional que, combinado ao avanço industrial dos países centrais, desvalorizaram os produtos nacionais e interferiram diretamente nas relações de classe. O que demandou uma ação mais centralizada do governo federal, já que o principal problema residia no aumento da penetração imperialista na economia nacional, debilitando ainda mais o frágil mercado interno, dentro de um instável cenário político e econômico. A maior interferência do imperialismo agravou as contradições econômicas e sociais, pois não permitiu que o capitalismo se desenvolvesse de maneira uniforme entre as regiões, exercendo outro mecanismo da lei do desenvolvimento desigual e combinado, na específica relação entre o país imperialista e a determinada semicolônia ou país dependente.

O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais e das regiões submetidas à sua influência, impedindo o seu desenvolvimento capitalista normal, não permitindo que esse desenvolvimento se realize de maneira formal nos limites do Estado. Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases econômicas estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista. O imperialismo não lhe concede tempo para respirar e o fantasma da luta de classe proletária tira-lhe o prazer de uma digestão calma e feliz. Ela deve lutar em meio ao turbilhão imperialista, subordinando sua própria defesa à defesa do capitalismo. Daí, sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e — em todos os planos — a sua covardia. Nos países novos,

diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos. A contradição que faz com que o imperialismo — ao revolucionar de modo permanente a economia dos países que lhe são submetidos — atue como fator reacionário em política encontra a sua expressão nos governos nos fortes e na subordinação da sociedade ao poder executivo. É assim que se repete na fase imperialista, por processo análogo, a subordinação da sociedade ao poder executivo, na qual Marx via a expressão da influência política dos camponeses parcelários. Além disso, as exigências do desenvolvimento industrial obtêm, como condição essencial, o apoio direto do Estado: a indústria nasce ligada ao Estado pelo cordão umbilical. O reforço gradativo do poder executivo é, aliás, um processo regular e sistemático do desenvolvimento industrial nos países politicamente secundários, como o demonstra Trotsky com relação à Rússia czarista. (PEDROSA/XAVIER, 1931, s/p)

Nessa passagem os oposicionistas estabeleceram a plataforma crítica central às teses do PCB. Ao relacionarem como a formação do capitalismo brasileiro estava diretamente ligada a penetração do capital imperialista, que agravava as contradições de classe, determinaram o caráter reacionário e anti-nacional que a burguesia nativa assumiu diante o seu principal interesse que era garantir a manutenção do monopólio da produção do café. Ao ligarem esses aspectos econômicos e políticos, admitiam não somente os traços capitalistas da economia nacional (negados pela direção do PCB), como confrontavam a ideia da etapa democrática na teoria da revolução, que justificava a aliança do proletariado com a burguesia nacional. O fato do capitalismo se desenvolver dentro da economia colonial, no regime político monárquico, condicionava não a força, mas, como Trotsky afirmava na Rússia, a fraqueza da burguesia nacional.

Essa essência da burguesia brasileira se expressou no modelo autoritário de Estado, acentuado pela dominação dos EUA na América Latina, desde o governo de Epitácio Pessoa (1920-1922). Intensificou-se a apologia e a demanda por governos fortes. Ao contrário de expor rugas e contradições com a dominação imperialista, a burguesia abandonou qualquer princípio nacionalista (que não fosse uma espécie de ufanismo servil e inócuo) e de forma unificada potencializou os ataques aos direitos democráticos. Todo e qualquer tipo de contestação dessa ordem social vigente era taxado de subversivo e comunista (marcando uma característica estrutural do futuro da política brasileira), como forma de justificar o



liberalismo econômico, cuja feição simbólica consistia na combinação do atraso contrastado pela figura dos *dreadnoughts americanos*<sup>60</sup>.

Os governos posteriores mantiveram esse regime até a sua hipertrofia no poder executivo com Washington Luís (1926-1930), cujo governo já expressava um distanciamento dos interesses da fração dominante da burguesia. Uma expressão dos sinais de desgaste da burguesia mercantil-bancária, cuja hegemonia no interior do bloco no poder estava questionada. O agravamento das contradições de classe levou a burguesia paulista seguir o modelo clássico do *18 brumário*: abdicou e sacrificou seus interesses políticos de controle da ordem social em prol de manter os seus interesses materiais mais limitados. Exatamente, o contrário do que ocorreu no governo de Prudente de Moraes (1894-1898) quando a hegemonia da burguesia cafeeira era tão forte que ele controlava o governo e a política de Estado. A realização do Convênio de Taubaté<sup>61</sup> foi a expressão máxima dessa hegemonia, reunindo governadores de SP, MG e RJ para definir a política que o Estado brasileiro adotou para manter a rentabilidade da economia cafeeira nos anos seguintes, após a crise de superprodução do final do séc. XIX. Tratou-se, fundamentalmente, da utilização dos recursos do Estado para manter os lucros oriundos da produção de café.

A crise desta hegemonia se evidenciou a partir de 1930, com a constituição do varguismo, que separou a grande burguesia cafeeira das decisões da política de Estado e promoveu uma nova aliança das frações burguesas dos estados do RJ e MG mais o estado da Paraíba, que se voltaram contra o PRP, com o objetivo de defender suas próprias posições no novo governo. A crise chegou a tal ponto, que caso não fosse esse o caminho adotado por esses estados - e tivessem se mantidos resignados à fração da burguesia paulista - isso significaria o fim do estado como aparelho centralizador. A chamada revolução de 1930 expressou a contradição não superada entre a centralização do Estado e sua forma federativa. Foi a tentativa política, conduzida por Vargas, mais adequada de reorganização dos interesses burgueses para o equilíbrio dos estados no poder executivo: cada oligarquia organizada em

---

<sup>60</sup> Navios de guerra militar que nesse período estavam sendo reformados pelos Estados Unidos, como símbolo do potencial militar nacional. Um deles, o navio *São Paulo*, anos antes foi palco do motim dos marinheiros conhecido como a *Revolta da Chibata*, devido a condição de maus tratos que os soldados da marinha eram condicionados nas embarcações.

<sup>61</sup> Acordo firmado em 1906 na cidade de Taubaté-SP que estabeleceu o preço mínimo do café, principal produto de exportação da economia nacional.

partidos dominantes da burguesia reivindicou a sua participação no aparelho do Estado; enquanto o poder executivo permitia a autonomia dos estados e o domínio da oligarquia (ou coalizão).

Contudo, Pedrosa e Xavier identificaram como esse controle foi relativo, resultante da incapacidade da burguesia nacional de agir coletivamente como classe (ao não ser contra a revolução social) e, por essa via, ter que se submeter ao controle da ingerência imperialista. A unidade nacional no Brasil não foi determinada pela estruturação da sua base econômica, mas sim pelas diretrizes políticas que garantiram em razão direta a exploração das classes dominadas, através da escravidão aliada a uma crescente e significativa pauperização das condições de vida do proletariado. Sua estrutura econômica era frágil e dependente dos balanços de pagamentos deficitários, o que levou à necessidade permanente de recorrer ao sistema de crédito internacional para cobrir as dívidas, e aumentou, assim, a penetração e o domínio imperialista. Para os trotskistas, portanto, a formação política e econômica do capitalismo brasileiro fora incapaz de responder ao problema nacional, pelo contrário, aprofundou ele.

Por outra parte sua economia proporciona a base regional de um sentimento patriótico que não ultrapassa as divisas de um estado. Por necessidade de autodefesa, ela pode procurar impor a sua vontade de classe sobre a base provincial, mas, na atual fase histórica do imperialismo, está irremediavelmente condenada, pois sua ascensão como classe no Estado tem como consequência a penetração ainda mais acentuada e constante do capital estrangeiro, que a submete, assim, mais diretamente, ao domínio imperialista. Desse modo, a independência nacional torna-se ainda mais precária, e mais difícil é a manutenção da unidade política do país, uma vez que a pequena propriedade não tem qualquer interesse específico pelo problema da unidade nacional. (PEDROSA/XAVIER, 1931, s/p)

Essas teses fundacionais da LCI deram vazão para um debate teórico até então secundarizado pela direção do PCB, debate que, ao mesmo tempo, era parte das principais crises que o partido enfrentava, em particular em SP, centro de gravidade da atuação dos trotskistas e espaço das principais discussões teóricas e políticos dos oposicionistas. Neste campo de debates também apareceram elaborações importantes do historiador paulista Caio Prado Júnior, reconhecido como o primeiro a nacionalizar o marxismo no Brasil. Ainda que posterior às teses fundacionais da LCI. De todo o modo, o mais importante no transcorrer

deste capítulo é tratar das confluências de pensamento de CPJ com os trotskistas brasileiros e, principalmente, das diferenças no que se refere às conclusões do historiador paulista em torno da teoria da revolução brasileira.

### **3.2. Encontros e desencontros das posições de Caio Prado Júnior com os trotskistas brasileiros.**

CPJ, no início da década de 30, recém-ingresso no PCB, já conhecia o trotskismo brasileiro. Compartilhava das críticas realizadas contra a burocratização na URSS e realizou junto com Mário Pedrosa conferências no Clube dos Artistas Modernos em novembro de 1932, em São Paulo. Em correspondência com Livio Xavier, Caio Prado Jr. declarou conhecer "as opiniões, neste terreno, do agrupamento político a que você pertence" (PRADO JÚNIOR, Carta de 1933). Tal carta tinha como objetivo responder às críticas realizadas por Xavier (que abordaremos adiante), publicadas no jornal paulistano *Diário da Noite* em relação à publicação do texto *Evolução política do Brasil* (1933).

Vale destacar que o tom do artigo publicado por Livio Xavier foi fraternal e reivindicou as ideias de CPJ como parte do pensamento teórico marxista contra a historiografia burguesa dominante a respeito da interpretação política e econômica do país. Xavier abordou também como o livro de CPJ analisa de forma concreta os fundamentos de classe presentes nos movimentos populares do período da independência como a *Cabanada* no Pará, a *Balaçada* no Maranhão e a *Revolta Praieira* em Pernambuco: "Essas considerações liquidam o valor da obra do Sr. Caio Prado Júnior como obra marxista, ou o que é mesmo, revolucionária" (XAVIER, *Diário da Noite* SP, s/p). "Liquidam" aparece aqui no significado do verbo *liquidar*, no sentido de resolver críticas que CPJ sofria do comitê regional paulista do PCB, inclusive a acusação de ser parte dos "elementos" trotskistas no interior do partido.

Neste marco, Xavier desenvolve três aspectos em que critica a obra de CPJ. Primeiro, a sua interpretação da economia colonial e do período marcado pelo Segundo Reinado, no que se refere à transformação da economia escravista em relações de assalariamento. Para Xavier tal processo não se realizou por meio de uma substituição direta, mas sim combinou durante um período características de relações pré-capitalistas e introdução de práticas capitalistas no

regime colonial. Vinculado a isso, Xavier refutou a negação feita por CPJ de um modo de produção feudal no Brasil, que, mesmo atrelada ao desenvolvimento mercantil do capitalismo europeu, contribuiu objetivamente para converter as terras em monopólio e, desta forma, alavancar o processo de acumulação primitiva do capital. E, finalmente, definiu como *bolchevização retrospectiva* a interpretação de CPJ sobre a ação dos movimentos populares que acabaram por não superar as condições de revoluções espontâneas.

Na resposta de CPJ a Xavier é possível identificar as primeiras linhas de como o primeiro autor enxergava a formação do capitalismo brasileiro e formulava as críticas à concepção *etapista* e à política de alianças do PCB. Críticas diferentes das feitas pela LCI, porém sem deixarem de ser a estas referenciadas. Para CPJ, a transformação do trabalho no Brasil não está relacionada com o processo primordial de acumulação de capital, já que este não possuía uma dinâmica interna. Ou seja, o Brasil não acumulava capital, mas sim era a base da acumulação primitiva dos países da Europa. Em relação aos resquícios feudais da economia colonial, o autor reiterava a sua existência, contudo sem se formar um regime feudal, pois o processo de colonização foi exploratório e não determinado pelo povoamento da colônia. Por fim, CPJ concordou a tese do caráter espontâneo das revoluções e refutou incorrer no que Xavier chamou de *bolchevização retrospectiva*. Explicou que o recurso foi utilizado para demonstrar o conteúdo com maior entendimento para o grande público leitor.

Essas ideias de CPJ tomam uma forma bem mais completa a partir de 1942 com *A formação do Brasil contemporâneo*, onde esses conceitos foram aprofundados. Assim como os oposicionistas, CPJ partiu da tese de que o sentido de colonização do Brasil correspondeu à intensa exploração das terras, minerais ou tropicais, para satisfazer os interesses mercantis da Europa. O contexto desse empreendimento foi a transição do comércio terrestre para as grandes navegações no sec. XVI. A expansão ultramarina europeia foi realizada por empresas comerciais, com interesses pragmáticos que determinaram o caráter da exploração da colônia.

No Brasil, este fato é particularmente sensível pelo caráter que tomara a colonização, aproveitamento aleatório em cada um de seus momentos, como veremos ao analisar a nossa economia, de uma conjuntura passageiramente favorável. Cultiva-se a cana como se extrai o ouro, como mais tarde se plantará algodão ou café: simples oportunidade do momento, com vistas para um mercado exterior e longínquo, um comércio instável e precário sempre. Veremos estes pontos adiante; o que interessa aqui é notar que a

colonização não se orientara no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nela habita. (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 67)

Essa base econômica criada pelas circunstâncias favoráveis do momento suportou três grandes setores de atividade:

a-) O primeiro relacionado à organização agrária, caracterizada pela grande propriedade rural, a monocultura e o trabalho escravo. Caio Prado Jr. compartilha da avaliação de que o processo no Brasil foi diferente do europeu, pela ausência do pequeno produtor e do tipo de exploração parcelaria da terra, em prol de uma vasta exploração comercial em larga escala, baseada na concentração de terra (latifúndio) e por meio do regime escravista. A exploração agrária se constituiu como base da formação econômica e social e um dos pilares de uma grande unidade de produção.

b-) O segundo setor de grande atividade econômica se estabeleceu na mineração, que adotou o mesmo modelo de organização da agricultura. Ou seja, a exploração de grandes unidades, também em larga escala, realizada pelo trabalho escravo. Uma extração irracional e de curto período, que logo entrou em decadência, e depois assumiu um caráter de pequena atividade, que impôs a decomposição a do regime econômico e social concentrado na extração mineral.

c-) O setor extrativo, localizado no vale do Amazonas, complementou a grande unidade produtora da economia colonial. Com a diferença que nele não existe a propriedade territorial. A extração de cacau, salsa parrilha, noz de pixurim, e outros produtos derivados da floresta amazônica, era realizada em torno de uma exploração primitiva e rudimentar dos recursos naturais, com características iguais na organização do trabalho e da estrutura econômica da colônia.

Esses três setores constituíram a grande unidade produtora da economia colonial, na qual a concentração de terras foi a resultante da organização da produção e do trabalho. A orientação sempre se voltou inteiramente ao mercado externo, com o objetivo de fornecer matéria-prima e a exploração dos recursos naturais para o comércio internacional, sedimentando, assim, a base do processo colonizatório. Tal subordinação se manteve mesmo

com a independência e a formação do Brasil como nação soberana. Neste processo os colonos brancos foram empresários com relação de parceria com a metrópole, senhores da terra, proprietários e donos de toda a riqueza. Enquanto grande parte da população (1/3) foi constituída por escravos, como máquinas de trabalho que sustentavam e faziam funcionar essa estrutura.

O modelo de exploração extensiva que deu origem à economia colonial, baseado na especulação pragmática e de caráter instável, no espaço e tempo, dos recursos naturais, impôs uma dinâmica cíclica, em que se alternavam períodos sazonais de prosperidade específicas e de curta duração, seguidas posteriormente, da decadência e de um novo foco de atuação. Sempre com o objetivo de fornecer os produtos conforme os ritmos da conjuntura internacional que o comércio demandava.

Esta evolução cíclica, por arrancos, em que se assiste sucessivamente ao progresso e ao aniquilamento de cada uma e de todas as áreas povoadas e exploradas do país, uma atrás da outra, não tem outra origem que o caráter da economia brasileira acima analisado. Como vimos, é em bases precaríssimas que ela assenta. Não constitui a infraestrutura própria de uma população que nela se apoia, e destinada mantê-la; **o sistema organizado da produção e distribuição de recursos para a subsistência material dela;** mas um “mecanismo” de que aquela população não é senão o elemento propulsor, destinado a manter seu funcionamento em benefício de objetivos completamente estranhos. (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 122, grifo do autor)

Portanto, para CPJ, a colonização foi uma vasta empresa comercial que estabeleceu um sentido e ligação entre o Brasil colônia e o Brasil contemporâneo. O caráter capitalista não é determinado por elementos internos, mas sim externos, no caso pelo mercado internacional. O Brasil fez parte do mesmo sistema de relações que deram origem ao capitalismo. Por isso o regime escravista não foi incompatível com esse modelo econômico; que a existência dos fatores pré-capitalistas ou semifeudais não se constituiu como regime político-social, nem pôde evoluir nesta direção, já que esses fatores estavam totalmente condicionados e subordinados às transformações econômicas na Europa.

Desta análise econômica e social realizada por CPJ derivam conclusões políticas críticas à linha oficial adotada pelo PCB. No livro *A revolução brasileira*, tais aspectos se apresentam de forma mais direta, já que o autor avalia o caráter dogmático do pensamento

marxista até então, como resultado dos erros stalinistas. A partir destes a teoria da revolução é elaborada por meio de conceitos abstratos, formulados *a priori*, sem relacionar conceitos e realidade concreta, o que levava a uma visão deformada da estrutura social e econômica do país. Procurou-se, assim, encaixar os fatos no esquema teórico, impondo a realidade de outros países à realidade brasileira como forma de justificar a adequação da teoria.

Caio Prado Júnior apontou que não se pode determinar a evolução histórica a partir de eventos já pré-estabelecidos. Isso, para o autor, impede a formulação de uma teoria revolucionária que responda aos aspectos da realidade brasileira, pois os fatos que são admitidos pelo PCB aconteceram na realidade nos países da Europa ou Ásia e não podem ser utilizados como um modelo universal para fundamentar a teoria da revolução brasileira. A crítica de CPJ consistiu em negar não somente a existência de um passado feudal como sistema que precede ao capitalismo, como também confrontou a ideia da etapa da revolução burguesa, criticando o sentido do caráter "antifeudal" da revolução brasileira. E mais, de atribuir ao conceito de revolução agrária, tal caráter *antifeudal*.

Trata-se, para CPJ, de uma transposição mecânica da aplicação da fórmula leninista para a Rússia Tzarista, que buscava justificar a defesa da revolução democrático-burguesa para responder à suposta transição do feudalismo para o capitalismo. Não se estabeleceu no programa da III Internacional, em particular no VI Congresso, a diferença dos países coloniais e semicoloniais asiáticos, dos países dependentes da América Latina. Suas características particulares determinadas pela população negra e indígena, segundo CPJ, não foram compreendidas pela IC, que também demonstrou um desconhecimento absoluto da economia brasileira ao não considerar o cacau como grande atividade de produção (no sec. XIX, o segundo produto de exportação do país).

Naturalmente, as concepções políticas, econômicas e sociais levavam o autor também a criticar a política de alianças do PCB. Pois CPJ não enxergava nenhum tipo de aspiração nacional e democrática que fizesse uma fração da burguesia aliar-se ao proletariado e aos camponeses. A relação de subordinação que determinou a formação capitalista do Brasil, condicionou não só a economia, mas a burguesia como detentora do controle das riquezas nacionais. Por sua vez, esta não possuiu o mínimo interesse no progresso econômico e social, já que os seus interesses eram limitados e parciais. Por outro lado, a negação da existência de

traços feudais na economia colonial, fez com que CPJ fosse contrário à defesa do programa de reforma agrária radical contra o latifúndio capitalista, substituindo-o para um programa de defesa das reivindicações imediatas dos camponeses e, posteriormente, da própria classe operária.

A razão principal por que não se mobilizou ou pelo menos tentou seriamente mobilizar a massa trabalhadora rural na base de reivindicações por melhores condições de trabalho e emprego, se deveu ao fato de essas reivindicações não se considerarem essenciais, nem mesmo suficientemente importantes no processo revolucionário do campo brasileiro, que deveria obedecer, segundo a teoria oficial consagrada e indiscutivelmente aceita, ao esquema da revolução antifeudal: supressão das relações semifeudais de produção, em particular e diretamente pela destruição do latifúndio. Num esquema como esse, a luta por reivindicações imediatas, que dizem respeito a relações de emprego, essa luta tem papel quando muito secundário. (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 91)

É inegável a contribuição de CPJ à crítica do modelo teórico do PCB e o confronto que suas ideias protagonizaram contra a orientação política da III Internacional para os países dependentes da América Latina, ainda que assumiram relevância posterior. Para muitos críticos sua obras podem ser consideradas *economicistas*, quando a economia determina o conjunto das relações de uma determinada sociedade, ou *circulacionistas*, quando a atividade comercial de um determinado país assume um centro superior ao da atividade econômica internacional. Contudo, fato é que seu embasamento teórico, ainda que crítico às posições do PCB, como conclusão caminhou mais no sentido de revisão da teoria revolucionária.

O alerta realizado por Xavier, visto anteriormente, relativo à interação dos resquícios pré-capitalistas, feudais com os capitalistas na economia colonial, sugere uma dinâmica distinta da luta de classes, que apesar de apontar no mesmo sentido de CPJ ao negar a perspectiva de uma aliança de classe com a burguesia, vai num caminho oposto ao das tarefas que o proletariado organizado de forma independente deve assumir. Entre elas a própria reforma agrária radical, sob o prisma teórico da revolução permanente, que consolida a aliança hegemônica da classe operária com o campesinato, na defesa dos recursos e da soberania nacional.



No seu livro *A revolução brasileira* boa parte da elaboração de CPJ está destinada a realizar um balanço da atuação do PCB num outro momento histórico, dos anos 60 e de todo o processo que levou à derrota do proletariado com o golpe militar. E muito das proposições defendidas por CPJ foram em parte absorvidas pelo partido que, principalmente após a declaração de março de 1958, concentrou mais o seu programa nas reivindicações imediatas, do que na luta pela reforma agrária radical. Não por acaso, as *Ligas Camponesas* nesse período assumiram um grande peso na luta de classes do campo brasileiro.

CPJ analisou muito precisamente as doenças presentes no marxismo brasileiro, porém não encontrou o melhor antídoto. Seus diagnósticos conduziram à tese da luta de classes como um fator reivindicativo, o que em última instância resultou num tratamento paliativo do capitalismo nacional, o desenvolvimentismo. Segundo CPJ, a classe operária deveria agir como um fator independente, porém para pressionar as instituições políticas do regime burguês a adotarem medidas progressivas e ligadas ao desenvolvimento econômico nacional.

O projeto editorial da *Revista Brasiliense*, concebido a partir das suas teses sobre *As diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, ilustrou essa concepção. Conforme o passar do tempo as obras de CPJ assumiram como eixo central tarefas relacionadas com a formação de técnicos e pesquisadores que contribuíssem para o avanço da indústria nacional e a conformação de políticas econômicas para a redução das desigualdades sociais, porém desvinculadas do questionamento à dominação capitalista. Apoiou com entusiasmo a Lei de Remessa de Lucros proposta por João Goulart e aprovada pelo senado em 1962. O sentido da luta de classes dentro da sua teoria da revolução brasileira se estabeleceu na defesa de uma política nacional pela classe operária que caminhasse, sem alianças formais com a burguesia, para uma independência econômica em relação ao imperialismo, atribuindo uma perspectiva de integração no desenvolvimento do capitalismo nacional.

### **3.3. Marighella e o balanço tardio do PCB.**

O próprio CPJ reconheceu que muitas das posições do PCB nas décadas 50 e 60 foram reformuladas. Ainda que não mudasse o fundamental da análise do caráter da revolução brasileira, já se admitiam, diferentemente do momento anterior, os traços capitalistas da

economia e os caminhos para a luta reivindicativa. Essas adequações podem ser vistas, principalmente em 1958 com o texto de Carlos Marighella, *Alguns aspectos da renda da terra no Brasil*. Naquele momento, Marighella já possuía uma outra localização partidária em relação à década de 30. Fazia parte, junto com Prestes, da direção central do partido, que buscava se realocar dos erros cometidos anteriormente, assim como das novas crises partidárias em torno dos efeitos do processo de *desestalinização*, pós-Relatório Krushev no XX Congresso do PCUS<sup>62</sup>.

Neste contexto, são consideradas as posições de Marighella, diferente das críticas dos oposicionistas, e do próprio CPJ. No entanto, assumem também um valor de destaque no sentido de observar os aspectos de balanço que o PCB foi obrigado a absorver, ainda que parcialmente, na reorientação partidária. Mesmo que esta trate dos anos 50, o que interessa na análise aqui é justamente o debate sobre a formação do capitalismo e a questão nacional, para demonstrar como muitas vezes as caracterizações mudam, podem até se tornar mais precisas, porém não alteram substancial e necessariamente a estratégia político-partidária.

Marighella foi o responsável por redefinir as caracterizações do PCB acerca da formação social e econômica, admitindo pela primeira vez nas teses do partido a existência de traços capitalistas no regime colonial brasileiro. No seu texto, o dirigente comunista identificou as interações da renda pré-capitalista da exploração agrária com o desenvolvimento da fazenda do café, como articulado a um empreendimento capitalista dotado de fortes vínculos com o imperialismo. Para Marighella, o monopólio da terra no Brasil é o sinônimo do atraso econômico, que deve ser abalado, ou até eliminado, como fator condicionante para o desenvolvimento das forças produtivas.

O colono livre, o pequeno proprietário, de relativa independência econômica, responsável pela renda pré-capitalista, não assume o papel central do desenvolvimento do processo econômico. Os resquícios feudais da economia colonial são determinados pela relação de dependência do colono com o senhor das terras, o fazendeiro, dono da grande

---

<sup>62</sup> O relatório de Krushev em 25/02/1956 condensa os crimes cometidos na época de Stalin. O processo de desestalinização não representou uma ruptura à esquerda ao esquematismo teórico stalinista, mas sim uma reafirmação das posições políticas anteriores com uma nova roupagem. Mesmo assim, promoveu crises em vários PC's no mundo. No caso do Brasil, Marighella e Prestes faziam parte neste momento da *ala conservadora*, contrária a realizar o debate interno vindo de Moscou. Posteriormente, aliaram-se a ala de centro do partido, capitaneada por Jacob Gorender, que iniciou o processo de "desestalinização" no Brasil e, internacionalmente, confluiu com a evolução política que conduziu à social-democratização dos PC's no mundo.

propriedade. Afinal, o colono livre no Brasil, como já visto, não possui propriedade, ela é garantida por meios artificiais pelo Estado que privilegia a concentração e o monopólio, visando satisfazer os interesses das empresas comerciais do mercado externo. A contradição é que a fonte de riqueza do fazendeiro deriva da apropriação do trabalho do colono, ou seja, da combinação entre a renda-trabalho e a renda-produto.

O fazendeiro exige que o colono lhe venda em primeiro lugar os cereais que plantou. Plantando para si mesmo, o colono, colocado aparentemente na posição de produtor independente, além do produto necessário, se apropria, ele mesmo, do produto suplementar, isto é, do excedente do trabalho necessário à sua manutenção. Pois bem, o produto suplementar do colono (resultante do plantio feito por sua conta) é obrigatoriamente vendido ao fazendeiro que lhe retribui com um preço abaixo do valor do produto suplementar. Nesse caso, o colono entra com uma parte do produto que plantou, o fazendeiro se apropria da renda-produto. É um novo pagamento em espécie que lhe faz o colono, na prática. (MARIGHELLA, 1958, s/p)

Apesar dos resquícios pré-capitalistas da fazenda de café, com a presença das relações de dependência e do emprego do regime de trabalho escravista, ela também se constituiu como uma empresa capitalista: na sua estrutura também tinha a presença do colono assalariado e de um regime salarial extensivo aos demais trabalhadores. Como não havia a figura do locatário capitalista (arrendamento da terra), o fazendeiro era ao mesmo tempo o latifundiário e o capitalista. Realizava a junção da escravidão salarial (dependência pessoal) com a renda oriunda do trabalho assalariado para dar conta do objetivo que girava em torno da venda direta da matéria-prima (grãos). Estabeleceu-se, assim, a confluência entre as relações pré-capitalistas e capitalistas. O fazendeiro se apropriou, na condição de latifundiário, da renda trabalho, a renda pré-capitalista e mais a renda oriunda da terra; e na condição de capitalista, da renda absoluta e diferencial, mais a renda pré-capitalista e o lucro (oriundo da exploração da força de trabalho).

Neste quadro, a renda pré-capitalista ainda possuía uma presença importante nas relações agrícolas, contudo já se admitia a penetração do capitalismo no campo, gerando renda, e fazendo com que o colono, separado dos meios de produção e da propriedade, vendesse sua força de trabalho. Contudo, dentro de um regime de dependência ao senhor,

preso às formas feudais e semifeudais, o que levou Marighella caracterizá-lo como *semiproletário*.

E só em tais condições seria possível, ao lado de tal fenômeno, processar-se outro, em sentido inverso, mas igualmente curioso: o do colono explorado, que reúne, a um só tempo, no mesmo elemento, o homem "liberto" dos meios de produção, o assalariado, e o homem jungido às formas de exploração feudais e semifeudais, produzindo renda-trabalho, percorrendo toda a gama da renda pré-capitalista, produzindo renda diferencial e absoluta e enchendo o fazendeiro de lucros. Escravo ao mesmo tempo do regime do salariedade e do feudalismo, não é proletário e ao mesmo tempo o é; não é um servo e ao mesmo tempo o é. A condição para que se afirme como proletário, ainda quando sujeito a um contrato com o fazendeiro, é que receba o seu salário em dinheiro. Isto, porém, nem sempre acontece. Dado que a produção de café é mais destinada ao comércio exterior e a servir aos interesses do imperialismo e dos grandes fazendeiros, pouco contribui para o desenvolvimento do meio circulante no campo. O fazendeiro prefere fazer correr o seu dinheiro nos centros urbanos. Para o colono reserva o vale, um pedaço de papel, o bororó, o cascudo, complemento da instituição do armazém ou do barracão, remanescente do feudalismo, que aniquila de vez o caráter "livre" da força de trabalho do colono.

O colono situa-se assim na condição de um semiproletário. (MARIGHELLA, 1958, s/p)

É importante ressaltar, que do ponto de vista social, Marighella concebe o colono como resultado do processo de importação da mão de obra estrangeira, do final do Sec. XIX e o início do XX, constituindo a maior parte (88%) das fazendas de café. A pressão da luta de classes no campo vai modificar as relações de trabalho no desenvolver dos tempos, com melhores contratos e condições, mesmo com a manutenção do monopólio da terra. O mesmo que para Marighella, vai pressionar cada vez mais o colono a assumir as reivindicações operárias. Assim como a não quebra desse monopólio vai determinar que o impacto da luta de classes apenas altere as formas de exploração do colono: o proprietário continua absorvendo a renda da terra, a renda pré-capitalista e a capitalista. Mesmo diante da evolução desse colono, a partir de melhores condições de trabalho, para a condição de empreiteiro individual, não modifica substancialmente a propriedade da terra.

Em relação ao programa para o campo brasileiro as readequações realizadas por Marighella não representaram uma alteração significativa do que o PCB já defendia na década de 30. Mantém-se, a rigor, o esquema *etapista* criticado pelos oposicionistas e por CPJ. Se,

por um lado, admitiu-se nessas teses o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, de outro lado, a preocupação em torno de resguardar os empreendimentos industriais como expressão da política de alianças, colocou como centro da atuação a eliminação das formas de renda pré-capitalista. Tratou-se, portanto, de organizar programaticamente a luta em torno do pleno desenvolvimento capitalista no campo como fator de uma política nacional baseada na independência econômica.

Esse objetivo assumiu a condição de preceder a tarefa da eliminação do monopólio da terra. Pode-se dizer que foi criada mais uma etapa, pré-revolução burguesa no Brasil, que se constituiu na extensão da legislação trabalhista ao campo. Reivindicação também defendida por CPJ. Uma atuação que buscava institucionalizar a luta de classes no campo, com a criação de sindicatos agrícolas, um processo que se intensificou nos anos 50 e 60. Por diferentes caminhos e caracterizações, percebe-se assim um ponto de convergência programático entre CPJ e o que o PCB vai ajustar na sua plataforma no V Congresso, no sentido de deixar em segundo plano a luta pela reforma agrária radical, hierarquizando a luta por melhores condições de trabalho e reformas de base que pudessem estabelecer algum tipo de desenvolvimentismo econômico no capitalismo nacional.

A eliminação do monopólio da terra deverá ser precedida da abolição das formas de renda pré-capitalista, pelo menos da renda-trabalho e da renda-produto. Isto implica resguardar os empreendimentos industriais do campo, extinguindo, porém, as formas feudais de exploração, estendendo a legislação trabalhista ao campo, separando a usina da terra, retirando aos frigoríficos a posse das invernadas, criando a propriedade parcelária, baixando o arrendamento, prorrogando os contratos de arrendamento, incrementando o crédito agrícola e dando fim ao capital usurário, assegurando a posse da terra ao posseante, acabando com o despejo e a instituição do grilo, empreendendo, enfim, modificações radicais na estrutura agrária. (MARIGHELLA, 1958, s/p)

### **3.4. A herança escravista do regime político brasileiro e as pressões nacionais na LCI.**

Apesar de termos assumido o consciente risco de caminhar muito para frente em relação à política e o programa do PCB, com o objetivo de realizar o debate sobre a questão nacional, faz-se necessário retornar aos anos 30, e compreender como esses atores do processo responderam aos desafios daquele momento.

A ANL era a materialização tática mais definida da estratégia pecebista depois do fracasso do BOC.

A IC estava determinada a superar definitivamente o amálgama entre a política do 2º e 3º período no Brasil, a partir da figura prestigiada de Prestes, aglutinando setores nacionalistas e da pequena-burguesia para a sua revolução democrática. Tratava-se de uma frente anti-imperialista com estes setores com vistas às tarefas ligadas à libertação nacional, como a reforma agrária, a proteção dos pequenos proprietários e a consolidação de um governo popular com uma plataforma nacional-desenvolvimentista. Nela estavam intelectuais, como o próprio CPJ, e militares que haviam participado da Coluna Prestes nos anos 20.

Para instalar esse governo, a linha articulada em Moscou, quando Prestes ainda se encontrava na URSS, pretendia organizar um levante armado, que se aproveitasse da influência de massas da ANL e conquistasse apoio de uma fração da burguesia nacional em conflito com a dominação imperialista. Era o ápice da política do terceiro período do PCB, sob as diretrizes da Seção Sul-Americana da IC de instaurar um governo nacional-revolucionário. No seu texto *O "Terceiro Período" dos erros da Internacional Comunista*<sup>63</sup> Trotsky realizou uma polêmica com os dirigentes do PCF à luz da orientação política da IC, criticando-a por encarar a radicalização como um princípio político e não como parte da caracterização do estado de ânimo das massas. A radicalização das massas deve ser medida não somente pelo caráter (conjuntural ou como expressão das tarefas históricas da classe operária) dos movimentos grevistas, mas, sobretudo, ao nível de influência do partido comunista, a partir da sua inserção na vanguarda operária.

No caso da França as greves do pós 1ª guerra mundial expressavam a influência da situação revolucionária aberta na Alemanha, ou seja, a crise da sociedade capitalista. A partir da derrota do processo revolucionário caiu o número de greves, e a partir de 1928 se estabeleceu uma retomada conjuntural, que a IC (e os dirigentes do PCF) para justificar a política do III período, definia como um processo de radicalização do movimento de massas, ao passo que diminuía a influência política dos comunistas nos sindicatos. No caso brasileiro, e nos países da América Latina, de certa forma os problemas de orientação eram mais complicados, já que se pretendia arrastar setores da burguesia nativa para uma revolução

---

<sup>63</sup> Capítulos publicados no jornal *The Militant* no fim de 1929 e início de 1930.

democrática e nacional, por meio de métodos radicalizados (levante armado). Apostava-se dessa maneira, que uma fração da burguesia encampasse a aventura e aumentasse a influência dos comunistas.

No seu estágio inicial, a ANL possuiu, de fato, uma grande projeção popular. Entretanto, conforme ficavam mais evidentes as intenções comunistas, a burguesia nativa não assumiu o projeto, o que levou a uma relação de forças favorável para Vargas, em 1935, colocar a ANL na clandestinidade com base na Lei de Segurança Nacional. O PCB passou a exercer hegemonia na frente popular, combinou uma atuação clandestina de Prestes com militantes de outras seções, como Olga Benário, e passou a articular o movimento armado.

A tentativa de *putch revolucionário*, como era de se esperar, fracassou. E abriu espaço para um salto de qualidade na perseguição a todas as organizações operárias. Militantes trotskistas também foram presos e Pedrosa foi obrigado a fugir do país. A burguesia nativa não embarcou na aventura comunista. Pelo contrário, apoiou a brutal repressão que se assentou sobre o movimento operário.

Após a importante batalha dirigida contra os fascistas, a LCI, também pressionada pela linha ultraesquerdista do PCB, unilateralizou a dimensão de influência da extrema direita. Chegou a considerar que o movimento de Vargas para barganhar melhores condições de negociação com o imperialismo norte-americano era uma sinalização de aproximação com os países do eixo nazifascista. Isso levava a organização a aprofundar o seu centro na luta antifascista e secundarizar o problema estratégico da questão nacional.

Não se trata, absolutamente, de dizer que a LCI colaborou ou fez parte da política do PCB. Contudo, faz-se necessário um balanço importante da caracterização da situação nacional, pois elevou como centro da sua política a luta antifascista, principalmente pela pressão dos êxitos conquistados no combate na praça da Sé. Isso levou a organização a unilateralizar a tendência para que a ascensão fascista no Brasil se consolidasse como aspecto determinante da política nacional. Relativizou, portanto, a força social do nacionalismo burguês que impôs a Vargas, em última instância, se alinhar com a geopolítica do imperialismo norte-americano.

O fascismo era um fator de risco objetivo na realidade política nacional, demonstrado no episódio da Praça da Sé e na organização das forças integralistas, que possuíam inclusive

participação no Governo. Entretanto, conforme a pressão do imperialismo norte-americano (contrário à aliança política do Brasil com Alemanha e Itália) se acentuava com a instauração de duas bases militares no Nordeste, sobressaía-se o caráter bonapartista do varguismo.

Vargas manobrou sistematicamente entre os interesses do imperialismo dos EUA/ Inglaterra e da Alemanha buscando redefinir as relações econômicas do Brasil, que estavam diretamente condicionadas com o primeiro. Vargas implementou um regime bonapartista que, em alguns momentos se apoiava na classe operária, de forma arbitrária, para promover o desenvolvimento capitalista industrial, algumas vezes se enfrentando no interior do bloco no poder com os interesses da burguesia mercantil-bancária. Nisto se constituiu o nacionalismo varguista, uma variante nacional-desenvolvimentista de dominação política. Modelo esse que teve seu apogeu na segunda metade dos anos 1950, no governo JK.

Para aprofundar a análise da formação social brasileira deste período é necessário compreender que a classe operária abrangia um setor mais vasto do que a concentração na incipiente indústria que começava suas atividades no país. Eram também milhares de trabalhadores no campo condicionados à herança do regime escravista e cada vez mais ao *coronelismo* que mantinham os laços de dependência pessoal ainda vigentes no capitalismo brasileiro. Ao longo do tempo, esses trabalhadores transitaram para os grandes centros urbanos assumindo trabalhos precários e condicionados a uma superexploração superior aos trabalhadores brancos, e um nível brutal de opressão social; justamente, onde a LCI, como parte em geral da própria esquerda, não concentrava a sua construção. O centro de gravidade em São Paulo ainda era um espaço político e social que não correspondia à realidade estrutural do país, constituído por uma maioria da população negra - a maior depois da África - fruto de uma herança histórica do tráfico de escravos e de um regime escravista que perdurou durante séculos.

A esquerda brasileira de conjunto no início do séc. XX não deu a importância necessária para o problema da opressão aos negros no Brasil. Mesmo a LCI, com suas pioneiras teses sobre o caráter da formação do capitalismo no Brasil, secundarizou a divisão imposta pela burguesia de uma massa assalariada (pauperizada) e um outro exército de trabalhadores, na sua grande maioria negros, em condições que transitaram desde o regime escravista até a escravidão moderna (continuidade do tráfico interno mesmo após a abolição),



fruto das relações pré-capitalistas de dependência pessoal do campo. Como já dissemos no capítulo anterior, o capitalismo no regime colonial conviveu um vasto tempo com a escravidão. Até as frações ditas *modernas* da burguesia nativa, ligada a produção de café, geraram suas riquezas com a opressão dos negros e a superexploração do trabalho escravo.

Para aprofundar essa reflexão é necessário recorrer novamente às referências teóricas. Almeida demonstrou como Lênin estabelecia uma significativa importância para a relação de dependência entre as formações sociais hegemônicas dos países coloniais e a dominação imperialista, no sentido de que à questão nacional pudesse desenvolver situações revolucionárias. Isso porque o colonialismo - fator determinante da época imperialista na primeira guerra mundial - aprofundou o capitalismo nas colônias e aumentou significativamente a opressão sobre as nações oprimidas. Lênin observou a existência de um conteúdo democrático geral nesse tipo de nacionalismo inserido na perspectiva da nação oprimida e a possibilidade de articulação deste conteúdo com a luta pelo socialismo no processo de desenvolvimento das revoluções nos países coloniais e semicoloniais. Almeida conceituou esse conteúdo democrático de nacionalismo como *nacionalitarismo*<sup>64</sup>.

O direito à autodeterminação nacional, defendido por Lênin e ratificado em vários congressos da IC, vinha do fato de que o imperialismo limitava a autodeterminação nacional e muitas nações não podiam constituir seu Estado-próprio. Contudo, para não retornar ao debate já bastante desenvolvido no primeiro capítulo sobre o conceito de nacionalismo, o interesse neste momento é estabelecer o paralelo existente na tradição marxista, desde a III Internacional, entre a questão negra e a questão nacional. Já no II Congresso da IC, de 1920, Lênin "conclamou os negros dos Estados Unidos a imprimirem ao movimento deles uma perspectiva revolucionária" (LENIN *apud* ALMEIDA, 2012, p. 119).

Esse paralelo pode ser explicado como a constituição de uma *nação dentro de uma nação*. Quando os valores culturais, étnicos, linguísticos etc. não são reconhecidos pelo Estado nacional. Como o caso do povo africano, negros que sofriam a segregação nas colônias da África subsaariana e na África do Sul independente com o regime do apartheid; nos EUA; e que foram escravizados nas colônias e semicolônias da América Latina. No IV

---

<sup>64</sup> Recorro ao conceito empregado no artigo *Nacionalitarismo, anti-imperialismo e democracia: um desafio teórico-prático que se repõe para o marxismo no século XXI*.

Congresso da IC, inclusive, ocorreram elaborações específicas que relacionam a questão de opressão racial ao problema nacional.

A história dos negros americanos preparou-os para desempenhar um papel importante na luta de libertação de toda a raça Africana. Há 300 anos, os negros Americanos foram arrancados da sua terra natal Africana, transportados para a América em navios negreiros e, em condições indescritivelmente cruéis, vendidos como escravos. Por 250 anos, eles foram tratados como gado humano, sob o chicote do feitor Americano. O seu trabalho limpou as florestas, construiu as estradas, cultivou o algodão, construiu as ferrovias nas quais repousa a riqueza da aristocracia do sul dos EUA. A recompensa para seu trabalho era o analfabetismo, a pobreza e a degradação. Os negros não eram escravos dóceis; a sua história é cheia de revoltas, rebeliões, e uma luta clandestina pela liberdade, mas todos os seus esforços para se libertarem foram violentamente reprimidos. Eles foram torturados, enquanto a imprensa burguesa justificava a sua escravidão. Quando a escravidão se tornou num obstáculo que impede o desenvolvimento pleno e irrestrito da América para o capitalismo, quando esta escravidão entrou em conflito com a escravidão do trabalho assalariado, ela teve que ceder. A guerra civil, que não era uma guerra para a emancipação dos negros, mas uma guerra para a preservação da hegemonia industrial do Norte, confrontou os negros com uma escolha entre o trabalho forçado no Sul e a escravidão salarial no Norte. O sangue, suor e lágrimas dos "emancipados" negros ajudaram a construir o capitalismo Americano, e quando o país, que agora se tornou uma potência mundial, foi inevitavelmente puxado para a [primeira] Guerra Mundial, os negros Americanos ganharam igualdade de direitos com os brancos... para matar e para morrer pela "democracia". (TESE SOBRE A QUESTÃO NEGRA)

O debate realizado entre Trotsky e CLR James, co-fundador da IV Internacional e naquele momento dirigente da SWP norte-americana, deu continuidade a essas elaborações sobre como encarar a questão negra. Já que, posteriormente, o stalinismo distorceu o programa da autodeterminação por meio da defesa da anexação, ou seja, pela imposição de um Estado-próprio<sup>65</sup>, separada da tarefa estratégica de auto-organização das classes dominadas. Trotsky na sua discussão com James remarcou a defesa da autodeterminação pela perspectiva da organização da luta dos negros contra o imperialismo, no sentido que se fosse esse o desejo da população negra nos EUA, os marxistas deveriam apoiar incondicionalmente, assim como apoiariam a luta de todos os povos oprimidos.

---

<sup>65</sup> Em referência à declaração da República Socialista Soviética da Geórgia em 25/02/1921, após a invasão de Stalin para derrubar o governo social-democrata e anexar o território à URSS, desvinculado da estratégia leninista em se apoiar na luta dos trabalhadores e dos camponeses pobres por meio da defesa do programa (se assim os trabalhadores quiserem) da autodeterminação nacional diante a opressão imperialista.

A principal pressão no contexto dos EUA naquele momento era o fato de que, por se tratar de um país imperialista, possuía uma forte aristocracia operária branca que, na prática impunha limites para a organização e luta do movimento negro, assim como não dava vazão para que este expressasse suas reivindicações. Em outros termos, acabava por esmagar a organização dos negros. Ao mesmo tempo em que Trotsky chegava a afirmar que os comunistas poderiam defender o programa da autodeterminação, independente das posições do movimento negro, isso não poderia ser uma ordem ou uma imposição em torno da luta contra o imperialismo.

Nós não devemos obrigar os negros a se tornarem uma nação, se eles são ou não isso é uma questão para eles, ou seja, o que eles desejam e pelo que lutarão. Nós dizemos: se os negros querem isso, nós lutaremos contra o imperialismo até a última gota de sangue, pois isto é direito deles, não importa onde e como, de separar um pedaço de terra para si próprios. (...) Não podemos tentar convencê-los a se separarem dos EUA, mas eles têm o direito de autodeterminar suas demandas e nós os apoiaremos e defenderemos com tudo que estiver a nossa disposição e conquistaremos este direito, da mesma forma que defendemos todos os povos oprimidos (TROTSKY, 1940, pp. 07-09)

Trotsky aborda os problemas da questão nacional nos países coloniais sob o signo da questão agrária. Em outras palavras, a revolução nacional nesses países assume forma concreta em base ao programa que defenda a revolução agrária. Nesse sentido, o problema nacional é relacionado diretamente, e ao mesmo tempo, pela opressão imperialista, e pelos setores que mais sentem essa opressão no território nacional. No caso do Brasil e de vários países latino-americanos, os negros e os povos indígenas (originários) - usurpados de terras e escravizados pela minoria branca da elite vinculada à metrópole.

Na Rússia czarista essas questões também assumiram um contorno importante. A tomada do poder pelo proletariado russo só foi possível e concebida pelas nacionalidades oprimidas, em especial pelo movimento camponês, que expressava as contradições da opressão nacional pelo fato de não possuir terras que garantissem sua liberdade e suas condições de vida. E não pelo fato de uma suposta aspiração nacionalista da burguesia russa, ou pela atuação em bloco de uma série de partidos pequenos-burgueses nacionalistas. A hegemonia operária se realizou, através da ditadura de classe, com o apoio da massa

camponesa oprimida, que enxergou no proletariado uma alternativa diante da opressão czarista, opressão que, por sua vez, era articulada por relações de dominação de classe.

Ao analisar *O problema nacional e as tarefas do partido proletário*, Trotsky em 1935, observou que a revolução social nos países coloniais, no caso a África do Sul sob dominação do imperialismo britânico, possui um caráter nacional, e, por essa via, a revolução social também é uma revolução agrária. No sentido que não pode ser concebida em base à dominação imperialista. A revolução na metrópole assume como centro das suas tarefas o enfraquecimento da burguesia nativa, no que diz respeito ao apoio que ela recebe em manter suas possessões e domínios na sua respectiva colônia.

Na África do Sul havia dois cenários para a derrubada da dominação inglesa. O primeiro resultante da derrota militar, e conseqüentemente, da decomposição do regime de dominação britânico. O que permitiria que a burguesia nativa - minoria branca - assumisse a dominação sobre a maioria negra, ainda que num curto intervalo de tempo. O segundo, podendo ser fruto do primeiro, estabelecia o curso revolucionário na Inglaterra e nos seus domínios na África do Sul. Para tal, necessariamente, esse processo revolucionário passaria por uma massa oprimida de trabalhadores negros e indígenas, que enxergariam nas suas próprias forças o motor da confiança para resolver os problemas nacionais, através da instauração de uma república negra. O que criaria as condições necessárias para a igualdade de direitos entre brancos e negros, assim como desenvolveria relações fraternais e de solidariedade entre as raças.

Era sob esses aspectos que o Partido proletário deveria "em palavras e atos, aberta e ousadamente, tomar nas suas mãos a resolução do problema nacional (racial)" (TROTSKY, 1935, s/p). O instrumento para isso, não é outro senão a luta de classes e a via revolucionária. Portanto, a ideia do PCB, de uma revolução nacional pacífica, em aliança com frações da burguesia doméstica, sem responder ao problema agrário na revolução social, advém de uma compreensão abstrata do ponto de vista democrático da IC, a partir de 1924: a emancipação nacional se realizaria acima das relações de classe. A burguesia relegaria seus interesses materiais imediatos, adquirindo uma força imaterial contra o imperialismo e a opressão nacional.

Para Trotsky, deve-se rejeitar a formação de blocos anti-imperialistas policlassistas como o BOC brasileiro ou o Kuomintang na China, geralmente conformados por partidos nacionalistas da pequena burguesia radicalizada. Essas frentes de atuação estabelecem como uma prerrogativa ideológica a falsa possibilidade de combater o imperialismo por fora das condições de dominação de classe que o engendram. O enfrentamento com a dominação imperialista necessariamente pressupõe que o partido proletário se apoie nas nacionalidades oprimidas e não em palavras de ordem nacionais e democráticas, vazias de conteúdo concreto. Em última instância, significa dizer que o partido deve influenciar o proletariado da metrópole, ou o trabalhador branco da colônia, no seu apoio ao direito do povo negro - e dos povos oprimidos - a constituir um Estado particular, se assim determinar a sua experiência histórica.

É preciso reconhecer absolutamente e sem reservas o direito total e incondicional dos Negros à independência. É apenas sobre a base de uma luta comum contra a dominação dos exploradores brancos que poderá se elevar e se reforçar a solidariedade entre os trabalhadores negros e trabalhadores brancos. É possível que após a vitória, os Negros considerem inútil a criação na África do Sul de um Estado negro particular. Naturalmente, nós não lhes impondremos um separatismo de Estado. Mas que eles o reconheçam livremente, com base na sua própria experiência, não debaixo do chicote dos opressores brancos. Os revolucionários proletários não devem nunca esquecer o direito das nacionalidades oprimidas a dispor de si próprias, inclusive o seu direito à completa separação, e o dever do proletariado da nação que oprime a defender este direito, inclusive, se necessário, com armas na mão! (TROTSKY, 1935, s/p)

O domínio da minoria branca não é, e nunca será, igual ao domínio da maioria negra nos países como o Brasil. Trata-se, justamente, de estabelecer a pavimentação de um terreno necessário para o empreendimento da revolução social. Apenas sobre essas bases reside a possibilidade de criar relações igualitárias e solidárias entre as raças e culturas. Os camponeses, os povos oprimidos, os trabalhadores negros e indígenas escravizados no processo histórico brasileiro sentem mais diretamente os problemas relacionados à terra, do que abstrações democráticas no plano nacional. E por isso, as palavras de ordem necessitam dar mais vazão ao sentido da revolução agrária, como aspecto central de responder o problema da questão nacional.

Se, por um lado, nos escritos fundacionais da LCI a defesa da reforma agrária radical sempre foi um fator preponderante na constituição da hegemonia operária, por outro lado, carece nas suas formulações à continuidade dos debates desenvolvidos na tradição marxista<sup>66</sup>, presente na história da IC, sobre as lutas dos negros, que sofreram diretamente a opressão e exploração capitalista, sob as bases de dominação da coroa portuguesa, britânica e espanhola. Justamente nessa herança que se edificará a dominação do imperialismo norte-americano na América Latina. Assim como Trotsky identificou no processo africano a possibilidade soviética para realizar as tarefas do socialismo, no Brasil o impacto que teria um "Outubro negro" seria determinante para a derrubada do império estadunidense no continente.

A derrubada da dominação britânica sobre a população negra da África do Sul não significará, bem entendido, a ruptura econômica e cultural com a antiga metrópole, se esta se libertar dos saqueadores imperialistas que a oprimem. Por intermédio dos Brancos que ligarão nos fatos, numa luta comum, sua sorte à dos escravos coloniais atuais, a Inglaterra soviética poderá exercer sobre a África do Sul uma poderosa influência econômica e cultural, desta vez, não mais sobre a base de uma dominação, mas dos princípios de ajuda mútua proletária.

Mas a influência que a África do Sul soviética exercerá sobre todo o continente negro será, talvez, ainda mais importante. Ajudar os negros a alcançarem a raça branca, a fim de elevar-se, de mãos dadas, a novas alturas da cultura, tal será uma das mais nobres e grandiosas tarefas do socialismo. (TROTSKY, 1935, s/p)

Além desses aspectos, outros fatores que contribuíram para a absorção da LCI às pressões nacionalistas são oriundos da própria luta política com o PCB. Como os stalinistas naquele momento, fruto da sua orientação internacional, capitularam no combate ao nazifascismo, abrindo todo um espaço em SP para a LCI atuar politicamente, a sedução de manter esse centro na orientação era grande. Superestimando a tendência de consolidação do fascismo brasileiro e, pela mesma via, subestimando o peso do nacionalismo burguês.

O norte estratégico estava mais concentrado para ações militaristas contra a extrema direita do que para combater os desvios do nacionalismo que alinhavam a subordinação da burguesia imperialista. Essa política vanguardista contra as forças reacionárias propiciou

---

<sup>66</sup> Assim como representaram as contribuições sobre a questão negra do Partido Bolchevique Leninista, grupo trotskista organizado em 1931 como Oposição Comunista de Cuba, fração interna do PC cubano.

rupturas como as de Raquel de Queiroz e Vitor de Azevedo, que se opunham ao aventurismo militarista da LCI. Neste sentido, desconsiderou-se que o fascismo é uma reação burguesa à luta de classes, em particular em situações revolucionárias (marcadas pela derrota do movimento operário). No Brasil pela situação da luta de classes, à diferença de diversos países europeus e mesmo asiáticos, a burguesia não se jogou nos braços do fascismo, mas se dividiu entre a hostilidade e satisfação com o bonapartismo varguista, o qual teve grande sucesso em atrair o apoio de partes consideráveis dos trabalhadores.

Voltemos aos aspectos teóricos debatidos no primeiro capítulo desta dissertação. A pressão do nacionalismo burguês presente no regime político varguista escancarou a relação da questão nacional com a teoria da revolução permanente, no sentido da luta por hegemonia. Mas este nexos, especialmente nos aspectos programático e estratégico, não foi compreendido, naquele momento, de maneira suficiente pelos trotskistas brasileiros.

Mesmo assim, a LCI ainda tinha pontos de apoio. Os anos de luta política contra a estratégia equivocada do PCB ainda renderam frutos à organização. Em 1937, ela conseguiu capitalizar a ruptura da oposição classista do PCB, integrando esses militantes, como o bancário Augusto Besouchet e o jornalista Barreto Leite Filho, numa nova organização. Em janeiro deste ano foi fundado o POL, composto por Pedrosa, pelos remanescentes da LCI e pela nova camada que havia acabado de romper com o PCB.

O POL consegue ampliar sua influência política em outras categorias do movimento operário, com destaque para vidraceiros e tecelões. E realizou uma boa localização em São Paulo, para continuar influenciando a fração de Sachetta, estabelecendo como centro as críticas à política ultraesquerdista do PCB. Mesmo que seja muito difícil considerar a tentativa de insurreição de 1935 com algum programa revolucionário, manifestavam-se as pressões nacionalistas oriundas de uma espécie de tenentismo tardio.

O POL realizou, à diferença dos outros partidos, e inclusive da historiografia atual, uma análise do *programa* do levantamento da ANL como causa do seu fracasso (e não somente da sua "inoportunidade militar"): "quais as causas da derrota de Novembro? De um lado, a impotência em mobilizar os trabalhadores exclusivamente com palavras de ordem democráticas vulgares. De outro, a hostilidade não só da grande burguesia como até mesmo da maior parte da pequena burguesia para com a ANL e o seu golpe... Em Recife, alguns elementos de massa chegaram a participar do levante,

aceitando as armas que lhes eram oferecidas; não se mostraram, contudo, dispostos, a uma luta a fundo... Em Natal, cidade tipicamente pequeno-burguesa, apesar dos boletins do Comitê Revolucionário pretenderem que as forças revolucionárias se manteriam na maior fidelidade e respeito à propriedade e o lar... os 'senhores comerciantes' não quiseram saber de nada, e conservaram suas portas fechadas... Nas mãos de soldados e trabalhadores em armas, o esquema aliancista-prestista (revolução popular nacional) não conseguiu apagar as contradições de classe e não serviu para abrir-lhes as portas da burguesia." (COGGIOLA, 1984, Pp. 35-36)

A aproximação com a dissidência *Pró-Reagrupamento de Vanguarda*, dirigida por Saccheta, ocorreu com vistas às eleições previstas para 1938, a partir da tática eleitoral. Junto com Saccheta, o POL defendeu a candidatura simbólica de Prestes, contra a repressão ao movimento operário, enquanto o PCB apoiou nacionalmente o burguês José Américo. As eleições foram anuladas em 1937 pelo golpe de Vargas e a implementação do Estado Novo.

Formou-se, posteriormente, o *Comitê Pró Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária do Brasil*. Saccheta assimilou as críticas dos trotskistas à tese da burguesia nacional e à burocratização da URSS e desses debates resultou a fusão de sua fração, que tinha entre seus militantes a escritora Patricia Galvão (Pagu), com o POL. Em agosto de 1939, ocorreu então, a fundação do Partido Socialista Revolucionário, debilitado pelo fechamento do regime político varguista. Nos anos seguintes, o PSR, com a ruptura de Pedrosa com a IV Internacional, e após o assassinato de Trotsky, distanciou-se de suas posições originais.

No decorrer desse processo, iniciou-se uma nova fase do trotskismo internacional e em particular na América Latina. Foi a Quarta Internacional sem Trotsky e com todas as dissidências e lutas internas que resultaram na crise de direção com expressões importantes na América Latina, transferindo particularmente o centro do movimento trotskista para a Argentina.

### **3.5. A ruptura de Pedrosa e o caráter do Estado Soviético.**

Consideramos que as linhas escritas até agora serviram para entender a importância de Pedrosa na origem do trotskismo no Brasil. Tratava-se do dirigente que estabelecia o vínculo teórico da OIE com a sessão brasileira. Não por acaso, na ausência dele, os problemas



organizativos se sobrepuseram aos políticos, promovendo desagregação e dispersão entre os militantes da LCI.

Em 1938, indicado pelo POL, Pedrosa foi o único delegado da América Latina a participar do Congresso de fundação da IV Internacional, realizado na França. Assumiu tarefas na direção do Bureau Americano Oriental (Ásia e América), junto com os militantes do SWP norte-americano e da LCI mexicana até 1940. Entretanto, após o assassinato de Trotsky, Pedrosa participou junto com Max Schachtman, dirigente do SWP, da fração que questionou a defesa incondicional que Trotsky fazia da URSS, e passou a caracterizá-la como Capitalismo de Estado. A mesma posição foi assumida por outros dirigentes como Tony Cliff, do SWP britânico. Romperam todos com a IV Internacional, no início da 2ª guerra mundial, opondo-se à definição de Trotsky da URSS como um Estado operário degenerado. É importante notar que Trotsky caracterizou a URSS como "Estado Operário Degenerado", e não como "Estado Operário Deformado". Esta última caracterização foi usada, depois da morte de Trotsky, para os países do Leste Europeu, exceto a URSS.

Trotsky, no final da vida respondeu ao questionamento da fração norte-americana e de Schachtman. Na coletânea *Em defesa do marxismo*, estabeleceu a defesa incondicional da URSS e problematizou o seu significado contra a ala crítica minoritária do SWP. Adotou a posição estratégica de não impor nenhuma condição à burocracia do PCUS na defesa das bases sociais da revolução contra os ataques imperialistas. O caráter de classe define conquistas econômicas e sociais, que a burocracia conduziu a derrotas. Entretanto, necessariamente se apoia nas bases sociais do Estado: o monopólio do comércio exterior e a economia nacionalizada, diametralmente distintas do estado capitalista.

Nas suas cartas trocadas com Schachtman, Trotsky alertou justamente para não confundir as manobras da burocracia contra o movimento operário, com a natureza do Estado Soviético, cuja defesa dos seus próprios interesses apontava para a defesa da estratégia da revolução mundial.

Você insiste, especialmente, na necessidade de se abandonar a palavra-de-order de defesa incondicional da URSS, após isso, interpreta nossa utilização desta palavra-de-order no passado como nosso apoio incondicional à cada ação militar e diplomática do Kremlin, e portanto, à política de Stalin. Não, querido Shachtman, esta apresentação não

corresponde "ao concreto dos acontecimentos". Já em 1927, proclamamos no Comitê Central: "Pela pátria socialista? Sim! Pelo curso stalinista? Não (A escola de falsificação stalinista, p. 177). Então, você parece esquecer as chamadas "teses sobre Clemenceau", que significavam que em interesse da autêntica defesa da URSS, a vanguarda proletária poderia estar obrigada a eliminar o governo de Stalin e substituí-lo pelo seu próprio governo. Isto foi proclamado em 1927! Cinco anos depois, explicamos aos operários que esta mudança de governo poderia ser realizada somente através da revolução política. Dessa forma separamos, essencialmente, nossa defesa da URSS como Estado operário, da defesa da URSS da burocracia. Então, você interpreta nossa política anterior como apoio incondicional às atividades diplomáticas e militares de Stalin! Permita-me que lhe diga que tal coisa é uma horrível deformação de toda nossa posição, não só desde a criação da Quarta Internacional, mas desde o próprio início da Oposição de Esquerda. Defesa incondicional da URSS significa, literalmente, que nossa política não está determinada pela ação, manobras ou crimes da burocracia do Kremlin, mas somente pela nossa concepção dos interesses do Estado soviético e da revolução mundial. (TROTSKY, 1939, s/p)

A atenção que Trotsky concede à polêmica possuiu um caráter decisivo. Em sua correspondência, por diversas vezes fala ao amigo que posições que este defendia contribuíam apenas para o revisionismo pequeno-burguês, daqueles que igualam o Estado Soviético aos estados democratas e fascistas. O curso que tanto Schachtman quanto Pedrosa, seguiram, absorvendo as influências da tradição socialdemocrata, comprovaram que o revolucionário russo não estava de todo equivocado. Ainda que isso não tenha sido o fundamental. Naquele momento, tratava-se justamente de defender o princípio da defesa do caráter de classe do estado soviético.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A ruptura de Pedrosa marcou o que podemos definir a primeira fase do trotskismo no Brasil. Combinado a isso, o assassinato de Trotsky pela burocracia stalinista, em agosto de 1940, durante seu exílio no México, pode ser compreendido pela repressão generalizada às frações - à esquerda e à direita - do partido exercidas por Stalin desde a década de 1920. Contudo, também tem um significado específico: trata-se de um preciso cálculo político diante da situação revolucionária aberta pela 2ª guerra mundial. Ao se levar em consideração que a revolução russa se desenvolveu em meio à 1ª guerra mundial, reafirmando a etapa imperialista, caracterizada por Lênin de crises, guerras e revoluções, a preocupação de Stalin se concentrava justamente na possibilidade de novas revoluções operárias que superassem a política contrarrevolucionária da burocracia soviética. Como retratado em diversos momentos nos capítulos anteriores dessa pesquisa, em particular com a capitulação do PCUS no combate à ascensão do nazifascismo com a política de "terceiro período".

A morte de Trotsky resulta uma profunda crise na direção da Quarta Internacional. Inicia-se um processo marcado por divergências e lutas fracionais, com distintas caracterizações, prognósticos e, principalmente orientações entre os principais dirigentes, que se potencializaram nas sessões nacionais após o desfecho da segunda guerra mundial, com os EUA e a URSS como os principais vencedores. Podemos definir esse período como o *trotskismo de Yalta*. Esse conceito explica as características que o movimento internacional trotskista vai assumir na nova conjuntura geopolítica, marcada pela divisão das zonas de influência entre o imperialismo norte americano e a burocracia soviética, celebrado no pacto de Yalta/Potsdam.

Muitos debates e polêmicas existiram no interior desse processo. A questão nacional vai assumir novas problemáticas com as orientações da Quarta Internacional e sua nova direção, sem Trotsky. Entende-se aqui a fração vitoriosa do III Congresso da Quarta Internacional, a ala dirigida pelo dirigente grego Michel Pablo. Uma das polêmicas desse

congresso era como os revolucionários deveriam atuar diante do fenômeno do nacionalismo-burguês.

Nesse marco, todo o centro da discussão se voltará para a revolução boliviana em 1952, pois é justamente onde se desenvolveu a principal polêmica entre as frações da Quarta Internacional e, conseqüentemente o maior erro estratégico do período com a capitulação do POR boliviano ao apoiar a posse do governo burguês Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Serão apresentadas, problematizadas e desenvolvidas três posições do interior do partido em 1953 sobre o balanço do processo revolucionário. A revisão teórica de J. Ramos, a ruptura da ala pablista e posadista conquistando a maioria dos militantes do POR boliviano, e a posição de Guillermo Lora que prevaleceu no partido. Dirigentes como Pablo e Posadas, que compunham o SI (Secretariado Internacional) consideravam que os movimentos nacionalistas das semicolônias e países dependentes possuíam um caráter progressivo. Em contraposição a outra fração da CI (Comissão Internacional), formada por dirigentes do SWP e Nahuel Moreno na América Latina, que viam nesses movimentos uma essência reacionária. Entretanto, serão os primeiros que influenciarão a construção do POR brasileiro.

Os movimentos nacionalistas nos países latino-americanos foram concebidos estrategicamente pela IV Internacional naquele momento sobrevalorizando a tendência de uma escalada militar durante a guerra fria e um suposto giro à esquerda do stalinismo, que levou à formulação da orientação política concreta de entrismo *sui generis* das sessões trotskistas nos PC's. Tática que levou à dissolução do POR no interior do PCB e, conseqüentemente, no próprio nacionalismo burguês e pequeno-burguês as quais o stalinismo se associou.

Novamente, a ausência de uma política de independência de classe, baseada na classe operária como sujeito hegemônico para resolver as tarefas democráticas da revolução nacional em fusão com as tarefas socialistas da revolução internacional, levou os trotskistas a ficarem na marginalidade no processo que culminou na derrota do golpe militar de 1964.

Esse preâmbulo demonstra como os problemas tratados nessa pesquisa para responder à questão da soberania nacional, sob o julgo do imperialismo norte-americano, em contraposição à conciliação stalinista com a fração nacionalista da burguesia, elevaram-se em magnitude ainda mais dramática com a abertura da situação revolucionária entre 1961-1964 no Brasil. Esperamos que as conclusões teóricas e políticas obtidas nesta dissertação contribuam para a continuidade dos estudos sobre a história do movimento trotskista no Brasil.

Nesta parte final buscaremos sintetizar as principais conclusões que essa pesquisa sobre as relações do trotskismo no Brasil e a questão nacional (1927-1940) propiciou:

1-) *Cabe a classe operária assumir uma função hegemônica antes de exercer a dominação política* - Essa é uma questão articulada e desenvolvida no primeiro capítulo, em base ao questionamento de Poulantzas acerca da concepção de hegemonia em Gramsci. Responder a ela foi a premissa fundamental sobre a hipótese teórica da TRP, que concebe a classe operária como sujeito social hegemônico na fusão das tarefas da revolução nacional com as tarefas da revolução socialista. Teoria a qual estabeleceu as principais diretrizes de atuação da OIE e deu origem ao trotskismo no Brasil com a construção da LCI.

Para clarificar essa definição deve-se partir da tese que a realização plena da hegemonia, tanto para Poulantzas como para o próprio Gramsci, somente se efetivará com a dominação política do proletariado. Contudo, a relação atribuída a Gramsci entre hegemonia e dominação não nos parece uma simples contraposição, mas sim um nexos dialético que engloba diversos momentos e situações políticas abertas pela própria crise de hegemonia burguesa.

2-) *Crise de hegemonia, nacionalismo e Bonapartismo* - Nos termos dessa formulação teórica, o nacionalismo é fator determinante de estruturação de um regime político burguês, pois se trata de um regime de dominação política nacional. Ao mesmo tempo em que se expressa a ideologia nacional na estrutura política do Estado (no sentido de ocultar a dominação de classe), determinadas apropriações do nacionalismo podem assumir um conteúdo democrático nos países de formação capitalista atrasada, onde respectivamente a sua

burguesia nativa é incapaz de resolver os problemas relacionados à questão da libertação nacional.

Essa contradição permite abertura de situações políticas complexas, marcadas pela crise de hegemonia da burguesia, mas que não necessariamente se desenvolve rumo a situações revolucionárias. Promove-se, assim, a tendência a regimes bonapartistas, analisadas por Gramsci e principalmente por Trotsky. Como afirmou Felipe Demier, o recurso a este conceito referenciado nas elaborações de Marx sobre o *18 Brumário de Luís Bonaparte*, foi essencial para o distanciamento em relação às teses stalinizadas da IC, que caracterizavam qualquer regime autoritário como fascismo. Trotsky utilizou a definição de *bonapartismo* em diversos momentos, entre eles para caracterizar a situação dos regimes políticos dos países da América Latina. Como lembramos no primeiro capítulo, atribuía a eles uma qualificação de *sui generis*. Demier propõe a ampliação do recurso este conceito adotado originalmente para a análise dos governos de Cárdenas no México e do Estado Novo de Vargas no Brasil:

Consideramos que esses dois fragmentos citados são demonstrativos das elaborações do revolucionário russo acerca da natureza dos regimes políticos que se proliferavam na região a partir da década de 1930. Em função de um desenvolvimento retardatário do capitalismo, os Estados latino-americanos tendiam a assumir formas bonapartistas, dada a relação, própria aos países atrasados, entre capital estrangeiro, burguesia nacional e o proletariado. Numa conjuntura de crise do sistema capitalista mundial que teria proporcionado uma maior autonomia às nações subordinadas ao capital imperialista, os governos burgueses da América Latina viam-se obrigados a optar (...) entre se apoiar nas massas trabalhadoras para barganhar com o imperialismo ou simplesmente se render a este impondo àquelas um "regime fascista" (...) (DEMIER, 2008, p. 99)

3-) *A plataforma política da LCI sob as bases teóricas da TRP* - Trata-se fundamentalmente da reflexão desenvolvida no segundo capítulo acerca de como as teses da TRP chegaram ao Brasil: por meio da relação que Pedrosa estabeleceu com os oposicionistas franceses e o seu intercâmbio com os principais intelectuais do partido que aderiram às ideias trotskistas, entre eles Livio Xavier e Rodolpho Coutinho. A partir daí, a luta política que realizaram organizando uma fração interna no PCB contra o amálgama que a direção deste

partido fez das orientações políticas do Segundo e Terceiro período da IC. Os balanços sobre o comitê Anglo-Russo, da Revolução Chinesa e as críticas à política interna do PCUS foram fundamentais para a construção da plataforma política com vistas a criação do GCL e, posteriormente, da LCI.

4-) *O processo de constituição do centro de gravidade em SP e a batalha pela frente única operária Anti-Fascista* - Esta foi a maior contribuição da pequena organização marxista na luta de classes no Brasil. A partir da posição conquistada na direção do sindicato dos trabalhadores gráficos em SP e com a direção do grupo concentrada neste estado, assumindo editoriais de jornais como o *Homem Livre*, a LCI se colocou à frente da montagem de uma coligação da esquerda contra a ascensão do fascismo no Brasil, impondo um duro golpe à AIB após o episódio conhecido como a *Revoada dos Galinhas Verdes* na Praça da Sé. O que permitiu à LCI ter êxito nessa política foi justamente a concepção em torno da necessidade de uma frente única operária antifascista, em contraposição à orientação de *classe contra classe* defendida pelo PCB sob as diretrizes de Moscou. A LCI impôs a participação do comitê regional do PCB, que foi pressionado a compor a manifestação mesmo diante da posição contrária da direção.

5-) *A caracterização da LCI sobre a formação do capitalismo no Brasil* - Outra contribuição pioneira do ponto de vista teórico foi o questionamento às teses pecebistas que negavam a inserção da dinâmica do capitalismo internacional na formação social brasileira. A LCI demonstrou como o desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi resultado da interação de traços pré-capitalistas da economia colonial com os elementos capitalistas oriundos do mercado europeu, que determinou a formação de uma burguesia nativa dependente da dominação imperialista. Esta burguesia foi incapaz de se integrar ao processo revolucionário, a não ser para abortá-lo. Chocou-se, portanto, com a política de alianças do PCB que separava a etapa da revolução democrática-nacional da revolução socialista.

6-) *As pressões nacionais e a questão negra* - São os principais fatores que podemos concluir que levaram ao desenvolvimento da crise da LCI. Por um lado, a pressão do aventureirismo militarista do PCB na década de 1930 a partir da ANL, que impôs uma lógica de radicalização dos métodos que não acompanhou a radicalização do estado de ânimo das

massas. Por outro lado, a exclusividade e a unilateralização da hipótese fascista no Brasil, que não apreendeu as barganhas do governo Vargas no interior das relações entre o imperialismo norte-americano e europeu. Esses dois fatores interagiram com a *pressão dos êxitos* conquistados na Praça da Sé, e desembocaram numa orientação que não compreendeu ao fenômeno do nacionalismo burguês no Governo Vargas, como governo que reordenou a fração dominante da burguesia em torno da modernização da indústria nacional, sem romper com a subordinação ao imperialismo.

E, finalmente, a ausência de abordagem, pela LCI da questão negra como integrante da questão nacional. Neste caso, não deu continuidade nas elaborações presentes na tradição marxista da história da IC, em torno das teses sobre as lutas do movimento negro e como essas lutas possuem relação direta com a tarefa da libertação nacional do jugo da opressão imperialista. Afinal, a população negra estava entre os que mais sentiam os efeitos da dominação imperialista. Como ficou demonstrado nesta dissertação, o desenvolvimento da formação do capitalismo no Brasil conviveu séculos, mesmo após a abolição, com a escravidão. O problema da concentração da propriedade rural e a ausência de uma reforma agrária radical, potencializavam a opressão dos negros. Parcela considerável da população brasileira.



## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Fulvio. **A Revoadá dos Galinhas Verdes**. Uma história de luta contra o fascismo no Brasil. São Paulo: Editora Veneta, 2014.
- ABRAMO, Fúlvio. **Na contracorrente da história**: documentos da Liga Comunista Internacionalista 1930. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Burguesia nacional e burguesia interna**: elementos para a análise da atual fase do imperialismo. Lutas Sociais, São Paulo, n. 42, p. 204-219, jan./jun. 2019.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Ideologia nacional e nacionalismo**. São Paulo: EDUC, 1995.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Nacionalitarismo, anti-imperialismo e democracia**: um desafio teórico-prático que se repõe para o marxismo no século XXI. Lutas Sociais, São Paulo, n. 28, p. 114-129, 1ºsem. 2012.
- BIANCHI, Alvaro. **O Brasil dos Gramscianos**. Crítica Marxista, São Paulo, n. 43, p. 117-132, 2016.
- BROUE, Pierre. **El Partido Bolchevique**. Madrid: Ed. Ayuso, 1973.
- COGGIOLA, Osvaldo. **O trotskismo na América Latina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- DAL MASO, Juan. **Lênin, Trotsky e Gramsci**: crises, situação revolucionária e dualidade de poderes. Semanário Ideias de Esquerda, 20/11/2020. Disponível em <https://www.esquerdadiario.com.br/Lenin-Trotsky-e-Gramsci-criSES-situacao-revolucionaria-e-dualidade-de-poderes>. Acesso em: 28/10/2022.
- DAL MASO, Juan; ROSSO, Fernando. **Revolução Passiva, Revolução Permanente e Hegemonia**. Publicado em 23/03/2015. Disponível em <https://www.esquerdadiario.com.br/Revolucão-Passiva-Revolucão-Permanente-e-Hegemonia>. Acesso em: 31/10/2022.
- DEMIER, Felipe Abranches. **DO MOVIMENTO OPERÁRIO PARA A UNIVERSIDADE**: León Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, 2008.

ESTRATÉGIA INTERNACIONAL BRASIL. **Dossiê teses Brasil**: o processo revolucionário que culmina no Golpe Militar de 1964 e as bases para construção de um partido revolucionário no Brasil. Revista Estratégia Internacional Brasil, São Paulo, n. 2, set. 2007.

FREDERICO, Celso. **O anti-Croce de Gramsci**. In: a terra é redonda. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-anti-croce-de-gramsci/>. Acesso em 14/01/2024.

GRAMSCI, Antônio. **Os Cadernos do Cárcere** Vol. 3. Maquiavel Notas sobre o Estado e Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

INTERNACIONAL COMUNISTA. **Tese sobre a Questão Negra**. In: IV Congresso da Internacional Comunista. 30/11/1922. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1922/11/30.htm>. Acesso em 12/01/2024.

LENIN, Vladimir. **Atas da Conferência Bolchevique de Abril de 1917**. In: LavraPalavra Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/27b.htm#r1>. Acesso em: 03/01/2024.

LENIN, Vladimir. **A classe operária e a questão nacional**. In: Obras. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1961. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/05/10.htm>. Acesso em: 23 maio 2022.

LENIN, Vladimir. **O esboço inicial das teses sobre as questões nacional e colonial** (para o II Congresso da IC). In: Obras Escolhidas em três tomos, 1977. Lisboa: Edições Avante!. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/07/14.htm>. Acesso em: 01/12/2023.

LENIN, Vladimir. **Teses de Abril de 1917- Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução**. In: Obras Escolhidas em Três Tomos, 1977. Lisboa: Edições Avante! Edições Progresso. Disponível em <https://www.esquerdadiario.com.br/Teses-de-Abril-de-1917-Sobre-as-Tarefas-do-Proletariado-na-Presente-Revolucao>. Acesso em: 31/10/2022.

MAIELLO, Matías, & Emilio Albamonte. **Trótski, Gramsci e a emergência da classe trabalhadora como sujeito hegemônico**. Disponível em: <https://esquerdadiario.com.br/Trotsky-Gramsci-e-a-emergencia-da-classe-trabalhadora-como-sujeito-hegemonico>. Acesso em: 14/01/2024.

MARIGHELLA, Carlos. **Alguns Aspectos da Renda da Terra no Brasil**. In: A Questão Agrária Textos dos Anos Sessenta. 1ª Edição. Revista Estudos Sociais, 1958. Disponível em

<https://www.marxists.org/portugues/marighella/1958/renda/index.htm>. Acesso em: novembro 2023.

MARQUES NETO, José Castilho. **Solidão Revolucionária**. Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil. 1ª Edição. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes Ltda, 2022.

MARX, Karl. **A Luta de classes na França**. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

PABLITO, Marcello, Daniel Alfonso & Letícia Parks, orgs. **A Revolução e o Negro**. São Paulo: Edições Iskra, 2019.

PCB. **Informe de balanço do CC ao VI Congresso do PCB (1967)**. In: PCB: vinte anos de política 1958 - 1979 (documentos). São Paulo: LECH, 1980

PCB. **Declaração PCB de março de 1958**. Jornal Voz Operária, 22 mar. 1958. 1. ed. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Acesso em: 3 maio 2020.

PCB. **Resolução política do V Congresso PCB, setembro 1960**. In: Problemas políticos do movimento comunista e operário internacional, n. 9. Lisboa: Editorial Avante, 1976, p. 9-41. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1960/09/congresso.htm>. Acesso em: 3 maio 2020.

PEDROSA, Mário M. Camboa; XAVIER, Lívio L. Lyon. **Esboço de uma análise econômica e social do Brasil**. A Luta de Classe, n. 6., n. 28/29, fev./mar. 1931. In: KAREPOVS, Dainis; ABRAMO, Fúlvio (org.). **Na contracorrente da história: documentos da Liga Comunista Internacionalista 1930 -1933**. São Paulo: Brasiliense, 1987. Transcrição disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/abramo/1990/contracorrente/index.htm>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

POULANTZAS, Nicos. **O poder político e as classes sociais**. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

PRADO JUNIOR, Caio. [correspondência]. Destinatário: Lívio Xavier. São Paulo, 20 de Set de 1933. 1 carta. Disponível: <https://www.marxists.org/portugues/junior/1933/09/20.pdf>. Acesso em: 14 de jan de 2024.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

PRADO JÚNIOR, Caio . **A Revolução Brasileira**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

PRESTES, Luís Carlos. **Manifesto de Maio**. Diário da Noite, São Paulo, 2ª edição, 29/05/1930. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1930/05/manifesto.htm>. Acesso em 29/04/2023.

SAES, Décio. **Cidadania e Capitalismo**: uma crítica a concepção liberal de cidadania. Crítica Marxista, São Paulo: Boitempo Editorial, v. 1, nº 16, 2003, p. 9-38.

SANTOS, Ruy. **Comício: São Paulo a Luís Carlos Prestes**. Filme. Direção: Ruy Santos. Produção: Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro: Estúdio Cinédia, 1945. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=GBwxg\\_75-sg](https://www.youtube.com/watch?v=GBwxg_75-sg).

STÁLIN, Josef. **A revolução de outubro e a tática dos comunistas russos**. In: Obras Completas de Stalin vol. 6. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1954. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1924/tatica/index.htm>. Acesso em 21 outubro 2022.

STÁLIN, Josef. **Carta del camarada Ivanov y respuesta del camarada Stalin**. Tradução: Resposta ao camarada Ivanov in Problemas. Revista Mensal de Cultura Política, n. 5 dez 1947. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1938/02/12.htm>. Acesso em 02 novembro 2022.

TROTSKY, Leon. **Programa de transição. Documentos da IV Internacional**. São Paulo: Iskra, 2008.

TROTSKY, Leon. **Escritos Latino-americanos**. São Paulo: Edições Iskra, 2009. TROTSKY, Leon. O que é uma situação revolucionária? In: CD-ROM Escritos de Leon Trotsky, CEIP Leon Trotsky, Buenos Aires, 2000.

TROTSKY, Leon. **A teoria da revolução permanente** (compilação). 2ª Edição. CEIP Leon Trotsky, Buenos Aires, 2000. Disponível em <https://ceip.org.ar/Teoria-de-la-revolucion-permanente-compilacion>. Acesso em: maio 2022.

TROTSKY, Leon. **Em defesa do marxismo**. Publicação da Editora “Proposta Editorial”, 1942. Disponível em [https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1939/12/15\\_01.htm](https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1939/12/15_01.htm). Acesso em 23/04/2023.

TROTSKY, Leon. **O Problema Nacional e as Tarefas do Partido Proletário**. 1935. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1935/04/20.htm>. Acesso em: novembro 2023.

TROTSKY, Leon. **“Terceiro Período” dos erros da Internacional Comunista**. The Militant, 1930. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/01/08.htm>. Acesso em 11/01/2024.

### **Livros consultados**

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

ALTHUSSER, Louis. **A Favor de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BOITO Jr., Armando. Resenha de: CALLINICOS, Alex. A vingança da história: o Marxismo e as revoluções do leste europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, 172p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.1, 1994, p.115-119.

CARONE, Edgar. **O PCB 1943 - 1964**. v. 2. São Paulo: Difel, 1982.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VINHAS, Moisés. **O partido: a luta por um partido de massas 1922-1974**. São Paulo. Hucitec, 1982.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

### **Jornais Consultados**

A FRENTE ÚNICA ANTIFASCISTA, **O Homem Livre** nº 8, de 17/07/33.

ABRAMO, Fúlvio. **A trajetória de um militante anti fascista**. [Entrevista concedida a]. José Arbex Júnior. 7 de out de 1984. Arquivo Marxista na Internet. Fonte: CEMAP. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/abramo/1984/10/07.htm>. Acesso em 11/11/2023.

XAVIER, Lívio. **Crítica de “Evolução Política do Brasil”**. Publicado originalmente no Diário da Noite, 19 de setembro de 1933. Disponível para consulta no Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM); e publicado por Paulo Henrique Martinez em *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2008, p. 305.